



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES LINHA 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS, PRÁTICAS EDUCATIVO-
CULTURAIS E IDENTIDADES

ELISA DUARTE NASCIMENTO

CONSTRUINDO PONTES: INTERSECCIONALIDADE NA REDE DE
MULHERES NEGRAS DE PERNAMBUCO

Recife-PE

2024

Elisa Duarte Nascimento

**CONSTRUINDO PONTES: INTERSECCIONALIDADE NA REDE DE
MULHERES NEGRAS DE PERNAMBUCO**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa Associado de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco, dentro na linha 1 – Movimentos sociais, práticas educativo-culturais e identidades, como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação, Culturas e Identidades.

Recife-PE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244c Nascimento, Elisa
CONSTRUINDO PONTES:: INTERSECCIONALIDADE NA REDE DE MULHERES NEGRAS DE
PERNAMBUCO / Elisa Nascimento. - 2024.
119 f. : il.

Orientadora: Denise Maria Botelho.
Inclui referências e anexo(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2024.

1. Feminismo Negro. 2. Interseccionalidade. 3. Justiça Social. 4. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. I.
Botelho, Denise Maria, orient. II. Título

CDD

RESUMO

Esta pesquisa explora as aproximações entre a teoria interseccional e o feminismo negro com base nas experiências das mulheres negras que compõem o coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Os objetivos principais foram: (1) Investigar a atuação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco em suas ações interseccionais; (2) Identificar, por meio de entrevistas semiestruturadas, as intersecções das esferas de gênero, raça, sexualidade, classe, geração e outros marcadores sociais na narrativa diversa das mulheres negras; e (3) Compreender a teoria interseccional em sua capacidade de promover justiça social. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, incluindo observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise das narrativas e memórias das entrevistadas. O foco se deu nas experiências das mulheres negras em sua autopercepção e autodeterminação, utilizando a história oral como ferramenta de compromisso com grupos sociais historicamente subalternizados (Abrahão, 2003; Gil, 2017; Mimayo, 2021; Menezes, 2005; Kilomba, 2021). Possuindo uma lente epistêmico-teórico-analítica interseccional (Collins, 2022b), a pesquisa descreve o coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, com especial interesse no caráter educacional do movimento de mulheres negras em sua natureza interseccional. Os resultados deste estudo indicam que a teoria interseccional contribui significativamente para a pesquisa acadêmica e a produção de conhecimento, superando a lacuna entre teoria e prática sendo o compromisso com a justiça social o ponto central para superar essa antiga barreira presente nas ciências sociais. Conclui-se que o feminismo negro e seu caráter interseccional são ferramentas cruciais para aprofundar a capacidade crítica no campo das teorias sociais, contribuindo para a construção de conhecimentos vários, a análise do mundo social e o desenvolvimento de metodologias de pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Feminismo Negro; Interseccionalidade; Justiça Social; Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

ABSTRACT

This research explores the links between intersectional theory and black feminism based on the experiences of the black women who make up the Rede de Mulheres Negras de Pernambuco collective. The main objectives were: (1) To investigate the work of the Black Women's Network of Pernambuco in its intersectional actions; (2) To identify, through semi-structured interviews, the intersections of the spheres of gender, race, sexuality, class, generation and other social markers in the diverse narratives of black women; and (3) To understand intersectional theory in its capacity to promote social justice. The research adopts a qualitative approach, including participant observation, semi-structured interviews and analysis of the interviewees' narratives and memories. The focus was on the experiences of black women in their self-perception and self-determination, using oral history as a tool for engagement with historically subalternized social groups (Abrahão, 2003; Gil, 2017; Mimayo, 2021; Menezes, 2005; Kilomba, 2021). Using an intersectional epistemic-theoretical-analytical lens (Collins, 2022b),

the research describes the Rede de Mulheres Negras de Pernambuco collective, with a special interest in the educational character of the black women's movement in its intersectional nature. The results of this study indicate that intersectional theory contributes significantly to academic research and the production of knowledge, bridging the gap between theory and practice, with a commitment to social justice being central to overcoming this age-old barrier in the social sciences. It is concluded that black feminism and its intersectional character are crucial tools for deepening critical capacity in the field of social theories, contributing to the construction of various types of knowledge, the analysis of the social world and the development of academic research methodologies.

Keywords: Black Feminism; Intersectionality; Social Justice; Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

SUMÁRIO

Introdução: Quem pode falar?.....	5
1. PRIMEIRO CAPÍTULO: CONSTRUINDO E SENDO CONSTRUÍDA PELA TEORIA	12
1.1 Raça e Gênero: Mulheres Negras e teorias transgressoras	12
1.2 A mulher negra na sociedade	18
1.3 O Pensamento Interseccional	26
1.4 Mulheres negras, Interseccionalidade e Justiça social.....	31
2. SEGUNDO CAPÍTULO: PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	38
3. TERCEIRO CAPÍTULO: A REDE DE MULHERES NEGRAS DE PERNAMBUCO: UMA NARRATIVA DAS MULHERES QUE A COMPÕE	49
3.1 Agenciamento, protagonismo feminino e o Movimento feminista negro no Brasil: Nossos passos vêm de longe!	49
3.2 Identidade, Ancestralidade e Resistência: O Constitutivo da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	55
4. QUARTO CAPÍTULO: MOVIMENTO INTERSECCIONAL EDUCADOR: ROMPENDO A BARREIRA ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: MULHERES NEGRAS E A CONSTRUÇÃO DE OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
ANEXO 1 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA	115

Introdução: Quem pode falar?

Tinha quinze ou dezesseis anos (era 2013 ou 2014) quando, por meio da internet, me deparei com um movimento que tem como foco as questões próprias da vida de mulheres negras - o feminismo negro; neste mesmo período tomava real consciência de quem sou e do que significa ser negra, ser mulher e pertencer a comunidade LGBTQ+. Tive a sorte de ainda no ensino médio me perceber feminista negra e estudar sobre a temática, mas foi na universidade que conheci a teoria interseccional. Não no ambiente acadêmico, mas novamente através da internet, no entanto já estava cursando Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, provavelmente no segundo ou terceiro período, e facilmente me identifiquei com o pensamento interseccional não só no âmbito da vivência pessoal, mas também na esfera acadêmica.

Pouco contato tive com autoras negras na graduação, o ponto alto foi estudar Frantz Fanon no terceiro período, na disciplina de Teorias Sociológicas Contemporâneas e em seguida ter cursado a disciplina de Pensamento Social Brasileiro focalizada especificamente nas relações étnico-raciais no país, ambas ministradas pelo professor Josias Vicente de Paula Júnior. Foi ali que percebi meu interesse em estudar a formação do racismo no Brasil e, sobretudo, na construção do conhecimento ligado ao tema da raça. Foi no processo de pensar a escrita de meu trabalho de conclusão de curso que pela primeira vez li de forma mais aprofundada Lélia Gonzales e, daí em diante, adentrei cada vez mais no pensamento interseccional.

No último ano da graduação (2019), conheci o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde - GEPEGES Audre Lorde coordenado naquele momento pelos professores Denise Maria Botelho e Wanderson Flor do Nascimento. Foi lá onde tive mais espaço para estudar temas de meu interesse como feminismo negro, educação antirracista, interseccionalidade etc. e com autores e autoras que muito contribuíram para minha formação.

O momento de escolher qual seria o tema do meu trabalho de conclusão de curso foi bastante confuso: Seria sobre gênero? Raça? Os dois? E o que entre a infinidade de possibilidades dentro dessas temáticas? Por fim, depois de muitas conversas com meu primeiro orientador, Rodrigo Assis, da área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE e com Aristeu Portela que faz parte do Departamento de Educação da UFRPE, que se tornou meu orientador após Rodrigo se afastar para realização do pós-doutorado, e ainda com

grande influência da disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais ministrada no curso de Licenciatura em História pela professora Denise Botelho, concluí minha monografia focando na área da sociologia do conhecimento, tendo com o título “Controvérsias em Torno de um Conceito: Um Estudo Sociológico da Raça” (Nascimento, 2019).

Na monografia tratei da construção do conceito de raça no Brasil, passando pelas teorias raciais do século XIX - como a eugenia, a aspiração pelo embranquecimento da população e o ideal da mestiçagem, passando pelas discussões entre raça e classe no século XX e, por fim, me debruçando sobre as ações afirmativas de cotas raciais para acesso ao ensino superior enquanto termômetro para o debate sobre a raça no Brasil do século XXI, dando especial atenção para o importante papel de intelectuais do movimento negro para avanços na área da educação. Para o mestrado, por sua vez, resolvi me aprofundar na interseccionalidade e na discussão de gênero em conjunto com o debate racial. Compreender a atuação do movimento feminista negro brasileiro e seu caráter interseccional é o desafio da minha dissertação.

Pensar o(s) movimento(s) de mulheres negras me remete a um processo de silenciamento. Grada Kilomba (2021), nos fala sobre seu processo pessoal de encontro com uma linguagem onde possa ser, de fato, vista enquanto uma indivíduo. A autora que nasceu e cresceu em Portugal fala sobre sua ida à Berlim, para processo de doutoramento. Kilomba percebe que, enquanto em Portugal havia uma negação e até mesmo glorificação do processo colonial, na Alemanha a história colonial do país foi agravada pela ditadura fascista, o que com o passar do tempo gerou um processo de conscientização coletiva, segundo a autora num processo de: negação – culpa - vergonha- reconhecimento – reparação.

É reconhecido que o Brasil, em sua condição de antiga colônia portuguesa, foi historicamente permeado por discursos coloniais, patriarcais e racistas, o que resultou em um sistemático processo de negação de direitos para grupos sociais oprimidos. Essa realidade que “por negar, silencia”, como nos diz Nilma Lino Gomes (2019) ao falar do racismo por negação. É fora da negação colonial que novas linguagens podem ser criadas gerando, por fim, novos conhecimentos e novas configurações de poder. (Kilomba, 2021)

Grada Kilomba nos fala também da *máscara do silenciamento*, silenciamento que, aponta a autora, era parte do projeto colonial europeu. Retratada na imagem da *Escrava Anastácia*, o pedaço de metal que era introduzido na boca e mandíbula do indivíduo escravizado e preso em sua cabeça, além de impossibilitar a ingestão de alimentos produzidos nas plantações, o instrumento de tortura implementava também o silêncio. A boca, por sua vez, é o “órgão da opressão por excelência, representando o que as/ os brancas/os querem – e precisam

– controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado"(pág. 33-34, 2021).



Ilustração de Jacques Arago intitulada “Escrava Anastácia” (1817-18) e ao seu lado releitura de Yhuri Cruz intitulada “Anastácia Livre” que faz parte do Monumento à Voz de Anastácia (2019).

O retrato original de Anastácia foi feito por Jacques Arago, um francês que durante o período de dezembro de 1817 e janeiro de 1818 esteve em expedição pelo Brasil. Além desta imagem mais conhecida, há outro desenho que retrata a mulher com uma máscara que cobre todo o seu rosto, com furos apenas para os olhos. Essas máscaras eram comumente utilizadas para prevenir que os escravizados comessem terra, tática utilizada para cometer suicídio. Não há, no entanto, uma história oficial para Anastácia. Há uma versão que diz que Anastácia havia nascido em Angola e era filha de uma família real Kimbundo, sequestrada por uma família portuguesa e levada para a Bahia enquanto escravizada, posteriormente vendida a um dono de uma plantação de cana de açúcar. Outra versão conta que na realidade ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá capturada por traficantes de escravos europeus e trazida para solo Brasileiro. Uma terceira versão conta que a mesma teria nascido já no Estado da Bahia. Etende-se que seu nome verdadeiro não era Anastácia, tendo este sido lhe atribuído durante a escravidão. Variam também as razões para a tortura: Alguns falam que foi devido a sua atuação no auxílio de fugas de outros escravizados, outra versão diz que a máscara era uma forma de retaliação por sua resistência às investidas sexuais do mestre ou ainda por motivos de ciúme da senhora que inveja sua beleza. O fim de sua vida, no entanto, sempre é relatada como da mesma maneira: após longo período de sofrimento, Anastácia morre de tétano devido ao colar que amarrava seu

pescoço. Durante a segunda metade do século passado a imagem de Anastasia se torna demonstrativo da violência do período da escravidão e se torna uma figura importante no contexto político, em resistência ao racismo, e também religioso pois contam-se histórias de que Anastasia ficou conhecida entre os escravizados enquanto uma figura capaz de realizar milagres, tendo poder de cura. (Handler & Hayes, 2009 APUD Kilomba, 2021, pág. 35).

Questionando quais os resultados desses silenciamentos nos dias atuais e compreendendo que a colonização não acabou - apenas tomou novas formas - entende-se que a máscara também possui novos formatos e, assim como a autora, busco perceber “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (pág. 33)

Para tratarmos dos temas de silenciamento e poder de fala é essencial trazermos Gayatri Spivak em seu escrito “Pode o subalterno falar?” (2010). A teórica aborda como o discurso colonial ocidental constrói a identidade do sujeito proveniente do chamado terceiro mundo enquanto ‘*Outro*’. O sujeito subalterno é aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (pág.12), além disto, é aquele que historicamente vem sendo descartado ou tratado de forma superficial no processo de produção de conhecimento, por não ser ouvido e não ter oportunidade de ditar sua própria história.

Spivak menciona o local à margem onde as mulheres, negras (ou de cor ¹) pobres são colocadas, apontando que estas sujeitas estão 'envolvidas de três maneiras' – gênero, raça/etnia e classe - neste sistema de exclusão. Para a produção de um discurso verdadeiramente satisfatório sobre a multiplicidade dos sujeitos e sujeitas e que, conseqüentemente, contraponha a percepção falaciosa de uma história única da humanidade, é necessário que os diversos sujeitos e sujeitas tenham a possibilidade de falar por si, de construir seus próprios discursos sobre suas realidades e, principalmente, que sejam devidamente ouvidos. (Spivak, 2010).

É também questionando sobre qual sujeita pode falar e qual a repercussão de sua fala, que esta pesquisa tem em sua base a teoria interseccional, pois, como aponta Kilomba (2021) e Spivak (2010), a produção de um conhecimento considerado válido está intrinsecamente ligado à raça, gênero, classe e, de modo geral, ao poder. Pensar a produção de conhecimento é essencial, pois, segundo Grada Kilomba (2021): verdades têm sido negadas, reprimidas e

¹ Termo utilizado no texto de Spivak, comumente aplicado para se referir às pessoas não brancas no contexto de Europa e Estados Unidos.

mantidas como segredos, a fim de proteger o sujeito branco de reconhecer o ‘outro’ e o conhecimento que este produz.

A construção de um conhecimento formal e a *práxis* influenciam profundamente um ao outro. As teorias racistas que, na história recente do Brasil possuíam status de ciência, seguem impactando nas mais diversas esferas sociais. Em contrapartida a essa realidade, diversos movimentos sociais têm contrariado o modelo de conhecimento colonizador. O movimento negro, por exemplo, além de possuir um caráter questionador tem especial interesse de transformação na esfera educacional (Gomes, 2019), mostrando ser essencial pensarmos no potencial da teoria (Hooks, 2017). Lembremos, então, que o conhecimento libertador deve, necessariamente, caminhar em conjunto com a prática social.

O movimento de mulheres negras tem produzido conhecimentos com base na realidade social vivenciada por estas sujeitas, levando em consideração que a imbricação entre os diferentes marcadores sociais é a pedra de toque do feminismo negro (Gonzalez, 1984); (Carneiro, 2011) (Collins e Bilge, 2021), (Lorde, 2019). O movimento de mulheres negras possui, portanto, um caráter interseccional desde antes do termo ‘interseccionalidade’ ter sido criado. Mulheres que, pela opressão de gênero somada a de raça (e ainda a de classe que subjuga mulheres e pessoas não-brancas, as preterindo em um sistema patriarcal, racista e capitalista) tiveram maiores dificuldades em acessar ambientes de educação formal, de produção de conhecimento e, conseqüentemente, trabalhos bem remunerados. Assim, muitas de suas vivências e conhecimentos são gerados a partir da prática social e da coletividade, seja em coletivos e movimentos sociais, seja de forma mais orgânica, nas relações interpessoais comunitárias (Collins, 2022a).

A socióloga Patrícia Hill Collins, no artigo *A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa* (2022), fala do papel das mulheres dentro das comunidades negras que, além do trabalho reprodutivo e de garantir a sobrevivência e a proteção das crianças negras, possuem grande importância na construção da identidade das novas gerações:

As experiências individuais das mulheres negras com a opressão, testemunhando o sofrimento pessoal de seus entes queridos e compreendendo a natureza padronizada dos ataques dirigidos aos negros, mulheres, pessoas pobres e pessoas LGBTQ como coletividades, forneceram catalisadores significativos para a ação. Por meio desses vários modos de entrada na ação política, as mulheres afro-americanas, naturalmente, desenvolveram uma sensibilidade para as questões das mulheres, ampliando as análises preexistentes sobre o racismo e a exploração de classe social para incluir a

opressão adicional de gênero, uma vez que ela afeta suas próprias vidas e as de suas comunidades. (pág.27, 2022a)

É a partir desta percepção que compreendemos ser de extrema importância estudos que evidenciem o potencial intelectual e político proveniente de mulheres negras e suas coletividades. Foi, sobretudo, a partir destes grupos que em meados do século passado toma força a teoria interseccional, pensada e disseminada em grande parte por indivíduos que percebiam sua existência social perpassada não só por uma, mas por múltiplos marcadores sociais que os posicionaram em um contexto de desvantagem. Mulheres negras passaram a, cada vez mais, questionar a visão universal da categoria mulher pautada pelo movimento feminista, que muitas preteriam discussões sobre os temas de raça, etnia ou classe. Por outro lado, Lélia Gonzalez (1984) já afirmava que os movimentos de luta antirracistas possuem um caráter machista, assim, se demonstrou necessário a construção de organizações coletivas para aquelas que sofrem com o machismo e o racismo.

No livro *Interseccionalidade* (2021), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge tratam dos diferentes marcadores sociais que se sobrepõem e imperam de maneira unificada, afetando as mais diversas esferas sociais da vida de sujeitos e sujeitas. Dessa forma, enquanto ferramenta analítica:

“A interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (pág. 15-16)

Collins e Bilge chamam a atenção ainda para como a teoria interseccional se relaciona à identidade dos indivíduos, pois promove um entendimento mais amplo das identidades coletivas bem como de ações políticas dos variados grupos sociais.

Foi desejando pesquisar coletividades de mulheres negras que possuem a teoria interseccional em suas práticas que delimitei o foco de minha pesquisa de mestrado. Já conhecia a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco pois no primeiro ano da graduação ouvi, durante uma roda de diálogo, a fala de uma mulher que fazia parte do coletivo, por muito tempo, no entanto, acompanhei a atuação do coletivo apenas via internet e redes sociais. No ano de 2022 muitas coisas pareceram se alinhar: enfim, após anos de pandemia, consegui ir pessoalmente em um evento do coletivo onde – além de conhecer pessoalmente a incrível Inaldete Pinheiro - logo percebi o caráter interseccional do discutido pelas participantes. Neste mesmo ano passei

pela experiência de trabalhar na campanha de Dani Portela em sua candidatura para Deputada Estadual. Como alguém apaixonada por política - formal ou não - desde a adolescência, viver de forma mais ativa eleições tão importantes, onde por um lado se pautou a defesa de um projeto democrático para o país em detrimento do aprofundamento do fascismo, resultou em uma experiência de grande aprendizado para mim. Foi no fazer política nos mais diversos momentos e espaços, comumente cercada por mulheres negras em discussões sobre transformação social que me lembrava constantemente do que li em várias autoras - Collins, Carneiro, Lorde, Hooks, Kilomba e por aí vai. Descobri ainda, para grande surpresa, que muitas mulheres negras cuja atuação já admirava ou que conheci durante o processo de campanha fazem parte da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

Por fim, também no ano de 2022 eu participava de uma roda de diálogos onde juntamente com minha orientadora, Denise Botelho, e a jornalista e ativista Malu Aquino conversávamos, com outras mulheres negras, sobre o acolhimento de mulheres lésbicas e bissexuais nos espaços de terreiros. Lá Joy Thamires, escritora e poetisa, falou sobre a importância da documentação, através de estudos, de mulheres que são referências vivas que possuem importante atuação política e social, mas que não recebem devido reconhecimento de seus trabalhos. Por essas razões, compreendi ser importante um estudo sobre um coletivo tão atuante nas mais diversas frentes como a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

Dessa forma, vamos aqui focar na Rede de Mulheres Negras de Pernambuco², coletivo que se identifica enquanto “uma organização política não-formalizada, sem fins lucrativos e sem filiação partidária, autônoma, feminista, antirracista e anticapitalista, composta por mulheres negras periféricas, urbanas, rurais, quilombolas, LBT, idosas, jovens e adultas.” O coletivo busca atuar “contra o racismo, machismo, sexismo, LBTfobia, o capacitismo e quaisquer outras opressões e discriminações que violam o direito à vida das mulheres negras deste estado e do Brasil.” Percebe-se então que o coletivo possui um caráter interseccional e busca a promoção da justiça social, desta forma, tenho como questão norteadora de pesquisa: Como, a partir das experiências de mulheres negras que compõem a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, pode-se compreender a relevância da teoria interseccional para a promoção da justiça social neste coletivo?

² Informações retiradas do documento 'Plataforma Política - Eleições 2022' da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, acesso, em 12 de outubro de 2022.

Assim, o objetivo desta pesquisa é reconhecer, a partir da experiência de mulheres negras que compõem a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, qual o papel da interseccionalidade na prática do referido coletivo. Como etapas da pesquisa, pretende-se (1) Investigar a atuação do coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco em sua ação interseccional; (2) Identificar, a partir de entrevistas semiestruturadas, as intersecções das esferas de gênero, raça, sexualidade, classe, geração e outros marcadores sociais na narrativa de mulheres negras em sua diversidade; E (3) Compreender a teoria interseccional em sua potencialidade de promoção de justiça social.

1. Primeiro Capítulo: Construindo e sendo construída pela teoria

1.1 Raça e Gênero: Mulheres Negras e teorias transgressoras

A norte-americana Sojourner Truth estava presente na Convenção dos Direitos das Mulheres que, naquele ano de 1851, ocorria em Ohio, Estados Unidos, quando improvisou o discurso que entrou para a história sob o título de “E eu não sou uma mulher?” Aquela mulher negra, na época com mais de cinquenta anos, passou a ser conhecida como importante abolicionista e ativista pelo direito das mulheres e da população negra. Truth havia nascido e passado boa parte de sua vida enquanto escravizada, sendo retirada do convívio dos pais ainda criança quando foi vendida, e tendo seus filhos também tirados de si também pelo sistema escravocrata. É evidente que a vida daquela mulher foi bastante diferente da experiência das maiorias das mulheres que construíram o movimento feminista naquele momento - formado em grande parte por mulheres brancas - e foi neste sentido que Truth nos falou:

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer -, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz cinco crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?

[...]

Se a primeira mulher que Deus fez teve força suficiente para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, essas mulheres juntas têm que conseguir pôr o mundo no lugar, na posição certa, de cabeça erguida de novo! E agora que

elas estão pedindo pra deixar que façam isso, é melhor que os homens as deixem fazer.³

Neste período não haviam profundas discussões teóricas formando um movimento feminista negro, mas haviam mulheres como Truth, que a partir de suas vivências produziam elaboradas reflexões acerca dos temas de raça e gênero, bem como a articulação entre ambos. Havia também ações que surgiam de tais reflexões, Truth, por exemplo, auxiliou no recrutamento de tropas formadas por negros para o exército da União (lado abolicionista) durante a Guerra Civil dos Estados Unidos bem como tentou garantir acesso à terras para os negros e negras que anteriormente haviam sido escravizados.

A maneira orgânica de pensar e atuar de Truth não é tão diferente do modo de agir das muitas mulheres negras e seus coletivos atualmente, mesmo que muitas estejam cada vez mais próximas de um pensamento teórico, construindo e sendo construídas pela teoria. No entanto, para entendermos os movimentos e coletivos de mulheres negras e suas práticas, é necessário compreender em qual cenário eles atuam. Para tal, iremos nos concentrar, na seção a seguir, a pensar o impacto do racismo e sua intersecção com a esfera de gênero no Brasil.

● Epistemologias do Brasil

Antes de chegarmos ao cenário atual acerca do debate de movimentos sociais em relação às categorias de raça e gênero, bem como a imbricação entre elas, é preciso compreender historicamente a construção do machismo e racismo no Brasil, pois, como bem nos diz Grada Kilomba (2021): a colonização e o silenciamento sistemático possuem graves e longínquas reverberações.

Há uma narrativa construída nos últimos séculos que diz que o Brasil não é um país racista, no máximo, algumas pessoas seriam racistas. Sejam elas más ou ingênuas, o fato é que não haveria uma ideologia racista no país e sim indivíduos racistas. Silvio Almeida (2019) aponta que é um equívoco pensar desta maneira, se assim fosse bastaria apontar alguns dados e fatos científicos e rapidamente a noção de uma inferioridade intrínseca entre etnias ou raças⁴ seria superada. Almeida nos aponta, então, o fator estrutural e/ou institucional do racismo:

[...] a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída

³ Trecho retirado da matéria: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/e-eu-nao-sou-uma-mulher> acesso, em 14 de outubro de 2022

⁴ Entendemos aqui “raça” não no sentido biológico, mas sociológico, compreendendo que a construção histórica de raças é de grande impacto para a compreensão da realidade social dos sujeitos e sujeitas. (Nascimento, 2019)

por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades” são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir. (2019. p. 64)

A ciência tem o poder de produzir discurso de autoridade, minando a possibilidade de contestação à desigualdades estruturais e, conseqüentemente, dando força ao chamado racismo científico que adentrou nas mais diversas esferas sociais, incluindo na educação, ajudando a implementar o racismo no Brasil (Almeida, pág. 71), esfera que não por acaso se tornará campo de extrema importância para o movimento negro (Gomes, 2019). Para entender este cenário é preciso retornarmos alguns séculos.

A noção de “uma humanidade una, mas diversa em seus caminhos”, como pensava o filósofo Rousseau foi eventualmente sendo substituída pela ideia de uma diferença inerente entre os seres humanos que estabeleceu, “correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais.” (Schwarcz, 1993, pág. 46-47). Já no século XIX, teorias referentes às noções de diferenciações raciais permeavam a ciência formal no continente europeu e logo foram exportadas para outras partes do globo. O determinismo geográfico e racial eram o ponto focal da ciência naquele momento e, desta forma, o clima e a existência das “três raças”: brancos, indígenas e negros eram a chave não só para entender o Brasil, mas para construir um modelo de civilização e progresso. (Schwarcz, 1993)

A socióloga Lilia Schwarcz chama atenção para o caráter híbrido do pensamento brasileiro que “atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (1993, pág. 19). Por exemplo, do Darwinismo social⁵ manteve-se a ideia das diferenças entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se adotasse, a princípio, a noção da miscigenação enquanto algo totalmente degenerativo. Acreditava-se, por sua vez, numa noção de evolucionismo social, ou seja, a ideia de que as raças humanas estariam em constante evolução e, por consequência, haveria a possibilidade de se tornarem geneticamente melhores.

É neste cenário que tomam forças as teorias do antropólogo Nina Rodrigues, considerado criador da antropologia criminal do Brasil. Em seu livro “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil” (1894), o teórico defende a necessidade da existência de diferentes códigos penais para as diferentes raças. Segundo Rodrigues, os crimes cometidos por indígenas, negros ou mestiços deveriam ser analisados de acordo com os “valores morais de

⁵ A teoria do Darwinismo social busca pregar a noção de evolução natural para as sociedades humanas.

cada grupo”. Em sua tese, os valores da população negra e indígena teriam surgido em seus locais de origem e, portanto, eram intrinsecamente distintos dos povos tidos como civilizados. Nessa teoria, diferentemente das ideias vigentes na época da escravidão, onde os negros escravizados não eram ao menos vistos como humanos, Rodrigues diz que os negros, indígenas e mestiços eram tão humanos quanto os brancos, mas estariam num estágio inferior da evolução humana.

Além das “raças inferiores”, outro grande vilão seria o clima tropical que, de acordo com Rodrigues, tornava incapaz os atos previsíveis e racionais dos que aqui viviam. A questão do meio, somada com a questão racial, resultaria na “natureza indolente do brasileiro, [n]as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, [n]o lirismo quente dos poetas da terra, [n]o nervosismo e [n]a sexualidade desenfreada do mulato” (Ortiz, 1994, pág. 16). Dá-se o problema nacional: a população era formada por raças distintas e duas delas eram consideradas inferiores: os negros e os indígenas. Não era possível simplesmente trazer ao Brasil imigrantes europeus para um povoamento hegemonicamente branco, pois esses não se acostuariam com clima desfavorável dos trópicos.

Havia ainda uma linha de pensamento que acreditava que os indivíduos mestiços herdariam o pior das diferentes raças, como podemos perceber nas as palavras do zoólogo e geólogo Louis Agazi, trazido por Schwarcz:

Que qualquer um que duvide dos males de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente de amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio[sic] deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. (1993, pág.13)

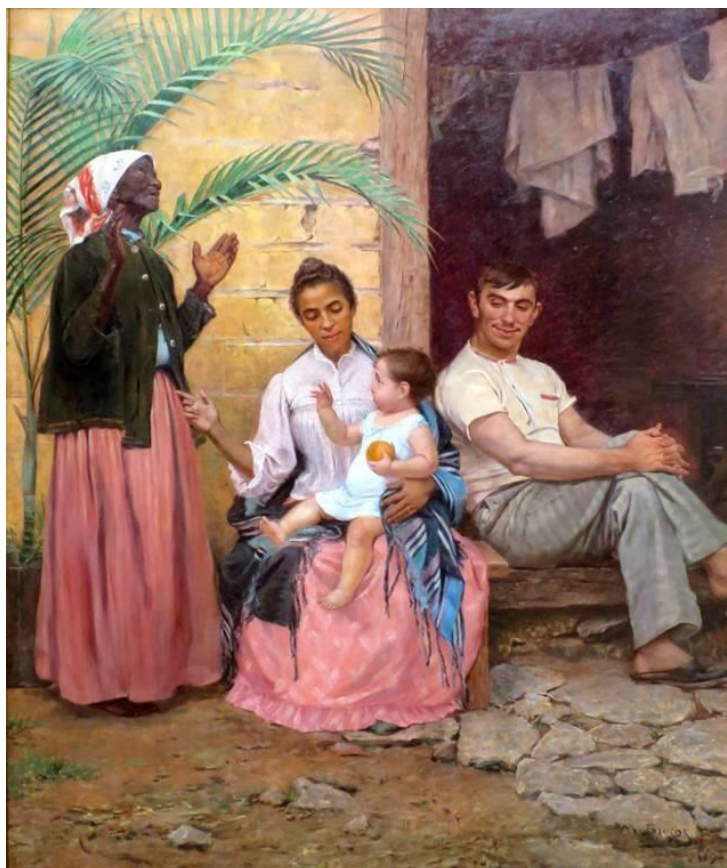
Para salvar o Brasil seria necessário saneá-lo, higienizá-lo, então, para levar o país à civilização foi colocada em prática medidas eugênicas. O termo eugênia significa “bem nascido” e tem como base a crença de que seriam os genes determinantes de todas as características do indivíduo, estando o meio geográfico e questões socioeconômicas relegadas a segundo plano, dessa forma, seria necessária a propagação dos bons genes. No Brasil foi posta em prática uma “eugenia preventiva” cujas medidas eram focalizadas em casamentos seletivos, na criação de uma educação eugênica e melhorias sanitárias.

Médicos e sanitaristas se tornaram atores importante neste processo e passaram a administrar remédios em alta escala, vacinação forçada (culminando, por exemplo, na

conhecida Revolta da Vacina) e planejamento urbano, que não se limitou à implementação de um saneamento básico, mas também à expulsão dos mais pobres para as periferias das cidades (Lima & Hochman, 1996).

Ao mesmo tempo tínhamos aqueles que acreditavam que a saída para o Brasil seria branquear a população, e para isso seria indispensável a mistura. Oliveira Vianna foi um dos principais defensores da tese do embranquecimento do Brasil, chegando a escrever um capítulo introdutório para o censo nacional de 1920 em que, utilizando os mesmos conceitos do racismo científico e eugênico, chegava à conclusão “otimista” do inevitável embranquecimento nacional (Skidmore, 1976).

João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, disse no I Congresso Internacional das Raças que “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”. Em sua tese *Sur Les Métis au Brésil* (O mestiço no Brasil), trazia a reprodução do quadro de Modesto Brocos chamado “A Redenção de Cam” (Schwarcz 1993).



A obra, datada de 1895, retrata uma senhora negra de pele escura agradecendo aos céus enquanto sua filha, uma mulher negra de pele clara, segura um bebê branco. Ao lado delas se encontra um homem também branco. A obra é o retrato ideal da teoria do embranquecimento, processo em que as pessoas eram estimuladas a casarem sempre com indivíduos de pele mais clara com o objetivo de levar a família, e consequentemente a nação, ao embranquecimento. Eliminar-se-ia, a longo prazo, os *defeitos* das raças tidas como inferiores, pois, como dizia Nina Rodrigues:

1) As raças superiores se diferenciam das inferiores; 2) no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior; 3) a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual (Ortiz, 1994, pág. 20).

No século XX a noção de mestiço ganha uma conotação mais positiva a partir de uma série de fatores, sendo um deles a chegada de Getúlio Vargas à presidência da república, no ano de 1930 com tática de construir uma visão positiva do país, voltado para a exaltação de tudo aquilo tido como nacional, incluindo a mistura das três raças. Outro marco foi o livro “Casa-Grande e Senzala” do sociólogo recifense Gilberto Freyre publicado em 1933 e que tinha como um de seus objetivos explicar a formação do Brasil desde o início da colonização portuguesa, tendo as relações entre as “diferentes” raças como um dos principais aspectos de sua obra. O autor buscava ainda ajudar a criar uma identidade para o país. (Pequeno, 2022)

Anita Pequeno (2022) explica que, com a disseminação do pensamento de Freyre há uma ruptura com a visão extremamente biologizante do Brasil e, em seu lugar, toma espaço os valores culturais da nação. Não se pode, no entanto, deixar de notar que foi através do pensamento de Freyre que tomou força a noção da democracia racial. A percepção de que no Brasil povos indígenas, negros, brancos e mestiços conviviam em paz recebe status de ciência e se torna uma espécie de mito fundador da nação.

Pode-se perceber de que modo tratou-se às relações raciais no Brasil no pensamento de Freyre através de alguns dos capítulos de *Casa-Grande e Senzala* que se chamam “O indígena na formação da família Brasileira”, “O colonizador português: antecedentes e predisposições” e “O escravo negro na vida sexual e no trabalho”. Temos, de forma resumida: O indígena “primitivo”, o português enquanto benevolente colonizador e o negro voltado ao trabalho braçal e vida sexual, com direito a hipersexualização dos negros e negras. Sergio Costa (2001) irá nos dizer que, uma das consequências do pensamento de Freyre é a naturalização de desigualdades

como racismo e a misoginia que são retratadas como elementos formadores da nação, constitutivas e intrínsecas à nossa sociedade e cultura, impossíveis de serem modificadas.

O trabalho de Freyre, nos diz Pequeno (2022), era política e teoricamente alinhado à elite brasileira e portuguesa mas passou a ser largamente criticado por diversos pensadores, dentre estes, Lélia Gonzalez:

Vários autores, sobretudo a partir dos anos 1950, questionaram e desmascararam a verdadeira face de uma sociedade profundamente racista. [...] Lélia Gonzalez foi uma intelectual aguerrida que escreveu sobre uma outra nação a partir de uma sensibilidade teórica comprometida com a justiça social. (Pequeno, pág. 87)

Destaca-se aqui Lélia Gonzalez pois, além de criticar a falsa noção de uma democracia racial no Brasil, Gonzalez, como uma das principais intérpretes do país, brilhantemente trás para centro de sua discussão os impactos do racismo e sexismo na sociedade brasileira.

Diante do colocado aqui, é possível perceber o caráter complexo do racismo no Brasil, que passa pelo solo epistemológico do país, atingindo assim a ciência formal, a educação, o direito, a medicina etc. No entanto, além de entendermos a violência racista no Brasil, é importante compreender a imbricação entre as esferas de gênero e raça em solo nacional.

1.2 A mulher negra na sociedade

Em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984) Lélia Gonzalez nos fala sobre o que chama de “duplo fenômeno do racismo e do sexismo” e de como a articulação de ambos produz graves violências sobre a vida das mulheres negras. A autora combate a naturalização do racismo e sexismo no país, revelando a real vivência inferida às mulheres negras no Brasil:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (pág. 225-226)

Além de apontar como aparelhos ideológicos, a exemplo da família, escola, mídia etc., propagam o mito da democracia racial e a valorização de tudo aquilo tido como branco,

Gonzalez, demonstra que o racismo não é meramente uma herança do período escravocrata, mas um sistema contínuo que, em conjunto com o capitalismo, segue produzindo desigualdades simbólicas, sociais e econômicas, relegando às mulheres negras especial papel de desvalorização (Pequeno, 2022).

Para as mulheres negras, nos diz Gonzales (1984), existem papéis muito bem delimitados, a exemplo da mulata, que é valorizada no período carnavalesco, sempre sob um olhar sexual: “Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la.” (pág. 228). Fora do período carnavalesco, essa mulher é limitada ao lugar de doméstica. “(...) se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.” (pág. 228) Papéis que remetem diretamente à mucama: negra escravizada que desenvolvia o serviço doméstico e, por vezes, desempenhava o papel de ama-de-leite. Sabe-se ainda que muitas destas mulheres possuíam “relações” com os senhores, que muitas vezes não se davam de forma recíproca e consensual, diferentemente do que falava Gilberto Freyre, que apontava a mestiçagem como fenômeno pacífico e recíproco.

Outra importante teórica que trata da realidade da mulher negra no Brasil é Sueli Carneiro. Em *Gênero e Raça na Sociedade Brasileira* (2002) , artigo republicado no livro *Escritos de uma vida* (2019), Carneiro diz que foi no ‘estupro colonial’ dos senhores brancos sobre mulheres indígenas e negras que está a base da identidade nacional e, consequente das hierarquias de gênero e de raça.

[...] no caso brasileiro, o discurso sobre identidade nacional possui essa dimensão escondida de gênero e raça. A teoria de superioridade racial teve na subordinação feminina seu elemento complementar. A expressiva massa de população mestiça construída na relação subordinada de mulheres escravas negras e indígenas com seus senhores tornou-se um dos pilares estruturantes da decantada “democracia racial” brasileira. (Carneiro, pág. 135)

Sueli Carneiro, assim como Lélia Gonzalez, irá trabalhar as construções históricas da mulher negra, retratada como "exótica, sensual, provocativa. Enfim, com fogo nato; tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual” (2019, pág.136). Enquanto a mulher branca era vista como subjugada ao homem, (seja marido, irmão, pai) - por tanto, subjugada à lógica patriarcal - havia ainda diferenças raciais. A mulher negra, por exemplo, muitas vezes era destinada às relações extraconjugais, como diz o ditado popular: “Preta para trabalhar, branca para casar e mulata para fornicar”.

À preta, restou trabalhos domésticos nas casas de famílias brancas. As amas de leite são agora domésticas e/ou babás, responsáveis pelo cuidado com a casa e as crianças: “ao fundo tem-se a figura de uma negra, forte e trajada de uniforme e avental, para que não haja dúvida de que ela não faz parte da família e, sobretudo, não possui nenhum laço consanguíneo.”(Carneiro, 2019, pág. 142). Carneiro nos diz que a mulher negra, que ficou relegada ao papel de cuidado da família branca, vítima de violência simbólica e física - inclusive sexual dada a construção da imagem libidinosa do seu corpo - é ainda empobrecida dentro de um sistema sexista, racista e capitalista. Esta mulher é ainda, muitas vezes, mãe solo ou principal cuidadora de suas crianças cujos pais não se fazem presentes.

É necessário nos debruçarmos por um momento sobre o sexismo dentro de ambientes majoritariamente negros. bell hooks em *Não Sou Eu uma Mulher?* (2014) fala da relação entre homens negros e mulheres negras e aponta que a noção do impacto do racismo sob a população negra, muitas vezes, inviabiliza a percepção de um outro problema: Os homens negros frequentemente têm ações sexistas. Assim, mesmo sendo vítima de um sistema de opressão racista, o homem negro segue tendo um status de ‘superioridade’ à mulher negra:

A discriminação sexista contra todas as mulheres nas esferas da força de trabalho e da educação acadêmica que atravessou o século XIX na América significou que o povo negro que aspirou a papéis de liderança, quer durante a escravidão quer na emancipação, teve mais candidatos masculinos negros. À medida os homens negros dominavam os papéis de liderança, eles perfilaram o movimento inicial de libertação negra que refletia o preconceito patriarcal. As mulheres líderes negras corajosas como Sojourner Truth e Harriet Tubman não representam a norma; elas foram indivíduos excepcionais que se atreveram a desafiar a vanguarda masculina e lutar pela liberdade. (Hooks, 2014 pág. 65)

Homens negros, mesmo aquele que atuam ativamente contra a violência racista, por muitas vezes não se mostram aliados à luta das mulheres negras. Hooks nos fala das diferentes tensões nas relações masculinas-femininas negras, seja por estes homens negarem liberdade e poder para mulheres que desejavam ambos - sobretudo aquelas ligadas a lutas sociais; seja por tensões ligadas à esfera do trabalho e economia.

Apesar de muitas mulheres negras trabalharem fora de casa, elas permaneciam leais ao patriarcado. Elas estimavam o homem negro que podia não libertá-las da força de trabalho com hostilidade, raiva e desprezo. Mesmo em algumas casas onde os homens negros trabalhavam, mas não ganhavam suficiente dinheiro para ser o único provedor, as esposas negras eram amargas sobre terem de entrar na força de trabalho. Muita da tensão nos casamentos negros e outras relações masculinas-femininas foi causada por mulheres negras

pressionarem os homens para assumirem o ganha-pão, o papel de cabeça-de-casal. (pág. 66)

Os homens negros no período pós escravidão foram muitas vezes excluídos do mercado de trabalho, causando não só um sentimento de inferioridade nestes homens por não serem capazes de prover no interior de um sistema capitalista, como um sentimento de ressentimento das mulheres negras que, apesar do racismo e sexismo, encontravam empregos nas casas das famílias brancas como nos mostrou Carneiro (2019) e Gonzalez (1984).

Vimos de forma breve alguns dos estereótipos vinculados às mulheres negras, como a mulata ou a doméstica. Estas criações estereotipadas acerca da identidade da mulher negra possuem diversos resultados psicológicos e práticos como demonstra Winnie Bueno (2020) ao falar do conceito de *imagem de controle* no pensamento de Patricia Hill Collins:

“As imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder. As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às iniquidades sociorraciais a aparência de naturalidade e inevitabilidade” (pág. 73)

Estas imagens de controle da mulher negra - que abarcam categorias como raça, classe, gênero e sexualidade - tem como base o período escravocrata e é construída no interior da lógica de dominação (colonial, eurocentrada, sexista etc.) construindo, por exemplo, a imagem altamente sexual da mulher negra em contradição a um ideal de pureza das mulheres brancas (cuja virgindade é altamente valorizada). Os estereótipos que inferiorizam e desumanizam as mulheres negras agem com o objetivo de justificar e naturalizar uma desigualdade social, além de produzir significados sobre as vidas destas sujeitas. Significados estes, diferentes do que as mesmas percebem e atribuem para si (Bueno, 2020).

Bueno (2020) caracteriza as imagens de controle trazidas por Collins na livro *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, algumas dessas imagens são: a *Mammy*, trabalhadora doméstica fiel à família branca que serve, seu laço é de amor e devoção, não de exploração - “Ela é como se fosse da família” - Pouco importa sua própria família, parceiro/a, sua história de maneira geral. É assexualizada, o que se destaca é seu comportamento materno. Em contraposição tem-se a *matriarca*, a imagem oposta da *mammy*. A matriarca é agressiva com seus próprios filhos, não demonstra amor, não os educa ou vigia propriamente, assim, estes jovens negros acabam no mundo do crime, tendo de ser

penalizados pelo Estado. A culpa de diversos problemas vivenciados no seio da comunidade negra seria da matriarca, que não cria bem suas crianças, logo, a culpa é desviada do Estado racista.

Tem-se ainda a *welfare mother*, a mulher negra e pobre que é beneficiária de programas sociais. Esta mulher que comumente é solteira e tem muitos filhos, pois é naturalmente reprodutora, é culpabilizada no imaginário social pelo uso do dinheiro público através dos benefícios sociais, imperando o estereótipo da preguiça, justificando a pobreza. Deste imaginário tem-se ainda o ideal de controle da fertilidade feminina, afinal, estas mulheres geram grande quantidade de crianças e são economicamente “improdutivas”. Por fim, traz-se a imagem da *Jezebel*, mulher negra sexualmente agressiva, insaciável, sempre disponível e com seu corpo objetificado. Esta noção do corpo de negras sempre à disposição dos homens - pois é construída dentro de uma norma heterossexual - justifica abusos, afinal de contas este corpo feminino negro seria dado à sexualidade desde a pouca idade. Pode-se perceber que estas imagens de controle comunicam a noção de que são as mulheres as responsáveis por sua posição social. (Bueno, 2020)

O pensamento de Patricia Hill Collins se aproxima intimamente da realidade brasileira, não só nos mostrando como o solo epistemológico acerca dos temas de raça e gênero impacta o cenário atual, como nos faz perceber as aproximações entre a realidade das mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos. O período escravocrata em ambos os países possui diferentes repercussões, ainda assim, pode-se perceber similaridades das opressões de raça e gênero, bem como a imbricação de ambas na vida de mulheres negras. Collins aponta o feminismo negro como projeto de estratégia política e de justiça social capaz, inclusive, de romper com as imagens de controle (Bueno, 2020). É sobre o caráter transgressor de movimentos sociais - como o movimento negro, o movimento feminista e o movimento feminismo negro - e da potência transformadora de teorias que surgem do interior dessas coletividades que abordo na seção a seguir.

● Teorizar e Transgredir

Rose M. Brewer (2022) em seu artigo *The Radical Black Feminism Project: Rearticulating a Critical Sociology* aponta que mesmo entre importantes nomes do pensamento crítico pouco foi pensado em como a relação entre racismo e sexismo articula a produção de

conhecimento⁶. Tendo em vista que mulheres e pessoas negras foram historicamente repelidas de contextos de produção de conhecimento formal, as construções intelectuais resultante das vivências de sujeitas atravessadas por ambos os marcadores sociais eram, também, invisibilizadas. Por exemplo, foi apenas a partir da segunda metade do século XX, sob grande influência do movimento negro, que o termo raça passa a possuir um caráter cada vez mais político, e não biologizante como costumava acontecer (Costa, 2001). As reivindicações específicas das mulheres negras, acadêmicas ou não, enfrentaram e enfrentam ainda mais barreiras para serem validadas.

É importante aqui nos debruçarmos sobre o Movimento Negro brasileiro. Um importante estudo sobre o tema foi realizado por Nilma Lino Gomes em *O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017), a obra reflete sobre o movimento negro brasileiro enquanto ator produtor de saberes emancipatórios e de reivindicações que, por vezes, se tornam políticas de Estado.

Nesse sentido, Lélia Gonzales (1984) traz as noções de consciência e memória como essenciais para a desnaturalização do racismo (e sexismo) no país, temas esses constantemente instrumentalizados pelo movimento negro brasileiro:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (pág. 226)

É em um sentido similar que Gomes (2017) nos fala da importância de conservar a memória do movimento negro e seus feitos que historicamente tem construído a emergência de novos temas e discussões, bem como questiona antigas certezas. Foram questionamentos

⁶ Tradução própria. No original: 'What the traditional critical sociologists did not interrogate was how racism and sexism articulate knowledge production' (pág.45)

surgidos muitas vezes fora de ambientes de educação formal que antigas “verdades”, como as teorias raciais evolucionistas do século XIX, passaram a ser questionadas e temas como a criminalização do racismo, a necessidade de ações afirmativas com foco racial, a denúncia do mito da democracia racial, a existência do racismo religioso e estudos sobre as violências enfrentadas pela população negra nas mais diversas esferas sociais ganharam forças. Estes feitos, afirma a autora, são resultados de ações e discussões que acontecem no interior do movimento negro através de seus ativistas e intelectuais.

Dessa forma, Gomes aponta o movimento negro como um dos principais atores políticos reeducadores do país. Antes de prosseguirmos, é importante conceituar o que Nilma Lino Gomes entende por movimento negro:

Entende-se por movimento negro as mais diversas formas de articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, do rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (2017, pág. 23-24)

Os conhecimentos deste movimento emergem de uma forma de racionalização e percepção de mundo que se dão através de uma experiência racializada dentro de um sistema racista, portanto, não são intuições, mas criação, recriação e produção de saberes (2017, pág. 67). Desse modo, a educação é estrategicamente importante para o movimento negro pois percebe-se esta como local de extrema importância para a construção subjetiva do indivíduo em dada sociedade, esfera esta que, no entanto, foi historicamente excludente para a população negra bem como utilizada para a reprodução de conhecimentos colonizados e colonizadores. Por estes motivos os diversos movimentos construíram espaços educativos fora do meio formal ao mesmo tempo que disputaram e disputam a entrada e permanência nestes locais, reconhecendo a importância de ambos (educação formal e educação popular) (Gomes, 2017).

Complementando Nilma Lino Gomes, que nos falou sobre o potencial do movimento negro em produzir conhecimentos emancipatórios, trago bell Hooks que, por sua vez, nos falará sobre a importância de um conhecimento libertário. Em *Ensinando a transgredir* (2017) bell Hooks fala da teoria como meio de desafiar *status quo*. Ela nos lembra que nem todo pensamento teórico é libertador, mas que possui o potencial de ser.

bell Hooks (2017) irá discorrer sobre a noção de teoria em um sistema machista e racista onde a própria lógica que dita o que se considera teoria é repleta de preconceitos. A autora nos fala, por exemplo, da noção de que os escritos, sobretudo de mulheres não-brancas, são comumente tidas como não teóricas o suficiente, pois seus pensamentos tendem a questionar antigas certezas. Usualmente os pensamentos que possuem status mais elevados no ambiente acadêmico são aqueles mais abstratos, difíceis de serem compreendidos, que são assimilados por um número reduzido de pessoas. O objetivo dessas teorias é, como nos diz Hooks: separar, dividir, manter à distância (pág. 91).

Em contrapartida existe a criação teórica que tem prática subversiva, tendo raízes, muitas vezes, em momentos em que não se pretende construir saberes acadêmicos, afinal “uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer o termo” (pág. 86). A autora nos fala da importância de, no interior dos movimentos feministas e/ou negros, reivindicar teorias como prática necessária e libertadora. São de extrema importância as teorias que nascem do dia a dia, a fim de resolver questões cotidianas, passadas muitas vezes não de forma escrita, mas oral. (Hooks, 2017)

Enquanto trabalhamos para resolver questões mais pertinentes da nossa vida cotidiana (na nossa necessidade de alfabetização, o fim da violência contra mulheres e crianças, a saúde da mulher, seus direitos reprodutivos e a liberdade sexual, para citar algumas), nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e fortalece. (pág. 97)

Ao falar da teoria enquanto espaço de libertação e cura, bell Hooks diz que “quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de auto recuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática” (pág. 85-86).

Neste sentido, Gomes (2017) nos fala da importância dos saberes políticos do movimento de mulheres negras que constroem saberes que ‘reeduquem as identidades, a relação com a corporeidade e a própria ação política dentro e fora do movimento negro (pág. 73).

São essas mulheres que, não raramente, questionam comportamentos racistas e sexistas dentro de movimentos considerados emancipatórios, como o feminista e o antirracista. São atividades políticas realizadas por esse grupo que trazem atenção a temáticas muitas vezes preteridas por outras coletividades, como o combate à violência racial e de gênero próprias da vivência de mulheres negras do país, bem como constrói e reforça alianças com um movimento feminista internacional, sobretudo com grupos de outros países da América Latina. É próprio do movimento de mulheres negras abarcar uma diversidade de questões, como extermínio da juventude negra, intolerância religiosa, particularidades da vivência de comunidades tradicionais (a exemplo dos quilombos), combate à LGBTfobia e outros (Gomes, 2017).

Percebe-se, portanto, que o movimento de mulheres negras possui como característica a abordagem de diversos temas, entendendo que é necessário o entrecruzamento de diferentes opressões para a compreensão da realidade da mulher negra no Brasil, assim, o próximo ponto desta pesquisa se debruça no pensamento que convencionou-se chamar de teoria interseccional.

1.3 O Pensamento Interseccional

Em nove de março de 2001 Sueli Carneiro publica um artigo intitulado “Construindo cumplicidades” que posteriormente vira capítulo no livro *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011), nele a autora nos diz que é comum no dia 8 de março, dia internacional da mulher, que sejam apontados casos de mulheres que tenham sucesso no mundo dos negócios, em espaços comumente ocupados apenas por homens. Essas histórias são utilizadas como exemplo da força, superação e sucesso feminino. Mulheres negras, no entanto, raramente chegam a estes mesmos espaços e pouco se fala que esta população, majoritária do país, ocupe tão poucas posições de poder. É sob a noção da universalidade da experiência de gênero que se pretere temas raciais no interior dos movimentos de mulheres.

Ao denunciar a recusa do movimento feminista brasileiro a tratar de questões raciais - mesmo quando boa parte das mulheres do país são negras - e, sobretudo, reconhecer que há racismo dentro do próprio movimento feminista - a autora aponta a não atenção do Estado brasileiro para as intensas preparações dos movimentos de mulheres negras para participação na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada pelas Nações Unidas em setembro daquele mesmo ano (2001). Este mesmo encontro posteriormente se tornou marco mundial na luta e combate a opressões de cunho raciais e étnicos. O cenário, Carneiro diz, aponta como mulheres negras e suas pautas são historicamente deixadas de lado no país e acrescenta que a “crescente compreensão do impacto do binômio racismo/sexismo na produção de privilégios e exclusões vem produzindo maior solidariedade entre as mulheres” (2011, pág. 122)

Através de apontamentos como estes, trazidos por mulheres como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Sojourner Truth e diversas outras, é possível perceber que as especificidades da realidade das mulheres negras não se faziam/fazem presente de forma satisfatória nas discussões pautadas no interior de coletivos feminista ou nos antirracistas. Foi, em grande medida nos movimentos feministas negros que a articulação e sobreposição de diferentes marcadores sociais, como raça, classe, gênero, sexualidade, geração e outras, passaram a ser tratados com maior atenção.

Para compreendermos o que é a teoria interseccional nos baseamos, sobretudo, no pensamento da professora e socióloga Patrícia Hill Collins. A autora, publicou um livro inteiramente dedicado à teoria interseccional - o *Interseccionalidade* (2021) escrito em conjunto com a também professora e socióloga, Sirma Bilge - onde o pensamento interseccional é apresentado através de uma visão que se baseia em conceitos como identidade, experiência e poder, pensando como estes influenciam um ao outro. Outra importante base teórica para esta pesquisa é o recente *Bem Mais que Ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica* (2022b) onde Collins, não só traz um histórico do pensamento interseccional, como trata de forma aprofundada a relação entre interseccionalidade e promoção da justiça social, sendo ferramenta para o aprofundamento de uma democracia participativa, percebendo a teoria interseccional como uma teoria social crítica.

É pela autora tratar a teoria interseccional vinculada a importantes temas que considero indispensáveis para a compreensão das relações sociais e, por consequência, dos movimentos sociais - como poder, justiça social e democracia - além de apontar a interseccionalidade não

só como uma linha de pensamento, mas como uma *teoria social crítica* é que Collins tornou-se a principal base desta pesquisa.

Em um primeiro momento iremos focar no escrito *Interseccionalidade* (2021) onde Collins e Bilge conceituam o termo interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (pág. 15)

As autoras nos dizem que a teoria interseccional é aquela que, sob o entendimento de uma certa sociedade e em um determinado período, investiga as relações de poder que se sobrepõem e agem de maneira unificada. Assim, a interseccionalidade permite perceber a complexidade da experiência humana, pois, apesar de muitas vezes não ser percebida, essa sobreposição de opressões impacta nos diversos campos da vida cotidiana, como trabalho, educação, acesso à saúde entre outros, influenciando tanto a experiência subjetiva dos sujeitos como nas relações sociais.

As autoras apontam como de vital importância a criação do conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw, no entanto, defendem que a história de um pensamento interseccional vem de muito antes. Collins e Bilge apontam o século XX, sobretudo sua segunda metade, como período importante para as ideias centrais que formam a interseccionalidade; foi no contexto de movimentos sociais e na luta contra as opressões capitalistas, machistas, racistas e, mais precisamente, no seio da coletividade das mulheres não brancas que este pensamento toma força:

No fim da década de 1960, mulheres de cor se engajaram em ideias e práticas dos direitos civis, do movimento Black Power, de libertação dos chicanos, Red Power e movimentos asiático-americanos em bairros racial e etnicamente segregados. Dentro desses movimentos, as mulheres de cor eram, em geral, subordinadas aos homens, apesar da igualdade nominal com eles, o que constituía um problema diferente daquele que vivenciavam com a segregação racial, étnica e de classe. É importante ressaltar que a produção intelectual e o ativismo de mulheres negras, chicanas, asiático-americanas e indígenas não derivaram da chamada segunda onda do feminismo branco, mas eram originais em si. (pág.91)

Dessa forma, apesar das coletividades de mulheres negras dos Estados Unidos serem parte importante da construção de uma visão interseccional, essa construção deu-se em

conjunto com outras mulheres: chicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas. Em relação ao Brasil, as autoras apontam que havia aproximação na forma de compreender como enfrentar violências, “embora separadas das afro-brasileiras pela geografia, pela língua e pelas histórias nacionais” (pág.91).

Movimentos sociais historicamente reivindicam medidas de justiça social, como acesso à saúde, educação e moradia de qualidade. Reivindicações estas que resultaram, a partir das décadas de 1980 e 1990 (no Brasil sobretudo a partir do início do século XXI) em medidas de inclusão de sujeitos e sujeitas que vinham sendo excluídos do acesso a direitos básicos. Foi com a entrada de indivíduos nos mais diversos locais que novas percepções acabam por adentrar espaços institucionais, seja na educação, na política, na saúde, em setores administrativos etc. Homens e mulheres que faziam parte de movimentos sociais passaram a ter maior acesso a esses ambientes. (Bilge e Collins, 2021)

“Se os movimentos sociais não tivessem lutado pela inclusão das mulheres e das pessoas de cor em faculdades e universidades, é improvável que as concepções de interseccionalidade introduzidas por agentes de movimentos sociais surgissem na academia [...] O acesso a cargos acadêmicos permitiu que as mulheres afro-americanas levassem diretamente para a academia ideias da política feminista negra por meio de vários projetos de feminismo negro, estudos de raça/classe/gênero, estudos étnicos e estudos chicanos. Os principais trabalhos realizados por mulheres afro-americanas, estabelecendo as bases para o que ficou conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars* [Guerras civis], de June Jordan ; o livro clássico de Audre Lorde, *Irmã outsider* ; e o livro inovador de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*. Em trabalhos como esses, é possível perceber que a produção intelectual das mulheres negras continha uma análise explícita da interconectividade de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder que estava nitidamente vinculada a diversos projetos de justiça social catalisados pelo envolvimento dessas mulheres com os movimentos sociais. (pág.106)

No contexto do Brasil são diversas as mulheres negras que tiveram sua produção intimamente vinculada à experiência pessoal, prática social e que buscavam por justiça social. Além das supracitadas Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, podemos falar de Beatriz do Nascimento, Conceição Evaristo, Luiza Bairos, Jurema Werneck, Vilma Reis, Marielle Franco e diversas outras.

Um ponto importante para que possamos compreender este debate é entendermos a ligação entre interseccionalidade e identidade. Bilge e Collins (2021) falam que é comum nos dias de hoje, sobretudo por grande influência do pensamento de Stuart Hall, compreendermos que a identidade de um sujeito(a) é influenciada por diversos fatores e que, dependendo do

contexto social, um ou outro marcador social se destaca. Essa noção de construção identitária plural possui contribuição da teoria interseccional: “Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou simultaneamente chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual” (pág. 188). Afinal, como nos diz Audre Lorde (2018): não existe hierarquia de opressão.

Também noções de identidade coletiva bem como ação política em muito podem ganhar com a contribuição de uma visão interseccional, como mostram as autoras ao usarem o exemplo dos movimentos de mulheres negras brasileiras, que através da construção de uma identidade negra feminina coletiva construíram e constroem lutas políticas: “é o caso, por exemplo, das negras brasileiras que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas” (pág.187). A interseccionalidade é, portanto, importante ferramenta não só de análise como também de ação.

Preciso ainda salientar quatro esferas que Bilge e Collins (2021) apontam como aspectos importantes para o pensamento interseccional: o contexto social, a relacionalidade, a desigualdade social e a justiça social. O *contexto social* é importante para traçar estratégias políticas. Ao falar das mulheres negras brasileiras, as autoras apontam que os movimentos de mulheres negras fizeram uso, historicamente, de um essencialismo estratégico na construção de uma identidade negra feminina. Esse essencialismo é importante para a construção de uma identidade coletiva capaz de mobilizar vários indivíduos/as e, conseqüentemente, traçar estratégias para alcançar seus objetivos políticos em um determinado contexto social. A *relacionalidade*, por sua vez, se trata da capacidade de ligação entre os diversos movimentos ou coletivos. Essa estratégia também é trazida por Collins em seu artigo *A Diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa* (2022a) onde trabalha o conceito de solidariedade flexível;

Sem solidariedade entre os afro-americanos, as lutas políticas para acabar com a dominação racial estariam condenadas. No entanto, para as mulheres negras, uma solidariedade inquestionável não poderia ser inerentemente desejável nem eficaz quando se apoiava em hierarquias de gênero intergeracionais dominadas por homens. Essa solidariedade era hierárquica, rígida, muitas vezes apoiada pela teologia ou tradição religiosa, e criava barreiras para uma ação política eficaz. As mulheres negras viram a necessidade de solidariedade, mas calibraram suas ideias e ações para aprimorar entendimentos críticos de solidariedade que fossem mais adequados para seus projetos políticos. (pág. 32, 2017)

Dessa forma, coletividade de mulheres negras, quando necessário, trabalham em conjunto com homens negros e quando precisam, os questionaram. O mesmo serve para ações em conjunto com mulheres não negras, bem como para a relacionalidade entre diversos outros movimentos sociais. A fim de exemplificar, Collins nos fala do feminismo negro contemporâneo que, nas palavras da autora, é explicitamente interseccional e tem a solidariedade flexível como base de sua prática organizacional. Um exemplo trazido pela autora é o Black Lives Matter, inicialmente liderado por três mulheres queer afro-americanas, que em seu site oficial é descrito da seguinte forma:

“Enraizado nas experiências dos negros neste país que resistem ativamente à nossa desumanização, #BlackLivesMatter é um apelo à ação e uma resposta ao virulento racismo anti-negro que permeia a nossa sociedade. Black Lives Matter é uma contribuição única que vai além dos assassinatos extrajudiciais de negros pela polícia e vigilantes. Black Lives Matter afirma a vida de negros queer e transexuais, deficientes físicos, negros sem documentos, pessoas com registros, mulheres e todas as vidas negras ao longo do espectro de gênero. Centra aqueles que foram marginalizados dentro do movimento de libertação negra (blacklivesmatter.com)”

O movimento possui uma base interseccional e conta com a solidariedade de vários grupos da população negra que são diversos entre si, mas ainda assim vivenciam a dominação racial (Collins, 2022b). Por sua vez, a *desigualdade social*, é tratada pelas autoras a partir da percepção de que as relações de poder devem ser tratadas tanto a partir de suas intersecções específicas, como racismo, sexismo, capitalismo etc., quanto através do que chamam de “domínios de poder”, ou seja, estruturais, culturais, interpessoais etc. Dessa forma, busca-se compreender como essas relações de poder influenciam na construção da identidade dos sujeitos e sujeitas e em suas relações no interior de sociedades desiguais.

Bilge e Collins (2021) nos mostram que a partir da percepção de contextos sociais, das coalizões/relações somadas ao entendimento das relações de poder que constrói-se base para uma atuação que visa a *justiça social*, pois é a partir da construção de uma identidade voltada para a formação do indivíduo enquanto sujeito político que pode-se alcançar uma mudança coletiva. Irei então, tratar o tema da justiça social vinculada ao movimento de mulheres negras e à interseccionalidade de forma mais pormenorizada no tópico a seguir.

1.4 Mulheres negras, Interseccionalidade e Justiça social

O livro *Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica* (2022b) de Patricia Hill Collins será nossa principal base para esta seção. Nesta obra a autora trata, entre

outras coisas, sobre como o feminismo negro é importante para entendermos o pensamento interseccional – como já vimos anteriormente – e nos lembra que as noções de *solidariedade flexível* e *comunidade* são de grande importância para o estudo do movimento de mulheres negras feministas, além de essencial para compreendermos a ação social enquanto forma de produção de conhecimento.

Collins nos fala sobre o trabalho comunitário desenvolvido por mulheres no interior das comunidades negras segregadas. As atividades desenvolvidas no interior das comunidades tinham o caráter de protestos, mas, sobretudo, visavam a sobrevivência dos indivíduos daqueles grupos, pois, “para as pessoas negras estadunidenses, trabalhar pela mudança social constitui um caminho importante para a dignidade pessoal e a liberdade individual” (pág. 237). Apesar da autora nos falar especificamente dos Estados Unidos, pode-se facilmente perceber um cenário similar no Brasil, paralelo que a própria autora faz em vários de seus escritos.

O papel das mulheres no interior destas comunidades, eram de grande importância pois eram elas, muitas vezes, as chefes das famílias por serem mães solo ou por ficarem responsáveis pelo lar e cuidado de crianças e idosos, tanto como resultado dos papéis de gênero impostas às mulheres, por vezes, intensificados pela ausência dos homens da família – sejam pais, irmãos, filhos ou companheiros – vítimas da violência ou do encarceramento em massa. A esfera do cuidado muitas vezes não se limita aos próprios filhos e família nuclear, mas são estendidos a outras pessoas da comunidade, vizinhos e amigos. Como exemplo, Collins cita Ella Baker, ativista pelos direitos civis nos Estados Unidos que não teve filhos biológicos, mas atuou por vários anos desenvolvendo atividades voltadas ao cuidado para com a juventude negra, bem como as mulheres que fizeram parte do Panteras Negras e desenvolveram importantes projetos referente ao cuidado, sobretudo com as crianças e jovens de suas comunidades (Collins, pág. 238).

De forma simplificada, Patricia Hill Collins diz que o trabalho reprodutivo - aquele voltado ao cuidado do lar e cuidado das crianças, idosos ou doentes, - das mulheres negras foi colocado à disposição das comunidades negras. Assim, a luta pela liberdade e pela justiça social para a comunidade negra era lutar por sua própria liberdade, pois, a liberdade individual não ocorreria sem a liberdade coletiva (pág. 239).

Exemplo da importância de mulheres negras na luta por justiça social em sua atuação através de coletividades foram as ativistas do movimento Panteras Negras como trazido no livro

*Remaking Black Power: How Black Woman transformed an era (2017)*⁷. A autora, Ashley D. Farmer inicia a obra falando sobre uma ilustração que aparecia ao final do jornal do partido dos Panteras Negras do dia 1 de julho de 1972.



A ilustração feita por Gayle Dickson mostra uma mulher negra, de pés descalços, segurando um pacote com comidas doadas pelo partido do movimento dos Panteras Negras, vê-se ainda que ela usa um botão em apoio à campanha para prefeito de Bobby Seale, um dos líderes do movimento. Lê-se, em tradução livre: “Sim, sou contra a guerra no Vietnã, sou a favor da libertação Africana, pelo registro eleitoral e pela sobrevivência do povo!”

Farmer nos diz que ilustrações como esta não só nos permite perceber a agenda política do partido como também a observar como a imagem da mulher negra era trabalhada pelo movimento, mesmo que este fosse, em grande medida, dominado por homens.

⁷ Todas as citações da obra que estão em português são traduções minhas.

Mais do que simplesmente propaganda partidária, a arte de Dickson era uma janela para perceber algumas das maneiras mais comuns pelas quais as mulheres negras imaginavam seus papéis e potenciais políticos durante a era do Black Power. Nesta imagem, ela ilustrou como elas se viam como domésticas militantes e mulheres negras revolucionárias⁸ (pág. 4)

Lembrando o que Collins e Bilge (2021) nos falam sobre a construção de uma identidade unificada e essencialista estrategicamente construída, Farmer aponta que ilustrações como a de Dickson fazem:

“Parte de uma conversa multifacetada e de longa data entre ativistas negras durante essa época, na qual elas usaram sua produção intelectual e cultural para desafiar percepções hegemônicas e patriarcais da feminilidade negra e desenvolver símbolos unificadores que pudessem incitar outras mulheres a ações políticas radicais⁹ (pág. 6)

Dentre as medidas tomadas para a construção de uma nova imagem da mulher negra pode-se citar o “Nationales Woman”, um manual escrito pela organização Committee for Unified Newark (CFUN) que ensinava como membras poderiam incorporar um ideal de mulher africana; Ou ainda a noção idealizada de ‘mulher militante da classe trabalhadora’ que era promovida em jornais negros. Essas mulheres também buscaram unir forças com “mulheres de cor” não-negras a fim de posicionar suas lutas em proximidade com a de mulheres do chamado terceiro mundo, afinal, compreendeu-se que os grupos tinham o objetivo comum de fazer frente ao racismo, sexismo, capitalismo e outras opressões (Farmer, 2017).

A reconstrução da imagem de mulheres e homens negros era de extrema importância para o ativismo e produção teórica do movimento dos Panteras Negras, pois, eram essas noções de identidade que uniam ativistas negros em torno de ideias e objetivos em comum. Farmer (2017) tem em seu estudo a intenção de demonstrar como as mulheres negras construíram coletivamente novos ideais sobre os papéis de gênero da mulher negra em um período de grande efervescência do movimento Black Power, contribuindo para os estudos que apontam as

⁸ “More than simply party propaganda, Dickson’s art was a window into some of the common ways in which black women imagined their political roles and potential during the Black Power era. In this image alone, she illustrated how they envisioned themselves as militant domestics and revolutionary black women.”

⁹ “Dickson’s artwork was part of a multifaceted and long-standing conversation among black women activists during this era, one in which they used their intellectual and cultural production to challenge hegemonic and patriarchal perceptions of black womanhood and to develop unifying symbols that could incite other women to radical political action”

variadas contribuições organizacionais, culturais e teóricas das mulheres negras para espaços de militância.

Desta forma, a autora aponta como a criação da imagem de mulher negra foi um esforço intencional a fim de reformular as hierarquias de raça e de gênero dentro dos movimentos sociais antirracistas e, eventualmente, da sociedade em geral. Estas imagens, segundo a autora, possuem uma perspectiva interseccional da libertação negra, pois desafiam noções patriarcais e racistas.

Apesar de seus esforços, as ativistas negras não foram capazes de subverter completamente o verdadeiro sexismo e misoginia da era Black Power. No entanto, sua reformulação das ideias políticas e populares sobre a feminilidade negra teve efeitos palpáveis. Usando seus novos modelos de feminilidade negra, as ativistas negras reformularam as ideias e símbolos do Black Power e direcionaram as principais organizações da época para modelos emancipatórios mais inclusivos¹⁰. (pág.8)

Pode-se perceber no trazido até então que a ação de mulheres negras em suas coletividades foi de grande importância para a denúncia e mitigação de injustiças sociais enfrentadas por mulheres negras no país. Outro ponto importante para esta pesquisa é a reflexão sobre a ligação entre a teoria interseccional e a luta por justiça social, para pensar o tema, Patrícia Hill Collins parte da discussão referente aos paradigmas:

Os paradigmas fornecem estruturas que descrevem, interpretam, analisam e, em alguns casos, explicam tanto o conhecimento que está sendo produzido quanto os processos utilizados para produzi-lo [...] Esse tipo de pensamento costuma ser difícil de reconhecer como tal, porque os paradigmas costumam estar implícitos, presumidos e tomados como certos. (pág. 65, 2022)

A autora diz que é quando enigmas e problemas não podem mais ser resolvidos dentro do paradigma vigente que outro (s) emerge (m), causando mudanças drásticas ou não. A interseccionalidade enquanto teoria crítica social, por sua vez, ao tratar de problemas relacionados à desigualdade social e suas consequências, apresenta novos caminhos para se perceber a sociedade, sendo reconhecida por intelectuais e outros profissionais enquanto importante forma de investigação crítica bem como de práxis (pág. 66).

¹⁰ “Despite their efforts, black women activists were not able to completely subvert the very real Black Power—era sexism and misogyny. However, their reformulation of political and popular ideas about black womanhood did have palpable effects. Using their new models of black womanhood, black women activists reformulated Black Power ideas and symbols and bent the era’s major organizations toward more inclusive emancipatory models.”

Collins assinala a importância de uma teoria que trabalhe as ‘relações de poder mutuamente construídas’ e a consequência deste fenómeno para a relações sociais, o que levaria a uma transformação do paradigma do pensamento sobre a relação entre poderes e desigualdade social. A autora traz um quadro onde aponta os constructos centrais da teoria interseccional, bem como suas premissas orientadoras:

CONSTRUCTOS CENTRAIS	PREMISSAS ORIENTADORAS
Relacionalidade Poder Desigualdade social Contexto social Complexidade Justiça social	(1) Raça, classe, gênero e sistemas similares de poder são interdependentes e constroem mutuamente uns aos outros. (2) A intersecção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade. (3) A localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder determina suas experiências e perspectivas no mundo social. (4) Resolver problemas sociais dentro de um dado contexto regional, nacional ou global requer análises interseccionais.

Quadro intitulado ‘Ideias paradigmáticas da interseccionalidade’ (Collins, 2022b, Pág. 74)

Os constructos centrais são temas comuns das investigações interseccionais ou, outras vezes, premissas metodológicas que orientam pesquisas. As premissas orientadoras, por sua vez, são hipóteses que influenciam a investigação e práxis da interseccionalidade, pois, são noções que comumente orientam aqueles que trabalham com o tema (pág. 68 -69). Estes constructos e premissas facilmente nos levam a pensar a justiça social. Collins nos diz que a teoria interseccional é frequentemente percebida como intrinsecamente ligada à justiça social, em grande medida por sua presença em movimentos sociais, como o feminismo negro. No entanto, a partir da incorporação do pensamento interseccional nas instituições, sobretudo na academia, a teoria parece ter enfraquecido o compromisso com a justiça social. A autora nos diz que alguns acadêmicos veem esse distanciamento como algo positivo para uma aproximação com o ideal de objetividade científica (pág. 373).

É sob a análise de que é preciso evitar uma narrativa política, politizada ou ainda ligada à noções identitárias que alguns são a favor da aproximação da teoria interseccional com o ideal de ‘objetividade descontextualizada’, adequada a padrões epistemológicos e metodológicos científicos ocidentais. Esse ideal, nos fala Collins, pode ser danoso para a própria teoria interseccional (pág. 374). A autora nos lembra ainda que teorias sociais críticas que possuem ligação com o ideal de justiça e mudança social também possuem seu espaço na academia, a exemplo de Frantz Fanon que com seus escritos “propiciou uma resistência intelectual em lutas de libertação concreta.” (pág. 375) - ou ainda a exemplo de diversas outras autoras trazidas nesta pesquisa. Além disso, Collins nos rememora que a justiça social é foco do feminismo negro, um dos grandes responsáveis pelo pensamento interseccional.

Desligar a interseccionalidade de seu compromisso com a justiça social pode levar à legitimação acadêmica da interseccionalidade, mas também pode minar a integridade da investigação *crítica* da interseccionalidade [...] A interseccionalidade pode lançar uma crítica eficaz contra as injustiças sociais quando ela mesma parece ser cúmplice se beneficiar das desigualdades sociais em seu próprio quintal acadêmico? (pág. 375- 376)

Como constructo da teoria interseccional, a justiça social é, portanto, intimamente ligada ao pensamento interseccional, no entanto, assumir o compromisso ético com a justiça possui riscos e benefícios. Patrícia Hill Collins diz ainda que o compromisso com a justiça não tem, necessariamente, que estar presente em todas as pesquisas que possuem caráter interseccional e apresenta como exemplo pesquisas desenvolvidas na área médicas onde, mesmo que não haja compromisso explícito com justiça social, ainda assim, contribuem para o fortalecimento da teoria no meio acadêmico. Importante ainda afirmar que a interseccionalidade não busca uma definição consensual do que seria a justiça social, ao invés, busca reconhecer que os diversos projetos interseccionais possuem suas próprias noções de justiça social. (pág. 378)

Nesta pesquisa pretende-se perceber o pensamento interseccional e a busca por justiça social no coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco que se descreve enquanto uma articulação sem fins lucrativos, que atua contra o racismo, o machismo e pelo bem viver sem a violência, e atua sob os pilares da identidade, ancestralidade e resistência. As demandas trazidas pelo coletivo são variadas: acesso à saúde, incluindo a sexual e reprodutiva; presença de pessoas negras na política formal, Direitos da população LBT, Liberdade religiosa e combate ao racismo religioso, combate à violência contra as mulheres, etc. Bem como cobra pela resolução de crimes em casos como o de Miguel Otávio e Mirtes Renata, o menino de cinco anos caiu do

nono andar de um prédio de luxo na cidade de Recife (PE), enquanto estava sob os cuidados da patroa da sua mãe, Sari Corte Real, que o deixou sozinho no elevador do edifício.

A variedade de pautas incorporadas pelo coletivo abarca a diversidade de mulheres negras e, conseqüentemente, os múltiplos temas que impactam a vivências destas mulheres. A atuação do coletivo remete ao que Patricia Hill Collins nos fala sobre quatro bases da interseccionalidade, pois é dentro do *contexto social* e das diversas pautas que surgem que a solidariedade flexível se apresenta através de *relações* entre as diversas sujeitas e os diversos coletivos a fim de combater as *desigualdades sociais* causadas pelas relações de poder, buscando, assim, a *justiça social*.

2. Segundo Capítulo : Percursos Metodológicos

- **A pesquisadora**

Compreendendo que o ideal de neutralidade científica é uma falácia, percebo ser importante localizar a pesquisadora dentro desta pesquisa. Como trago na introdução, sou uma mulher negra e bissexual e, mais importante, busco agir nas diversas esferas da minha vida sob uma lógica feminista, antirracista e antilgbtfóbica. Isso significa que esta pesquisa não tem o objetivo de ser descontextualizada. É o exato oposto que proponho aqui.

Cheguei à teoria interseccional através do feminismo negro, que conheci na adolescência; antes de entrar na graduação já me interessava nas discussões sobre gênero, raça e sexualidade, pois são temas que atravessam minha vida, o que significa que a escolha do tema de pesquisa e de minha base teórica nunca foram percebidas como algo separado de minha individualidade. Queria estudar a teoria interseccional e, principalmente, a imbricação entre as esferas de gênero e raça no contexto brasileiro. Foi por esse interesse que entrei no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade - Audre Lorde (GEPERGES) em meados de 2019, foi lá onde tive contato com boa parte das autoras que trago aqui, em especial, a Patrícia Hill Collins.

Foi para uma atividade do GEPERGES, no ano de 2021 que Carina - outra membra do grupo que por acaso é também minha namorada - me propôs traduzirmos um artigo da Patrícia

Hill Collins, um texto que ela havia achado ótimo, mas descobriu que ele não existia em português. O artigo em questão, *The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy* (ou A Diferença que o Poder Faz: Interseccionalidade e Democracia Participativa), realmente nos capturou e queríamos apresentá-lo para nossas companheiras e companheiros gepergianas(os). Foi traduzindo este texto que conheci a autora que atualmente é a principal base desta pesquisa, e assim, passei a ler outros escritos seus. Desde o primeiro contato, o que mais me chamou atenção nos escritos de Collins foi a percepção da teoria interseccional como potente ferramenta de impacto social.

Como alguém que vem de uma graduação em Ciências Sociais, onde muito discute-se a praticabilidade das teorias estudadas e, sobretudo, por ser uma pessoa entusiasta do transformar social, o pensamento trazido por Patrícia Hill Collins ao apresentar uma teoria que pode - e deve, acrescento - ser ferramenta para a justiça social logo me cativou. A noção da interseccionalidade como instrumento capaz de aprofundar a democracia participativa (Collins, 2022a), é algo que me marcou por uma razão importante: eu adoro política. Sei disso há muito tempo, mas nos últimos anos esse interesse se fortaleceu. As eleições de 2022 foram particularmente importantes por ser um momento de extrema necessidade de defesa de um projeto democrático para o país, em detrimento do aprofundamento do fascismo. A experiência foi ainda mais significativa para mim por ter trabalhado na campanha de uma candidata à deputada estadual. Foi no tratar de política de forma mais explícita nos mais diversos momentos e espaços em que a potencialidade das mulheres negras no transformar social me lembrava constantemente do que li em várias autoras - Collins, Carneiro, Lorde, Hooks, Kilomba e por aí vai.

O fazer política - institucional ou não - destas mulheres me trouxe uma maior curiosidade de estudar a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Já conhecia o trabalho do coletivo, mas de maneira superficial, limitado a um evento do coletivo em que estive presente e logo percebi o caráter interseccional. Neste ano de 2022 descobri ainda, para grande surpresa, que muitas mulheres negras cuja atuação admiro fazem parte do coletivo. O que me lembrou um questionamento levantado pela escritora e poetisa Joy Thamires em uma roda de diálogos que participei sobre mulheres lésbicas e bissexuais nos terreiros, Joy falou sobre a importância da documentação através de estudos das referências vivas que possuem importante atuação, mas não recebem a reconhecimento de seus trabalhos. Assim, compreendi ser importante um estudo de um coletivo tão atuante nas mais diversas frentes.

Tendo situado a pesquisadora, é hora, então, de situar a pesquisa.

- **A pesquisa**

A princípio minha vontade era a de me aprofundar na teoria interseccional, ao mesmo tempo que tinha grande interesse em estudar a atuação política de sujeitas negras, sobretudo em suas coletividades. Por esse motivo resolvi fazer minha pesquisa de mestrado sobre algum coletivo de mulheres negras. No processo de submissão do projeto para o mestrado falei sobre a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco pois já havia ouvido falar bastante, mesmo que nunca tivesse frequentado algum evento promovido pelo coletivo. No primeiro semestre de aulas no mestrado tive várias outras ideias de pesquisa, pensei em focar nas vivências de mulheres negras lésbicas e bissexuais ou, depois, buscar realizar uma análise de trajetória de mulheres negras que são referências no movimento negro, muito inspirada nas provocações e questionamentos de Joy, como disse acima. Até que no segundo semestre de 2022 surgiu a oportunidade e me inscrevi em um curso de Formação Política da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Lá eu decidi que queria estudar aquele coletivo. De certa forma, estudar esse coletivo abarcava os temas que eu tinha pensado antes. Me vi em uma sala cheia de mulheres negras das mais variadas idades, de diferentes atuações profissionais, de sexualidades diversas e classes sociais distintas, tão diferentes entre si, mas que passaram e passam por experiências muito próximas durante a vida.

Só consegui comparecer a um encontro desta formação devido a dinâmica do trabalho que desenvolvia na época, foi neste trabalho, no entanto, onde conheci muitas mulheres negras incríveis que estavam pensando e agindo, através de uma lente interseccional, o fazer política. Durante aquelas semanas de trabalho acabei descobrindo que muitas das mulheres que conheci e admirava - mesmo tendo muito pouco contato com elas - construía a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Sem perceber estava presenciando um pouco da atuação de mulheres que constroem aquela organização. Foi neste processo que, finalmente, cheguei a este projeto que objetiva apreender o caráter interseccional da atuação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco bem como a relevância da teoria interseccional para a promoção do que entende-se como justiça social, ou seja, o combate às desigualdades sociais. Para tal, tem-se uma pesquisa de caráter qualitativo, que se debruça sobre a realidade que não pode ser quantificada. Trabalhando, então, com significados, crenças, valores, motivos, relações (Minayo, 2021).

Maria Cecília Minayo (2021) nos apresenta o que chama de ciclo da pesquisa, sendo esse, (1) a fase exploratória - consiste na construção do projeto de pesquisa e, consequentemente, na apreensão das teorias em torno do fenômeno de pesquisa; (2) fase de campo, onde o contato com a realidade proporciona um diálogo entre teoria e prática, podendo causar mudanças no planejado na fase do projeto. É na fase exploratória que se dá a observação do fenômeno bem como o diálogo com as interlocutoras da pesquisa; (3) o tratamento e análise dos dados, neste momento busca-se interpretar os dados empíricos e articulá-los com as teorias. Referente à análise de dados na pesquisa qualitativa a autora nos diz que:

[...] não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador. (pág. 26)

Para atender os objetivos desta pesquisa foram realizadas observação participante, entrevistas semi estruturadas e registros de relatos de participantes do coletivo. Em Maio de 2023 participei do processo de acolhida da RMNPE¹¹ (espaço para aquelas que desejam se juntar ao coletivo), participei do curso de formação política da RMNPE (Jornadas Negras de Formação Política) que durou de Junho de 2023 à Novembro do mesmo ano. Durante o processo mantive um diário de campo onde foram registrados sentimentos, questionamentos, provocações, visto que o ‘objeto’ de estudo perpassa por subjetividades minhas e das sujeitas colaboradoras. Durante o primeiro semestre de 2024, quando escrevo as linhas finais desta pesquisa, sou oficialmente integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

De grande importância para a construção desta metodologia foi Grada Kilomba, a autora nos diz que, além das consequências do racismo na vida de pessoas negras ter sido historicamente negligenciadas, muitos dos estudos que buscavam tratar temas raciais ocorriam através do que a autora chama de *um olhar e vocabulário branco* e não através da voz dos sujeitos atingidos pelo racismo, em sua autopercepção e autodeterminação. Em seu livro *Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2021) Kilomba tem como foco a experiência de mulheres negras no interior de uma sociedade patriarcal e racista, percebendo estas mulheres enquanto sujeitas - em seu caráter político, social e individual - e não enquanto *outras*. De forma semelhante tenho como foco as *sujeitas* da pesquisa, suas experiências e

¹¹ Ainda que nos momentos das entrevistas as participantes chamem o coletivo apenas de ‘Rede’ Irei utilizar a sigla da organização (RMNPE) ao longo do texto, pois esse é um ponto frequentemente trazido pela coordenação do grupo: A necessidade de chamar o grupo pelo seu nome, realçando que se trata do coletivo de Pernambuco, tendo em vista que há outras organizações com nome similar a exemplo da Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

atuação no coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Para tal, dialoguei com algumas mulheres que constroem o coletivo a fim de, não apenas perceber as ações da RMNPE através de observação, acesso a documentos ou outros escritos, mas, sobretudo, a partir das sujeitas que dele participam.

No primeiro momento realizei entrevistas semi estruturadas com três mulheres - Rosa Marques, Piedade Marques e Emanuele Nascimento - que possuem papel relevante na RMNPE e, dessa forma, contribuíram com informações de extrema importância. O objetivo foi conhecer essas mulheres e suas trajetórias pessoais e atuação no movimento de mulheres negras e, mais especificamente, com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, bem como entender a história, objetivos e organização da RMNPE. O modelo de entrevista escolhido é aquele que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, pág. 59). A partir das vivências em atividades do coletivo percebi a necessidade de tratar temas específicos e, dessa maneira, dialoguei com outras duas mulheres: Verônica Ferreira e Liliana Barros, dessa vez com perguntas direcionadas a temas específicos.

Ao tratar de pesquisas que se debruçam sobre as vidas, e, conseqüentemente, as memórias dos indivíduos, Abrahão (2003) nos diz que:

Ao trabalhar com metodologia e fontes dessa natureza o pesquisador conscientemente adota uma tradição em pesquisa que reconhece ser a realidade social multifacetada, socialmente construída por seres humanos que vivenciam a experiência de modo holístico e integrado, em que as pessoas estão em constante processo de autoconhecimento. Por esta razão, sabe-se, desde o início, trabalhando antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, portanto, antes do que com o objetivo. Nesta tradição de pesquisa, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas, sim, compreender o fenômeno em estudo, o que lhe pode até permitir uma generalização analítica. (pág. 80)

A autora nos diz, portanto, que ao nos debruçarmos sobre trajetórias e experiências das sujeitas, lidamos também com fatos históricos e também subjetivos, mas principalmente, com as reflexões e análises de cada indivíduo sobre si e o mundo. Buscando aprender mais sobre narrativas participei do mini curso ‘História Oral: Metodologia, Memórias e Narrativas’ com a professora Marilda Aparecida de Menezes, que ocorreu na V Semana Acadêmica do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Um dos principais aprendizados que tive neste curso foi a importância de evitar cortar a narrativa dos sujeitos com quem dialogamos, não só no momento de fala, mas também quando escrevemos, a fim de não

romper com seus argumentos, memórias e forma de apresentar suas ideias. Dessa forma optei aqui por, sempre que possível trazer citações longas além de salientar que o texto que compõem o terceiro capítulo dessa pesquisa tem múltiplas vozes, mais do que é possível contar.

Em “História Oral: Uma metodologia para o estudo da memória” Menezes (2005) nos diz que “a história oral se constituiu como a maior fonte humana de produção, conservação e difusão do conhecimento” (pág. 23). Tendo ganhado espaço na área das ciências humanas na segunda metade do século passado. Nas Ciências Sociais, por outro lado, tem sido uma das principais técnicas utilizadas desde o início de disciplinas como antropologia e, sobretudo de métodos como a etnografia. Pensando a partir de Geertz e sua proposta de *descrição densa*. Menezes nos lembra ainda que “uma interpretação da fala do outro, reconstruindo não apenas os eventos, as experiências e os processos sociais, mas o sentido atribuído pelos seus praticantes” (pág.29). Pontua-se ainda que a história oral surge com o objetivo de questionar os registros formais da história, colocando em pauta as noções de neutralidade, objetividade e verdade ligados a documentos formais, ou seja, busca-se trazer narrativas de sujeitos e sujeitas invisibilizados historicamente. Nesse sentido a autora aponta que:

“Quando recorre a Heródoto contra a tradição positivista, apresentando-se como volta às fontes da história autêntica, a História Oral não está equivocada: é retorno, repetição e adaptação dos grandes paradigmas sobre os quais o populismo, já desde o século XIX, sonhou reconciliar o saber com o povo. Opondo à fria trilogia acadêmica Estado, história, escrita a sua própria trindade revolução, memória, oralidade, a História oral assume um projeto utópico de democratização da história, contra a instituição, a civilização, o progresso, a cidade, propondo-se devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo. História quente, militante, história dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial, a História Oral construiu sua identidade sobre um sistema maniqueísta de antinomias, de que decorrem os seus princípios metodológicos uso da pesquisa de campo e da observação participante, abertura interdisciplinar para as demais ciências sociais” (Trebitsch.1994, p. 25 APUD Menezes. Pág.30. 2005)

Desse modo, a autora chama atenção para a instrumentalização da história oral ligada a um compromisso para com grupos sociais historicamente oprimidos, como os diversos movimentos sociais. A partir disto, irei apresentar o apreendido no campo - através da observação e dos diálogos com as interlocutoras - e gerar um diálogo entre o percebido durante esta pesquisa e a literatura existente. A análise, por sua vez, será feita tendo a teoria interseccional como ferramenta epistêmico-teórico-analítica, como aponta Silva (2019), pois, além de tratar das imbricações entre as esferas de gênero e raça (e as demais que surgiram durante as vivências no campo), busca-se compreender como as interlocutoras percebem a

atuação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e sua importância. No quarto e último capítulo irei, por fim...

Por fim, trago o debate da ética na pesquisa, mais precisamente em pesquisas que possuem como base a interseccionalidade. Patricia Hill Collins (2022b) nos fala que, pela teoria interseccional ter grande proximidade da noção de justiça social, esta pode ser vista como tendenciosa ou não objetiva, tendo em vista que o ambiente acadêmico, nas palavras da autora: tem um compromisso com uma ética que enfatiza a proteção dos direitos individuais em detrimento aos direitos coletivos. A teoria interseccional, por sua vez, tem como um de seus pontos fortes a capacidade de mobilizar sujeitos e comunidades para a busca de objetivos éticos mais amplos, coletivos, como a própria justiça social. Este compromisso com uma ética de justiça social, segue Collins, não significa o apego à ideias de grupos sociais, políticos ou religiosos específicos, e sim um posicionamento que defende o direito à criticidade. Collins diz ainda que aqueles que possuem ideais de “liberdade, democracia, verdade, igualdade e justiça social deve chegar a um acordo sobre a nossa pesquisa e o nosso ativismo promoverem ou corroerem esses ideais” (pág. 388). Em suma, minha prioridade é realizar esta pesquisa de forma ética, apresentando a realidade observada com todos os pontos que podem ser considerados positivos ou negativos no coletivo, trazendo a fala das sujeitas interlocutoras de forma fidedigna ao mesmo tempo que não serão tratados temas internos que em nada contribuem para o objetivo da pesquisa ou questões pessoais de integrantes da RMNPE que surgem constantemente nos diversos espaços de atuação da coletividade. O projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pela Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (CONEP).

● **O Campo**

Minha vivência na Rede das Mulheres Negras de Pernambuco se deu através do acolhimento, processo de acompanhamento para as mulheres que desejam fazer parte da RMNPE. Minha aproximação com o coletivo foi facilitada por Liliana Barros, a quem conheci através de sua organização chamada Grupo de Mulheres Cidadania Feminina, que funciona perto da minha casa. Quando comentei que desejava fazer minha pesquisa de mestrado sobre a RMNPE ela logo se ofereceu para indicar meu nome para a acolhida do coletivo. O segundo momento do processo de entrada no coletivo é a participação das Jornadas Negras de Formação Política, que consistem em encontros ocorridos ao longo do ano. Trataremos de ambos - as Jornadas Negras e a Acolhida - de forma pormenorizada no capítulo seguinte, assim como ‘ouviremos’ Liliana, que foi uma das interlocutoras. Foi a partir destes espaços pude

compreender como se organiza e a atua a RMNPE, quais temas estão presentes e como são trabalhados, além de ter conhecido mulheres que fazem parte do coletivo e aquelas que não o compõem, mas são alcançadas por suas ações. Foi participando de espaços de atuação do coletivo desde maio de 2023 e, assim, entendendo seus objetivos e suas ações, pude realizar um roteiro de entrevistas semi estruturadas (ANEXO 1) que foram realizadas durante o segundo semestre de 2023.

O roteiro da entrevista foi dividido em três partes: O primeiro busca traçar um perfil das entrevistadas, tratando temas como profissão, escolaridade, local de moradia, orientação sexual, bem como sua experiência em outros espaços de militância etc.; O segundo momento visa perceber a experiência destas mulheres na Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, visando descobrir como conheceram a RMNPE, quais atividades desenvolvem no coletivo e sua experiência construindo a RMNPE; Por fim, há uma seção voltada para o funcionamento do coletivo: Como e porque surgiu, quais as estratégias de sustentabilidade, quais as principais dificuldades e como ocorrem seus principais projetos. Os temas e perguntas trazidas durante as entrevistas surgiram durante os momentos de vivência nas atividades do coletivo como também durante o próprio momento de entrevista com cada uma das mulheres, de acordo com as especificidades de cada uma e com a sua atuação na organização. As entrevistas foram realizadas tanto de forma presencial como de forma online, através da plataforma Google Meet, de acordo com a preferência e disponibilidade das entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

O critério de escolha para as interlocutoras se deu a partir da necessidade de entender o funcionamento da RMNPE levando em consideração a diversidade de mulheres que compõem o coletivo. Assim, além de dialogar com mulheres que assumem papéis estratégicos no coletivo (coordenadoras de diferentes áreas e projetos), procuramos entrevistar mulheres de diferentes idades, que possuem diferentes profissões, de diferentes trajetórias de vida e assim por diante. Desse modo, realizei as três primeiras entrevistas com Rosa Marques, Piedade Marques e Emanuele Nascimento. A seguir iremos apresentar de forma mais detalhada as sujeitas interlocutoras.

- **As Entrevistadas**

As primeiras entrevistas ocorreram no mês de setembro de 2023 com mulheres que desenvolvem atividades centrais na RMNPE e em muito colaboraram para a compreensão do

processo de criação do coletivo, quais suas atividades e principais projetos, quais são as formas de sustentabilidade, quais seus pilares, suas especificidades e seus principais desafios. Buscando conhecer sobre quem são as mulheres que formam este coletivo, conversamos ainda sobre suas experiências das sujeitas com outros coletivos, sua relação com a RMNPE e suas percepções e experiências com sistemas de opressão como o racismo e sexismo.

A primeira entrevista ocorreu no dia 05 de setembro de forma presencial na sede da RMNPE com **Rosa Marques** que no momento da entrevista tinha 54 anos, é heterossexual, não é casada, não tem filhos e é moradora de um bairro periférico de Recife. Rosa não possui religião, mas se diz uma pessoa espiritualista. Sendo a única pessoa contratada pela RMNPE no momento, ela é Socióloga, possuindo graduação e mestrado na área. Sua responsabilidade junto ao coletivo é a de, junto à coordenação, executar os projetos da organização, além de ser responsável pela estrutura da sede que fica no centro de Recife. Rosa está na RMNPE desde sua constituição e, por mais que não faça parte de outros coletivos no momento, possui longa caminhada na militância tendo iniciado aos 17 anos no Movimento de Jovens do Meio Popular e participado de vários outros grupos bem como a Articulação de Negros e Negras de Pernambuco, o Centro Solano Trindade e contribuído com a criação de grupos como o Mulheres Negras de Camaragibe, que não existe mais, no entanto Rosa aponta que muitas das membras constituem hoje a RMNPE.

No dia 11 de setembro aconteceu o diálogo com **Piedade Marques**, através da plataforma Google Meet. Piedade se autodeclara uma mulher preta, heterossexual e é moradora de um bairro periférico no município do Cabo de Santo Agostinho. Apesar de não ser iniciada, têm relação afetiva e proximidade com religiões de matrizes africanas, especialmente o Candomblé. Piedade não costuma revelar a idade e prefere dizer que tem 30 anos (apesar de seus dois filhos terem mais de 30 anos), é professora aposentada da educação básica e possui o título de mestre. Atualmente possui vínculo empregatício com a organização Casa da Mulher do Nordeste. Piedade, assim como Rosa, fez parte do processo de criação da RMNPE e, antes disso, participou de coletividades como uma Pastoral da Juventude, o Movimento Negro Unificado e organizações de bairro como associação de moradores, além de breve passagem no movimento estudantil e ter criado e coordenado uma organização comunitária durante o fim dos 1990 e início dos anos 2000. Atualmente Piedade desenvolve papel de coordenação em dois grupos de trabalho da RMNPE: Um que se dedica a pensar ações em diferentes territórios

da região metropolitana e no projeto “Eu Voto em Negra”, além de representar o coletivo em diversos ambientes.

Rosa e Piedade são figuras importantes para compreendermos a história e o funcionamento do coletivo, tendo em vista que participaram do processo de criação da RMNPE e possuem importante papel nas atividades do grupo. Até recentemente faziam parte da coordenação, mas, a fim de manter uma rotatividade nas atribuições, houve uma mudança em quase todo o quadro da coordenação, que agora é ocupada por outras quatro mulheres que formam uma coordenação considerada ‘mais jovem’. Um dos novos nomes da coordenação é **Emanuele Nascimento**, a quem entrevistei no dia 14 de setembro, via Google Meet. Emanuele tinha 31 anos no momento da entrevista, não tem filhos, é candomblecista e cultua também a Jurema Sagrada, se identifica enquanto heterossexual e mora com seu companheiro em um bairro periférico do Recife. Atualmente é doutoranda em sociologia e atua como Assessora Parlamentar, tendo anteriormente desenvolvido atividades enquanto socióloga e educadora. Tendo passado a incorporar oficialmente a RMNPE em 2019, Emanuele também faz parte do coletivo Filhas do Vento e da Articulação Negra de Pernambuco, além de representar a RMNPE na Rede de Mulheres Negras Brasileiras e na Coalizão Negra por Direitos.

Conversei ainda com a primeira mulher a trabalhar enquanto contratada para a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, **Liliana Barros** que tem 58 anos, é uma mulher lésbica, tem dois filhos, é solteira, atualmente mora na cidade de Olinda e se diz espiritualista. Liliana possui ensino superior completo, é socióloga e atua como Ouvidora Externa da Defensoria Pública de Pernambuco. Além da RMNPE constrói o grupo Cidadania Feminina e incorpora o Fórum de Segurança Pública e a Articulação Recife de Luta. Conversei também com **Verônica Ferreira**, de 53 anos, que mora no bairro do Arruda em Recife, é heterossexual e vive com seu companheiro, tem o candomblé como religião, é mãe de trigêmeos e atua como professora. Atualmente é mestranda no PPGECI e faz parte da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco desde o seu início, tendo vindo do movimento negro misto (composto por homens e mulheres). Verônica viu uma possibilidade de experienciar o feminismo negro em uma coletividade formada apenas por mulheres. Com ela conversei sobre sua experiência no coletivo e sua decisão de levar sua filha para a RMNPE ainda nova, com cerca de 12 anos, processo que vemos se repetir com outras mulheres que, atualmente, levam suas filhas para atividades do coletivo.

3. Terceiro Capítulo : A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco: Uma narrativa das mulheres que a compõem

3.1 Agenciamento, protagonismo feminino e o Movimento feminista negro no Brasil: Nossos passos vêm de longe !

Tendo apresentado o solo teórico que baseia esta pesquisa, irei neste capítulo me debruçar sob o foco deste escrito: A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Para tal, tive a feliz contribuição de Lilian Conceição da Silva que em 2016 - ano em que era formalizada a RMNPE - iniciou seu pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI), onde hoje construo a presente pesquisa, sob orientação da Profa. Dra. Denise Maria Botelho, que também me orienta. Lilian aceitou participar de minha pré-banca de qualificação onde, sem dúvidas, contribuiu profundamente e indicou sua publicação “Os Protagonismos de mulheres negras em suas organizações no Nordeste do Brasil”, após recomendar que tratasse de termos como de agenciamento e protagonismo feminino.

O papel social da mulher negra tem sua importância no Brasil desde o momento de tráfico humano que trouxe negros e negras enquanto escravizados para o país, passando pelo seu papel central nas famílias no pós-abolição - tanto no âmbito afetivo quanto material - ou ainda enquanto importantes figuras religiosas nas comunidades de terreiro (Silva, 2021). Sobre o protagonismo das mulheres negras também nos fala Sueli Carneiro:

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. (Carneiro, pág.129, 2003)

É a partir do protagonismo e agenciamento das mulheres negras brasileiras que se tencionam construções hegemônicas e sistemas de opressão, como o sexismo e o racismo. Surge e se desenvolve no país o pensamento que convencionou-se chamar de feminismo negro, possuindo em grande medida uma característica decolonial, como proposto pela já citada Lélia Gonzales ao trazer a percepção de uma América Ladina (1988), onde chamava atenção para a necessidade de tratar das demandas específicas da realidade de mulheres negras e da América

Latina, defrontando a noção universal de mulher e, por sua vez, contribuindo com a construção de narrativas contra hegemônicas.

Jurema Werneck (2010) ao tratar do movimento de mulheres negras no país nos diz que ‘Nossos passos vêm de longe!’ e, é pensando nisto que traço um breve histórico do movimento feminista negro brasileiro a fim de explicitar as importantes contribuições das mulheres negras nas diversas esferas sociais bem como melhor entender o cenário atual da luta feminista negra. Como já demonstrado no capítulo anterior, Werneck aponta que mulheres negras:

[...] não existem. Ou falando outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogenidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocentrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (pág. 10, 2010)

Werneck retoma a importância das organizações femininas desde o momento em que sujeitos e sujeitas negras foram trazidos ao solo brasileiro, logo, fomentando resistência ao sistema de escravidão. A união de mulheres negras em organizações - o que ocorria desde muito antes do processo de colonização, escravidão e catequização cristã, anterior, inclusive, a qualquer noção de coletividade feminista - logo se tornou parte importante para a resistência à escravização. Essas mulheres foram importantes tanto no ambiente de cativeiro quanto nos diversos quilombos, possuindo relevante papel no pós-abolição. A liderança e ação feminina negra bem como o agrupamento entre as mesmas segue sendo de extrema importância, tanto no interior dos coletivos negros como na Frente Negra Brasileira, quanto em coletividades formadas apenas por mulheres negras, como a primeira Associação de Mulheres Trabalhadoras, inaugurada em São Paulo na década de 1930. (Werneck, 2010)

Nubia Moreira (2020) nos diz que o feminismo negro, apesar de ser muitas vezes considerado uma imbricação entre o feminismo hegemônico e o movimento negro, possui suas bases anteriores a nomeação de uma noção de feminismo. É na similaridade de experiências vividas por mulheres negras que se apresenta uma importante base da ação política desses agrupamentos, desaguando, por fim, em uma pedagogia feminista negra que se apresenta “por meio de posturas, ações, e textos que são resultados da atuação das mulheres negras localizadas em diferentes espaços da sociedade”. (pág. 132)

Sueli Carneiro, em *“Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”* (2003), ao falar do movimento de mulheres negras no Brasil nos diz que:

“Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira”. (pág. 2-3, 2003)

É unindo as agendas e buscando atender as reivindicações das mulheres negras do país que são pautados temas como as violências sofridas por mulheres negras no âmbito da saúde, do mercado de trabalho, nos diversos espaços educacionais, além da violência policial e outras (Carneiro, 2003). Foi buscando atender as necessidades destas mulheres que surgem diversas organizações formais ao longo do século XX. Mulheres negras, no entanto, já se agrupavam no interior dos movimentos negros e participavam dos encontros regionais e nacionais do movimento negro construindo, assim, o Manifesto de Mulheres Negras, apresentado no Congresso de Mulheres Brasileiras em 1975, considerado o primeiro reconhecimento formal de um recorte racial no movimento feminista. (Santos, 2020)

A partir dos anos 1980 se intensificam a criações de organizações de mulheres negras como o Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado-BA, formado em 1981 por mulheres negras, entre elas Luiza Bairos; O coletivo Luiza Mahin, vinculado também ao Movimento Negro Unificado, criado em 1980; O Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras, de 1983; O Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra, foi fundado em 1986; O Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado em 1988; O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, grupo mais antigo no estado do Maranhão, que surgiu em 1986, além de centenas de outros nos mais diversos locais do Brasil (Santos, 2020).

Em *Mulheres em Movimento* (2019) Sueli Carneiro aponta que o Movimento de mulheres é um dos principais movimentos sociais do Brasil, tendo contribuído, inclusive, para a democratização do Estado:

Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. (pág. 117, 2003)

Ao falarmos do movimento de mulheres negras, por sua vez, entra em pauta uma perspectiva racial para a formação da agenda política destes movimentos, abordando os mais diversos temas - como sexualidade, mercado de trabalho, saúde etc. - de forma a reposicionar o movimento feminista brasileiro. Dentre as contribuições do movimento feminista negro Carneiro (2011) lista:

- o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
- o reconhecimento das diferenças intragênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
- O reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
- o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, consequentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
- o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas. (Pág. 191)

São contribuições como estas, nos diz a autora, que alargam as noções de democracia, igualdade e justiça social.

Sentindo a necessidade de me aprofundar na história do movimento de mulheres negras do Nordeste trago uma importante publicação coletiva lançada no ano de 2018 com coedição da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE e SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia chamada “Mulheres Negras e Populares do Norte e Nordeste: Experiências que entrelaçam”, que sistematiza diálogos e articulações de integrantes de 82 organizações de mulheres negras e/ou populares do norte e nordeste do país. Vemos que, assim como nas outras partes do país:

As mulheres estão nos movimentos sociais do Norte e Nordeste desde sempre e por toda parte, mas avançaram muito em organização a partir do período de redemocratização do país, ao final dos anos 1980, sendo o próprio processo de redemocratização um momento de facilitação de encontros e articulação dos movimentos feministas, movimento negro e movimento sindical. (pág. 53)

No entanto, há demandas específicas dessas mulheres, geradas pela história e cultura das regiões, além das condições sociopolíticas de um país extremamente desigual. Os coletivos ligados ao movimento de mulheres nas regiões norte e nordeste são e sempre foram bastante diversos, formados por sujeitas de classe média bem como do setor popular, da região urbana ou rural, formado por mulheres brancas, negras, indígenas, ligadas às comunidades periféricas, associações comunitárias em assentamentos, quilombos, áreas ribeirinhas ou diversas outras comunidades tradicionais. Há coletivos que se denominam político-militantes ou ativistas, ou ainda aqueles denominados organizações sociais ou organizações não governamentais (ONGs). Além dos que surgem tendo como característica agregadora o trabalho, como sindicatos, federações e articulações como os das trabalhadoras domésticas, camponesas, pescadoras, agricultoras e outros. (CESE, SOS Corpo, 2018)

Mulheres negras se organizam no interior de grupos ‘mistos’ - formados também por homens ou por mulheres não negras - assim como em coletivos integrados unicamente por mulheres negras e/ou indígenas. É a partir do reconhecimento e das experiências similares vividas por essas mulheres que se formam articulações. Importante para os diversos grupos de mulheres são ações como a criação da Plataforma Política Feminista, do ano de 2002, que surge com o objetivo de convergir os debates dos coletivos diversos e promover uma maior

solidariedade e articulação entre o movimento de mulheres, sobretudo entre mulheres negras e indígenas. (CESE; SOS Corpo, 2018)

Silva (2021) identifica a existência de vinte e uma organizações de mulheres negras no nordeste brasileiro que estavam em atividade no ano de 2017, sendo estas, por Estado:

Alagoas - Instituto Feminista Jarede Viana; Rede de Mulheres Negras de Alagoas.

Bahia - Odara – Instituto da Mulher Negra; Associação Renascer Mulher; Rede de Mulheres Negras e o Controle Social; Tamos Juntas Advogadas Negras Feministas.

Ceará - Instituto Negra do Ceará; Grupo de Mulheres Negras do Cariri Cearense.

Maranhão - Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa; Coletivo Yalodê de Mulheres Negras do Maranhão.

Paraíba: Bamidelé – Organização de Mulheres Negras; Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba.

Pernambuco - Uila Mukaji - Sociedade de Mulheres Negras; Cidadania Feminina e Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

Piauí - Instituto da Mulher Negra do Piauí Ayabás.

Rio Grande do Norte - As Carolinas Coletivo de Mulheres Negras; Ajagun Obínrìn – Organização de Mulheres Negras; Rede de Mulheres Negras do Rio Grande do Norte; Coletivo Negras de Periferia.

Sergipe - Auto Organização de Mulheres Negras de Sergipe.

(pág.54)

Sabe-se, no entanto, que existem diversos outros agrupamentos que não estão devidamente registrados ou que o foram nos últimos dois anos. Os principais temas abordados por esses coletivos, segundo Silva (2021) são: Identidade Racial; Enfrentamento à violência de gênero e ao sexismo; combate à LGBTfobia; princípios de irmandade e autonomia política; Princípio da ética individual, o cuidado consigo e com as outras feministas negras através da noção de Bem Viver; Formação política das mulheres; Princípios de liderança feminista; Democracia com justiça; Valores civilizatórios afro-brasileiros como a ancestralidade, Feminismo Negro e outros. Enquanto suas ações, têm-se debates, rodas de diálogos, seminários, audiências públicas, encontros formativos e outros.

Após apresentar, ainda que de maneira breve, um histórico do movimento de mulheres negras no Brasil e no Nordeste, iremos, por fim, nos debruçar sobre A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

3.2 Identidade, Ancestralidade e Resistência: O Constitutivo da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

A história da RMNPE se mistura a um importante marco do movimento de mulheres negras no Brasil: a Marcha Nacional das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver do ano de 2015. No dia 18 de novembro, cerca de 50 mil mulheres negras caminharam em Brasília, do Ginásio Nilson Nelson até a Praça dos Três Poderes, onde encontraram a então presidenta Dilma Rousseff e, então, foi entregue um documento de reivindicações do movimento. A carta é intitulada “EM NOME DE NOSSAS ANCESTRAIS, MARCHAMOS¹²” e em seu primeiro parágrafo diz:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório. Buscamos fundamentos em paradigmas que se orientam por outra gramática política, responsável por uma reordenação sociorracial equilibrada, capaz de acolher saberes, práticas e experiências até então ignoradas pelas dominantes configurações do político. Não temos dúvida de que a adoção desse paradigma instaura, a uma só vez, a reconstrução de utopias onde as diferenças são compreendidas como um valor humano. (pág. 2)

A carta aponta ainda o cenário satisfatório do país naquele momento: oitava maior economia do mundo, com elevado Índice de Desenvolvimento Humano, com grande produção científica que continuava a crescer em ritmo superior à média mundial, mas que, no entanto, continua com parcela de sua população sem acesso à direitos considerados básicos como saúde, educação, habitação, trabalho digno ou até expectativa de vida. Dessa forma, aponta-se as importantes contribuições das mulheres negras para este país:

Denunciamos a falácia do mito da democracia racial; aperfeiçoamos o atendimento à saúde pública; interferimos nas políticas dos direitos sexuais e reprodutivos; denunciamos os processos nefastos de esterilização das mulheres negras; delineamos os princípios de uma educação, para além de

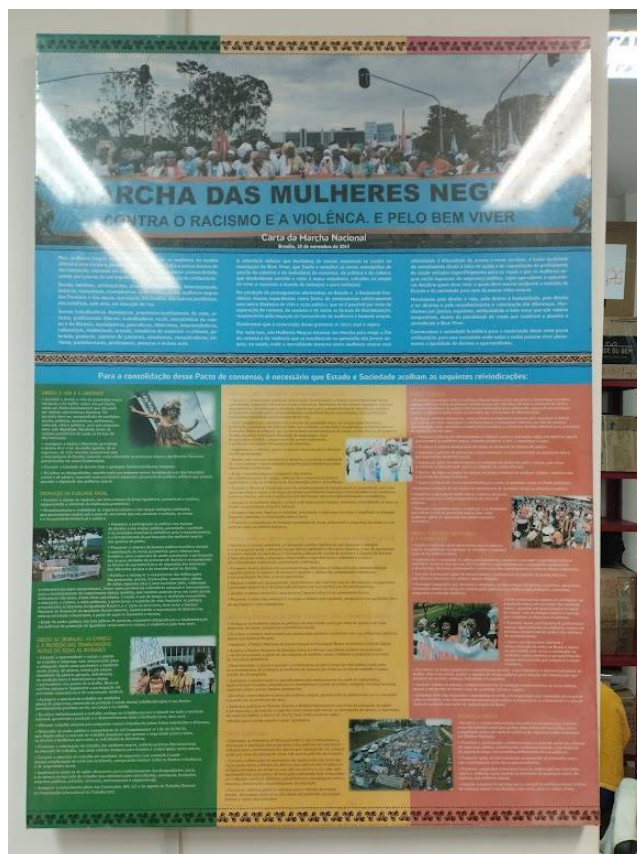
¹² A carta completa pode ser encontrada online no site: fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf

pública e de qualidade, efetivamente plural; expusemos a dimensão racial na política ambiental; instauramos os parâmetros que redefiniram as políticas voltadas à criança e ao adolescente; denunciemos sistematicamente a violência em sua feição mais extremada com o extermínio da juventude negra e a morte simbólica das famílias implicadas nesse genocídio; de maneira ainda mais radical demonstramos como a violência, para além dos homicídios, das altas taxas de morte materna e agressões contra mulheres, organiza as práticas racistas cotidianas praticadas pelo Estado e pela sociedade; defendemos a pluralidade religiosa, na tentativa de resguardar a cosmovisão ancestral que dinamiza o território brasileiro; defendemos a legitimidade dos modos de vida que não cabem na tradição judaico-cristã; enfim, construímos e procuramos, em nossa trajetória, consolidar a democracia e instaurar a República. (pág. 3-4)

Destaco ainda o trecho da carta que nos diz: “Privilégios e desigualdades apoiam-se mutuamente e oferecem o enredo para que as discriminações, com fundamento racial, de gênero e orientação sexual, se mantenham e, em alguns casos, se aprofundem.” Que resume bem uma percepção interseccional desta ação, mesmo que o termo não seja usado aqui. É necessário evidenciar ainda a noção de Bem-Viver trazido pelas mulheres da marcha e que será importante para a RMNPE:

Do Bem Viver emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade [...] Na condição de protagonistas da proposição de outra forma de ver e intervir no mundo, sintetizada nos fundamentos do Bem Viver, oferecemos ao Estado brasileiro nossas experiências historicamente acumuladas como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica política. Pelo que se viu, essa outra dinâmica é impossível sem a superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis por subtrair a humanidade de mulheres e homens negros. Postulamos que a construção desse processo deve ser iniciada aqui e agora. (Pág. 17)

Perto de seu fim, a carta lista o que chama de “pontos inegociáveis” como direito à vida, reconhecimento das diferenças, promoção da igualdade racial, direito ao emprego, direito à educação, direito à terra, ao território e à cidade, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida, direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social), direito à justiça e outros diversos pontos. A carta da Marcha Nacional, mesmo quase 10 anos depois, segue sendo um documento de grande importância para a RMNPE estando exposta em um quadro na sede do coletivo:



A Marcha Nacional das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver nos é importante aqui pois foi a partir da organização para a mesma que surge a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Foi ainda no ano de 2012 que Rosa Marques, depois de um tempo vivendo em outros estados, volta a viver na região metropolitana de Recife e fica sabendo de organizações que ocorriam para uma grande marcha de mulheres negras que aconteceria em alguns anos. Muitas das mulheres que hoje compõem a RMNPE se conhecem há décadas, a partir de espaços culturais e de militância e logo entraram em contato umas com as outras a fim de montar estratégias de como contactar outras mulheres e construir a Marcha no estado de Pernambuco. Assim, criou-se o Comitê Impulsor da Marcha em Pernambuco que além da mobilização para a ação tinha um outro objetivo central: Ninguém iria para a Marcha sem entender o que estava fazendo lá.

Para tal, esse Comitê, formado por algumas mulheres que tinham experiência nos espaços de militância, organizou diversas atividades como oficinas, seminários e rodas de conversas em espaços variados como a Universidade de Direito de Recife, a Universidade Católica, espaços de sindicatos e em diferentes comunidades, objetivando a formação política de mulheres interessadas em ir para a Marcha. Essas atividades foram realizadas não só em Recife como também em outras regiões de estado como Petrolina, Garanhuns, Belo Jardim e

Nazaré da Mata, com importante participação de Piedade Marques nesta articulação que costumava se deslocar por Pernambuco em motivo de seu trabalho e, assim, passou a traçar diálogos com mulheres de outras localidades. Rosa se diverte ao contar das estratégias de divulgação da Marcha, em especial quando fala de um episódio que ocorreu durante o Festival de Inverno de Garanhuns quando, a partir da parceria com artistas que se apresentavam, algumas mulheres do Comitê puderam subir ao palco de um evento grande e televisionado e abrir uma enorme faixa divulgando a Marcha.

Assim, houve constante trabalho e preparação onde ocorriam reuniões a cada 15 dias entre as mulheres que formavam o Comitê Impulsor, além de constante diálogo com mulheres de organizações de outros estados que também se preparavam, bem como com a comissão nacional da Marcha. Já durante este processo muitas mulheres falavam sobre criar algo a partir do encontro e movimentações entre elas, queriam que aquela coletividade, de alguma maneira, permanecesse. Foi decidido, no entanto, que o assunto só seria discutido após a realização da marcha em Brasília.

Enfim, em 2015 ocorreu a marcha nacional e também uma local que saiu da Igreja da Imperatriz e foi até a Praça do Carmo, no centro da cidade de Recife, para a participação das mulheres que não puderam viajar até Brasília por questões como família, estudo ou trabalho. Após um período de descanso aquelas que assim desejaram, voltaram a se reunir em abril de 2016 para fechar o ciclo e debater sobre o processo de construção e participação da marcha, além de definir quais seriam os próximos passos daquela junção de mulheres negras. Ao longo de três reuniões foram trabalhadas as definições de fórum, articulação, grupo, ONG, rede... Após longos debates, chegou-se ao consenso de que desejavam construir uma rede, pois queriam se juntar, se entrelaçar. Rosa chama atenção para o especial interesse das mulheres de territórios periféricos, muitas não tinham experiências anteriores de coletividades para tratar temas como bem-viver, racismo, violência, desigualdade e, de maneira geral, temáticas caras às mulheres negras.

Surgiu então a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, uma organização que buscava atuar em toda a extensão do estado de Pernambuco, no entanto, sem recursos. Piedade lembra que havia a percepção de duas necessidades centrais naquele contexto: de estarem juntas naquela coletividade já formada e de construir um movimento de referência para mulheres negras de Pernambuco. Um ponto interessante é perceber que a RMNPE se inicia com maioria de mulheres mais velhas e que já haviam construídos movimentos culturais, negros, feministas

ou sindicais. Uma das preocupações era, portanto, chegar a mais mulheres jovens, além de um esforço que permanece até os dias de hoje: o de alcançar mulheres do estado que não moram em Recife e região metropolitana.

Foi em dezembro daquele mesmo ano, 2016, que através de recurso da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) destinado a grupos não institucionalizados, ocorreu um encontro das mulheres que formavam a RMNE naquele momento. Sendo possível trazer a Recife as mulheres das diversas cidades supracitadas - Petrolina, Garanhuns, Belo Jardim e Nazaré da Mata – foi desenhado nesse momento a estruturação do coletivo bem como seus objetivos centrais: o combate ao racismo e qualquer outra violência que atinja mulheres negras além da promoção do bem-viver.

Foi delimitado também os pilares da RMNPE que são: Identidade, ancestralidade e resistência. Rosa explica a escolha destes pilares:

Nós não estamos aqui inventando a roda, antes de nós vieram muitas outras e muitos outros...Então a gente disse ‘precisamos pensar em pilares que dê Norte às nossas ações’ pra que a gente não esqueça quem nós somos e quem veio antes de nós, para que a arrogância não ultrapasse aquilo que a gente tá constituindo. [...] Então como que eu posso me constituir e dizer ‘eu sou Rosa Marques’ sem lembrar quem veio antes de mim e ‘amaciou’ o meu caminho pra eu poder falar em público de forma menos violenta? Então, a **ancestralidade** na minha compreensão e no que eu percebi naquilo que a gente constituiu é isso: a gente olhar pra trás. Nós não estamos sós nesse mundo, nossos ancestrais organizaram nosso caminho até aqui. E a nossa **identidade**, é ela quem diz da centralidade de nosso objetivo que é a luta contra o racismo. Se nós mulheres negras, dentro da Rede não entendemos qual é nossa identidade racial a gente não vai conseguir lutar contra o racismo. Porque primeiro é para dentro, né?! Primeiro eu me fortaleço. Muitas mulheres que participaram da Rede no início, que estavam no processo da marcha se diziam morenas, se diziam ‘ah eu sou parda’ porque é a falta de conhecimento daquilo que foi negado durante muito tempo. Aí a gente disse ‘A nossa identidade tem que ser nossa centralidade, um princípio’ porque é ela que nos fortalece, para ir para o enfrentamento. E a **resistência** são as estratégias que cada uma de nós utilizamos para existir em nossos territórios, para existir no mundo e para ir para o enfrentamento de forma coletiva. Estes são os nossos pilares pensados desde o início e que a gente não abandona [...] Pra gente eles estão entrelaçados, não estão sozinhos, estão imbricados.

(Rosa)

Sobre o mesmo tema Piedade Marques nos diz que:

[...] quando a gente fez a definição dos pilares da Rede foi muito trazendo a vivência dos próprios terreiros que algumas de nós estão e da maioria absoluta que mesmo não estando têm um vínculo extremamente profundo. E é engraçado que esse profundo não tem necessariamente haver com o conhecimento dos elementos, por exemplo, do candomblé... ‘ah eu conheço todos os orixás’, não. Tem a ver com a sua relação com os seus e da possibilidade de perceber o quanto que a natureza... a perspectiva da própria ideia de desenvolvimento, da tecnologia estar presente nas coisas que são simples... aí você faz uma nova perspectiva de pensar, várias ideias, vários conceitos a partir de elementos que são simples. **(Piedade)**



Banner que fica exposto na sede da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

A fim de compreender mais sobre o processo da criação da RMNPE indaguei se há alguma base teórica para as ações da organização. Rosa explica que:

A teoria é nossa própria experiência enquanto mulheres negras no mundo, dentro da diversidade que somos. Temos intelectuais, temos mulheres não-letradas, mulheres mais velhas que não escrevem, mulheres que têm pouca

leitura, pessoas que estão iniciando sua carreira acadêmica, pessoas que não estão na academia... então essa teoria tá fincada, tá fundada a partir das nossas experiências mesmo. É a partir das nossas experiências e dos nossos conhecimentos acadêmicos e nossos saberes que a gente elabora nossas práticas, nossas ações, a gente se fundamenta por aí, E uma vai ajudando a outra, uma tem mais expertise em racismo, outra em questão de gênero, outra em direito a cidade... a gente vai somando essas expertises e vai constituindo nossas próprias teorias a partir das nossas experiências... e a gente tem como base, evidentemente, as mulheres do feminismo negro como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento...são mulheres de referência pra a gente no sentido do estudo, a gente tá sempre buscando estudar mulheres que falem de nós. **(Rosa)**

Até então é possível notar um importante ponto: como a experiência do dia-a-dia destas mulheres fundamenta a construção desta coletividade. Foram mulheres que em sua maioria começaram seu processo de construção e/ou fortalecimento da identidade racial a partir de espaços culturais e que, através de suas vivências em seus territórios, espaços religiosos, ambiente de trabalho e outros constroem sua visão de mundo e, eventualmente, de organização e ação política como diversas outras intelectuais e ativistas negras, como a própria supracitada Sojourner Truth. O que em nenhuma medida significa um distanciamento do conhecimento considerado formal e acadêmico, sendo este, na realidade, um ponto sempre tocado pelas mulheres do coletivo: a necessidade da leitura para compreender profundamente nossa realidade e obstáculos enquanto mulheres negras. Pode-se notar isso no extenso esforço feito antes mesmo da criação do coletivo para a formação política das mulheres que foram à marcha e no curso anual de formação política oferecida pela RMNPE que trataremos de forma pormenorizada mais a frente.

Para compreender como os projetos da RMNPE, como o próprio curso de formação política, são custeados, as sujeitas foram perguntadas sobre as estratégias de sustentabilidade do coletivo. Rosa conta sobre a parceria com a Open Society Foundations¹³ que no fim de 2017 veio a Recife conhecer alguns grupos que trabalham com questões raciais. Rosa e Piedade faziam parte do grupo que a RMNPE e o que haviam feito em seu curto tempo de existência, como suas estratégias de articulação e incidência política para a Marcha. No ano seguinte, a mesma fundação entra em contato e requer um projeto para ser financiado. Assim, a RMNPE

¹³ Em seu site <https://www.opensocietyfoundations.org/> o grupo se descreve enquanto o maior financiador privado de grupos independentes que trabalham com temáticas relacionadas à justiça, democracia e direitos humanos.

consegue sua primeira sede e uma primeira pessoa para trabalhar enquanto contratada para o coletivo.

Essa primeira mulher que trabalhou no coletivo foi a socióloga Liliana Barros que atualmente, além de ser a pessoa à frente da ONG Cidadania Feminina, é Ouvidora Externa da Defensoria Pública de Pernambuco. Liliana diz que começou a participar da RMNPE há bastante tempo, pois sua companheira da época participou da organização da Marcha em 2015 e, em seguida, da própria RMNPE e Liliana eventualmente passou a frequentá-la também. Sobre ter sido a primeira pessoa a trabalhar para o coletivo ela diz que foi ‘um presente’ pois estava passando por um processo de separação e estava desempregada naquele momento:

Foi um presente pra mim, na verdade[...] Mônica Oliveira, que na época era uma das coordenadoras da Rede, veio conversar comigo dizendo que existia essa vaga pra ficar cuidando da sala da Rede, da limpeza, da organização da sala. Eu me emocionei muito quando ela me chamou. [...] Comecei a cuidar da sala da Rede, limpeza, organizar os materiais, organizar os documentos, fazer as compras, comecei também a organizar alguns relatórios financeiros junto com Mônica, que era responsável pela parte financeira da Rede [...] e aí também me pediam para representar a Rede em alguns espaços, contribuía nas reuniões, né? E nisso eu comecei a participar de vários espaços representando a Rede... A Frente pelo Desencarceramento, a construção dos encontros, várias atividades... além de cuidar da sala. Inclusive foi a partir dessas representações que eu fui convidada pela coordenação da Rede para disputar, concorrer a ser ouvidora externa da defensoria pública [...] e enquanto ouvidora externa me permite que eu continue no movimento então eu continuo, represento a Rede na construção [da marcha] do 8 de março, no Fórum Popular de Segurança Pública e em outros espaços. **(Liliana Barros)**

Atualmente, além de participar das reuniões e encontros da RMNPE, Liliana faz fala públicas em nome do coletivo e continua a representá-lo em espaços além de compor o Fórum Popular de Segurança Pública e a Articulação Recife de Luta.

Atualmente, por ser um movimento que não possui Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), os projetos do coletivo são sempre desenvolvidos em parceria com outros grupos. No momento em que as entrevistas foram realizadas os projetos que estavam em vigência eram: Com recurso da Open Society Foundations tem-se o “Eu Voto em Negra” em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste¹⁴ e em parceria com a Coalizão Negra por Direitos

¹⁴ Uma organização não governamental feminista fundada no ano de 1980 e com sede em Recife, é descrita enquanto uma instituição cuja missão é fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, tratando do tema da agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial.

um fundo que busca fortalecer lideranças do Norte e Nordeste em viagens para outras localidades do país a fim de participar de articulações políticas, este recurso passa a ser aplicado após percepção da dificuldade das mulheres dessas regiões em participar de ações que necessitam o deslocamento para outras regiões. Tem-se ainda os recursos referentes a estrutura e formação política que chegam através do SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia¹⁵ e o Projeto Oxé: Atendimento Jurídico e Psicossocial Contra o Racismo, onde trabalha-se com denúncia de casos de racismo bem como apoio legal e psicológico para vítimas de racismo, em parceria com o Gabinete Assessoria Jurídica Associações Populares (GAJOP) e apoio da Articulação Negra de Pernambuco (ANEPE).

Nos interessa, então, apresentar o processo de entrada na RMNPE que acontece a partir da chamada *Acolhida*. Rosa explica por quais meios uma mulher pode ingressar ao grupo:

Eu posso lhe convidar por eu achar que você é uma pessoa que seria muito bom te fortalecer, você pode vir até a mim, você pode ir até o Instagram, você pode ir até o Facebook e perguntar: ‘olha, eu tenho acompanhado as ações da Rede, queria conhecer mais de perto como é que eu faço?’ Uma coisa que a gente sempre acha importante é que as pessoas conheçam as ações da Rede, porque isso facilita muito para depois. E é o que acontece, aí você tem uma regra que é a seguinte, depois você é convidada, a comissão da acolhida vai procurar para dizer que a próxima acolhida vai ser tal dia, tal hora em tal lugar. [...] O critério de permanência é o seguinte, você tem que participar de três reuniões para poder entrar no WhatsApp, que é para você ver a reunião e perceber ‘é isso mesmo que eu quero? Elas são loucas? Elas são raivosas?’ [risos] porque você precisa estar preparada para o que vai enfrentar [risos], porque somos rápidas, somos dinâmicas, e às vezes tem coisas que vão rápido, às vezes tem coisa que a gente passa horas porque não entra num consenso, aí vai brigar, uma fala grosso, outra fala fino, até chegar num consenso porque grupo é isso, não dá pra ser tudo flores... E aí depois que ela passou das três reuniões ela vai pra dentro do WhatsApp. **(Rosa)**

A sistematização deste processo de acolhimento de novas integrantes foi feita em 2019 e, em todo encontro estadual, ele é revisitado a fim de aperfeiçoá-lo. Criou-se, então, uma comissão voltada para a acolhida, que é responsável por acompanhar mais de perto aquelas que querem fazer parte do coletivo. Durante o ano de 2023 fiz parte da acolhida e pude vivenciar o que Rosa descreve. Após ser indicada por Liliana Barros para fazer parte da acolhida, pois havia comentado com a mesma que gostaria de fazer parte do grupo, fui contactada por uma

¹⁵ Em seu site <https://soscorpo.org/> a organização se descreve enquanto uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife. A organização visa a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.

das integrantes da comissão de acolhida e convidada para comparecer ao evento de acolhimento, que aconteceu na sede da RMNPE. Lá fomos recebidas por integrantes da comissão e nos foram apresentadas informações sobre o coletivo como sua história, suas formas de sustentabilidade e seus pilares - informações já trazidas aqui - além de uma breve apresentação das principais atividades e projetos - que trataremos de forma pormenorizada no decorrer deste capítulo.

Após este primeiro encontro foi criado um grupo no WhatsApp específico para as mulheres da acolhida, através deste canal são divulgadas atividades do grupo, tanto eventos públicos como as reuniões internas da RMNPE. Durante o tempo em que estive em processo de acolhida houveram reuniões de forma online e presencial, no entanto, tive bem mais contado com o coletivo por ter participado também do projeto de formação política da RMNPE, que tratarei de forma pormenorizada mais a frente.

O processo de acolhimento serve não só para as mulheres que estão chegando ao coletivo, mas também para as integrantes do grupo conhecerem as novas possíveis participantes e seus objetivos, nesse sentido Rosa nos fala sobre a relação do grupo com partidos políticos e o cuidado para que o movimento não seja utilizado de forma utilitarista.

Quando a gente foi constituindo a Rede, a gente pensou a seguinte coisa: a gente não quer qualquer mulher aqui dentro, no sentido de que a gente percebeu que a Rede começou a ter muita visibilidade em pouco tempo e tem muitas pessoas aqui que a gente conhece que quer apenas usar o nome da Rede para... subir degraus. A Rede não é palco pra ninguém. Se você quer entrar na Rede para se fortalecer enquanto mulher negra, pra sua vida e não pro seu partido, a gente aceita. Mas pra você fortalecer o seu partido, você não nos cabe. [...] Isso é se aproveitar do outro, né? [...] desde o início a gente já tem definido que nós íamos ser de pessoas para partido nenhum ter o direito de fala. Então, você pode ser do PSOL, do PT, do PC do B... Aqui dentro da Rede você é Elisa. Você pode ser do sindicato, mas aqui dentro você é Elisa [...] A Rede não tem esse objetivo. E aí as pessoas começaram a dizer que a rede era fechada, que era muito difícil de entrar... **(Rosa)**

No mesmo sentido se dá o processo de saída. Se uma mulher passa a não participar das atividades do grupo e, sobretudo, das reuniões mensais, as integrantes do grupo buscam saber o motivo.

A sua saída é a seguinte coisa, ninguém é obrigado a estar em todas as reuniões, mas não se faz movimento sem participação. [...] A gente se encontra uma vez no mês e você não priorizar durante meses a fio então você não está fazendo movimento. Isso é nossa análise. A gente pede, avisa, se você

não quiser, porque às vezes...você se sente mais a vontade de sentar, sei lá, às vezes tem pessoas nossas que estão deprimidas. Aí não está bem, aí vai falar com quem da coordenação, ela se sente mais perto e diz 'eu não vou', não precisa dizer o motivo, mas está avisando. Ou você vai lá no WhatsApp, gente, 'olha, gente aconteceu isso e isso, não vou poder'. Isso é compromisso. Aí o que acontece? As criaturas começam loucas para entrar na Rede. Loucas de jogar pedra. Aí quando entra não faz um comentário naquilo que é postado, não dá satisfação, aparece a cada três meses na reunião, essa pessoa não fica. Qual é o primeiro movimento? A comissão de acolhida escreve pra ela, 'você tá bem, o que está acontecendo com você, porque você tá no silêncio?' a pessoa responde, parará, volta, tudo bem... ela continua fazendo a mesma coisa. 'Querida, quando você tiver condições de voltar pra ele, você volta pra acolhida'. Esse é o movimento, entrada e permanência. Porque a gente trabalha demais, a gente não tá aqui de brincadeira. A gente trabalha, a gente pensa junto, a gente briga junto e a gente ri junto. Então assim, se você não criar essa conexão, você vai ficar perdida. Você vai ser sempre Carrie, a estranha. [RISOS] **(Rosa)**

De grande importância para melhor entender como se organiza a RMNPE bem como para conhecer muitas das mulheres que compõem o coletivo foi o encontro estadual que aconteceu em fevereiro de 2024, nos dias 16, 17 e 18. A maioria das mulheres que lá estavam eram da região metropolitana do Recife, mas haviam também mulheres que constroem o núcleo de Vitória de Santo Antão, município da Zona da Mata de Pernambuco. O local onde ocorreu o encontro era também uma pousada, assim, as mulheres que moravam longe tiveram a possibilidade de ficar hospedadas até o fim do evento, evitando os longos deslocamentos. De grande importância para garantir a participação das mulheres foi a ajuda de custo para transporte bem como a garantia de café da manhã e almoço, tendo em vista que, enquanto o encontro do dia 16 foi das 18 às 21 horas, nos dias 17 e 18 ficamos reunidas durante todo o dia, das 9 às 17 horas. O principal objetivo desse evento foi avaliar o ocorrido no ano de 2023 da RMNPE e também planejar as ações para o ano de 2024, para tal foram realizadas algumas atividades como uma análise de conjuntura política do estado de Pernambuco e as reverberações dos acontecimentos do ano para a vida das mulheres negras, houve ainda um balanço dos trabalhos realizados nas diferentes comissões e grupos de trabalhos do coletivo além da reestruturação dos mesmos para o ano de 2024.

Um ponto que me chamou atenção foi a presença de crianças e pré-adolescentes, filhos e filhas das mulheres que compõem o coletivo. As meninas mais velhas, que estão chegando na adolescência, participavam das atividades que desejavam e, por vezes, prestavam atenção às longas discussões sobre os diversos detalhes da RMNPE e, quando queriam, se distanciavam para utilizar seus celulares, desenhar e até mesmo dormir. Já as crianças mais novas tinham a opção de ficar no mesmo espaço que as mães e se movimentar livremente no ambiente como

também puderam ficar em um espaço designado para as crianças com uma recreadora responsável. De grande distração – não só para as crianças, mas principalmente para as adultas – eram as pipocas, pirulitos, confeitos e alguns chocolates (com e sem açúcar!) que estavam sempre a disposição de quem os quisesse.

Durante o encontro foram pautados diversos temas como a importância e força das atividades externas realizadas pela RMNPE, ou seja, aquelas que não se limitam às pessoas que participam do coletivo. Frequentemente falou-se dos avanços e dificuldades perante o governo federal e local, portanto, um dos focos do coletivo são as eleições deste ano de 2024 e, conseqüentemente, o projeto Eu Voto em Negra. O tema da saúde física e mental ganha espaço no coletivo que busca conhecer mais profundamente suas participantes a fim de poder oferecer apoio quando necessário e, para tal, organizou um grupo responsável por elaborar um perfil da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, através de dados das participantes. Já há um perfil provisório que, para a tristeza dessa pesquisadora, ainda não está finalizado ou publicado. Também surgiram conversas sobre a relação entre gerações, tendo em vista que boa parte das mulheres que compõem o coletivo são consideradas ‘as mais velhas’ enquanto aquelas tidas quanto ‘mais novas’ ainda são minoria ainda que estejam ganhando espaço, não só em quantidade, mas em cargos tendo em vista que a coordenação atual é considerada uma coordenação mais jovem.

Tendo apresentado as principais informações sobre a RMNPE, seu processo de criação, suas bases, suas estratégias de sustentabilidade etc. Iremos, então, transcorrer sobre alguns dos principais projetos do coletivo: O Julho das Pretas, A Jornada Negras de Formação Política e o Eu Voto em Negra. Trataremos primeiro do **Julho das Pretas** que surgiu, nos disse Rosa, vinculado à Rede de Mulheres Negras do Nordeste a partir da vontade de realizar um encontro entre organizações de vários estados e, dessa forma, propõe-se um projeto que compile as comemorações referentes ao dia 25 de Julho, dia internacional da Mulher Negras Latinoamericana e Caribenha. Assim, cria-se o Julho das Pretas, um calendário unificado de ações entre diferentes coletivos de diferentes estados. Rosa nos contou sobre o processo de organização dessa ação anual:

[...] E aí, a gente começa a fazer isso juntas, enquanto Rede [Nordeste] só, pra dentro, pensar o tema, na época eu era representante da Rede de Pernambuco na Rede Nordeste, por sinal depois a gente vira coordenação. Mas a gente discutia qual era o tema daquele ano e formava um calendário comum.[...] Na Bahia, por exemplo, a prefeitura estava usando o nome Julho das Pretas. A gente pegou uma briga para falar, ‘não, Julho das Pretas é nosso’. E é um

calendário que hoje está em âmbito nacional, porque como a Rede Nordeste faz parte da Articulação das Organizações Negras Brasileiras, se faz um calendário nacional agora. **(Rosa)**

É importante reforçarmos, como bem faz Rosa, que a ação é uma agenda das mulheres negras organizadas mesmo que nos últimos anos tenha começado a ter seu nome utilizado por parlamentares não vinculados ao movimento de mulheres negras, sindicatos, prefeituras e instituições. O mês de julho se tornou, portanto, um importante momento de comunicação e aproximação entre coletivos e organizações de mulheres negras dos mais diferentes estados do país, com ações que ocorrem em seus territórios e por meio da internet com lives de abertura e encerramento. Para demonstrar de forma mais satisfatória como acontece o Julho das Pretas trago as atividades realizadas pela RMNPE para a composição do calendário coletivo que ocorreram no ano de 2023, através dos cards de divulgação das ações que foram publicados no Instagram do coletivo.

O tema do Julho das Pretas do ano de 2023 foi ‘Mulheres Negras em marcha por reparação e bem viver’ e algumas das atividades realizadas pela RMNPE foram rodas de conversas e oficinas sobre diferentes temas, mostras culturais e ações de cuidado, como podemos ver a seguir:





Outro importante projeto da RMNPE é o **Eu Voto em Negra**, Piedade Marques faz parte da comissão dessa importante iniciativa que visa fortalecer candidaturas de mulheres negras no âmbito local e tem a responsabilidade, junto com outras mulheres, não só de pensar a organização da campanha, como ampliar a discussão internamente na própria RMNPE. Piedade conta que a princípio a RMNPE foi convidada para prestar assessoria para uma campanha sobre democracia e mulheres negras. As organizações que propunham a campanha em questão se posicionam enquanto antirracistas, mas boa parte das participantes o eram mulheres brancas, assim, tem-se a importância da RMNPE para a construção de um projeto que tem como foco mulheres negras. Eventualmente a RMNPE acaba por entrar oficialmente para a equipe da campanha enquanto organização parceira, e não no papel de assessoria. Rosa, que também fez parte do início do projeto, conta sobre esse processo:

O Eu Voto em Negra é uma longa história, viu? [...] Em 2019, o Centro das Mulheres do Cabo, a Casa da Mulher do Nordeste, o Movimento das Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, escrevem um projeto chamado Mulheres Negras e Democracia no Nordeste... Mulheres Negras e Poder... Democracia e Poder no Nordeste, uma coisa assim. Só que todas as instruções eram de mulheres brancas [risos] A ficha caiu, aí chama a Rede como parceira. Aí eu e o Piedade fomos incumbidas de assumir essa tarefa. Na época, Piedade estava fora do país, eu estava trabalhando na prefeitura, eu estava louca. Mas a gente fazia algumas reuniões, todas as reuniões online para ir discutindo. E a gente não quer ser parceira apenas para ser formativa, só para dizer para vocês o que é o racismo. A gente quer fazer parte do projeto, a gente quer fazer parte da gestão do projeto. Aí a gente adentra como gestora do projeto junto com elas. A Casa da Mulher do Nordeste recebeu o recurso e uma dessas ações, que tinha ação de fórum, de campanha, de comunicação, que era [sobre] a democracia participativa, não era o objetivo que a gente tem

hoje, mais elaborado. Então, a gente ficou na organização do Fórum, eu e Piedade, da articulação das mulheres pré-candidatas do Nordeste, foi toda uma função nossa. E aí, a gente criou uma oficina que foi pra gente pensar na campanha. Foi um dia de trabalho imenso e quando a gente viu, tava exaurida de tanta pergunta, de tanta resposta, quando a gente olhou pro quadro, a resposta tava dada: A campanha se chamava Eu Voto Nega. Foi o que a gente escolheu. Juntando pedaços... a gente chorava não sei se porque a gente tava cansada ou se a gente chorava de alegria, da beleza do nome. **(Rosa)**

Em 27 de julho de 2020 a campanha Eu Voto em Negra é lançada e contou com a contribuição de outras organizações de mulheres negras, como podemos ver nos cards abaixo, divulgados no Instagram oficial @euvotoemnegra:

Participações:

Malsa Vale Odara - Instituto de Mulheres Negras da Bahia	Denize Ribeiro Rede de Mulheres Negras da Bahia/Fórum Marielle Franco	Terlúcia Silvia Bamidele - Organização de Mulheres Negras na Paraíba
Laila Oliveira Auto Organização de Mulheres Negras	Rejane Maria Auto Organização de Mulheres Negras	Halda Regina Ayabás - Instituto da Mulher Negra do Piauí
Flora Rodrigues Poetisa - Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Joaninha Dias Poetisa - Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Cris Nascimento Poetisa - Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

Lançamento da Campanha **#EuVotoemNEGRA** **Hoje** 23 . 07 **Live no Youtube às 16h** bit.ly/euvotoemnegra

Logos of partner organizations: REDE SACRO, REDE DE MULHERES NEGRAS, CONFERÊNCIA, CONSELHO DE MULHERES NEGRAS, Bregreer Política, AFRO, MOVIMENTO DESDE EL SUR, MOVIMENTO MULHERES DO SUR.



Sobre o primeiro ano de existência da campanha Piedade nos fala:

O próprio nome já é muito legal, né? ‘Eu Voto Negra’ é um negócio que instiga, né? Um nome fácil, sabe assim? Tudo... É tudo de bom. [...] nós conseguimos trabalhar com quase 200 mulheres, foi no período online porque foi o período da pandemia, com vários desafios. [...] Exatamente três anos atrás, que foi a eleição de 2020. E aí foi a eleição municipal, que nós trabalhamos, tivemos poucas mulheres eleitas, mas a gente também percebeu que o grupo que estava a frente disso apesar do discurso de se colocar dentro do movimento, que dava a entender que todo mundo que estava ali era de esquerda e tal, mais de 80% das candidatas eram de partido de direita. O que deixou a gente assim, quando a gente descobriu: E agora?? A gente tomou uma decisão que pra gente, no momento, era a única possível mesmo a gente podendo simplesmente dizer “oh, vocês não servem mais pra gente” mas a gente terminou garantindo a condução até o final, né? Não que a gente acreditasse efetivamente no que aquelas mulheres estavam trazendo. Porque tudo bem que nos partidos de esquerda a sacanagem é tão escrota quanto, mas as mulheres sabem e algumas conseguem ir para o debate. Isso termina sendo verdadeiro. **(Piedade)**

A campanha passa por mudanças após o ano de 2020 e sobre esse processo nos diz Rosa:

E aí 2020, ele [o projeto] termina, aí a gente faz uma parceria com a Oxfam Brasil, por conta da Rede, porque elas viram o desempenho da Rede no Fórum, e disse ‘nós queremos que a Rede realize um outro fórum’. Aí a gente disse, ‘tá, mas a gente tem que chamar as outras mulheres, as organizações que já vinham’, aí ‘tudo bem, mas quem coordena são vocês’. E a gente fez, realizou mais outro fórum que era Escuta, e aí nesse último fórum a gente foi tirando algumas ações bem estratégicas, que era de formar comissões em cada Estado. [...] a gente convidou a Open pra ver o fórum, acho que ela achou

bom, aí disse, ‘eu quero investir em vocês nesse projeto’ aí o que acontece, a coordenação se reuniu e disse bom esse novo projeto ainda não quer todo mundo a gente só vai querer A Casa porque na Casa da Mulher do Nordeste tem pessoas negras no conjunto da sua organização, as outras não tanto E a gente foi conversar com a casa, a casa aceitou para receber o dinheiro. E aí a gente continuou o projeto em 2022 com o nome Mulheres Negras e Democracia, que é o fortalecimento de candidaturas de mulheres negras no Nordeste. Quando foi esse ano... na nossa avaliação e planejamento desse projeto, a gente definiu que ele não ia ter mais esse nome, que a campanha ali iria se tornar o próprio projeto. Então, a gente tem o nome do projeto ‘EU VOTO EM NEGRA’, que ele continua com algumas ações dos passados, mas com muita renovação. **(Rosa)**

Assim, o projeto continua no ano de 2022 em parceria com A Casa da Mulher do Nordeste e acolheu mulheres candidatas dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão. Rosa e Piedade contam que realizaram uma ação agregando os nove estados supracitados onde a equipe do Eu Voto em Negra dialogou com os partidos a fim de demonstrar apoio às candidaturas das mulheres pois, nas palavras de Rosa, “as mulheres queriam que a gente dissesse para eles que elas não estavam sós.” Enquanto isso, tratava-se com o público eleitor temas como os papéis da prefeitura dos/as vereadores/as, sobre a importância de eleger mulheres negras etc. Houveram ainda diversas lives sobre temas como a noção de bem viver na perspectiva do feminismo negro, candidaturas coletivas, estratégias das candidatas perante violência partidária, políticas públicas antirracistas. Rosa destaca ainda o diferencial do apoio às candidatas ao tratar estratégias de comunicação, formação política, financiamento e fundo eleitoral etc.

A gente tem um curso de advocacy, media trainer, que é para preparar todas as mulheres no projeto para a fala, para a televisão, o jornal, blá blá blá tinha coisa que a gente fez que não tava no projeto mas a gente é dessas, a gente tirou fotografia para elas a gente fez um encontro de apresentação, meu Deus [risos] quando eu lembro disso... eu perguntei “vocês são loucas?”, uma tem a ideia, a gente mais louca ainda, que consegue a ideia de em menos de um mês a gente conseguiu um recurso e trouxe todo mundo para ser apresentado apresentada: Essas são as parlamentares que vão para a eleição. Minha gente, eu tava tão eufórica naquele dia. Eu era apresentadora [risos] foi muito lindo também. A gente conseguiu uma parceria com o TRE Pernambuco e por causa de nós, eles ganharam o Segundo lugar no prêmio de iniciativas do TRE. Por sinal semana passada teve uma audiência e nós recebemos a plaquinha. A próxima vai ser em primeiro lugar, tá? Que a gente não aceita em segundo lugar. **(Rosa)**



Foto publicada no Instagram @EuVotoemNegra mostra o ‘Encontro de Mulheres Negras do Nordeste: Enegrecendo o Parlamento!’ onde foram apresentadas as candidaturas acolhidas pelo projeto.



Resultado do II Concurso de Boas Práticas da EJE/TSE, onde o projeto Eu Voto em Negra recebeu o prêmio de segundo lugar pela categoria cidadania democrática.

Na carta compromisso¹⁶ lançada em agosto de 2022 pela campanha Eu Voto em Negra junto com o Projeto Mulheres Negras Rumo aos Espaços de Poder declara-se que as candidatas que compõem as referidas ações se comprometem, no legislativo ou executivo, a:

1. Atuar em consonância com os princípios, estratégias e práticas políticas do nosso campo do Movimento Negro brasileiro, potencializando o fazer político das pessoas participantes de movimentos sociais negros e antirracistas.
2. Reconhecer que sua vitória e sua atuação são continuidade das lutas das muitas e dos muitos que vieram antes de nós, que ocuparam, resistiram e seguem resistindo nas florestas, campos, cidades, favelas e periferias. Resgatar e honrar a memória e os passos dessas que vieram antes, celebrando e homenageando figuras ancestrais são exemplos de luta e resistência para nós.
3. Incorporar em sua atuação políticas os sujeitos e as sujeitas protagonistas das nossas principais lutas, tais como: mulheres negras periféricas, juventude negra periférica, trabalhadores/as informais, trabalhadores/as rurais, comunidades quilombolas, população LGBTQIA+ e outros grupos, que mantém as diversas lutas e há anos constroem e implementam soluções para seus problemas capazes de mudar a realidade de suas vidas e suas comunidades.
4. Atuar de forma a colocar os espaços legislativos a serviço das lutas contra o racismo e o sexismo, potencializando as lutas dos movimentos sociais negros e de mulheres negras, a partir de um entendimento de que esses grupos tem cumprido um papel de não apenas demandar e reivindicar, mas também de colaborar na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas.
5. Priorizar os princípios de pluralidade, diversidade e representatividade em todos os processos de formulação e decisão sobre a atuação dos mandatos. As equipes dos mandatos devem retratar o conjunto de populações que demandam direitos e políticas públicas de equidade em seu estado ou no nível federal.
6. Atuar a partir do entendimento de que o parlamento não se resume a apresentação, discussão e aprovação de leis, mas também de fiscalização sobre a atuação do poder executivo, buscando garantir o cumprimento de seu papel de defesa do interesse das mulheres negras, inclusive dando visibilidade às demandas e pautas da população negra que normalmente não são tratadas nesses espaços.
7. Estabelecer alianças com instituições públicas e organizações da sociedade civil comprometidas com a garantia do acesso da população negra aos seus direitos, desde que essas alianças não firam princípios políticos e estratégias coletivamente estabelecidas.
8. Valorizar e tomar como princípio a atuação a partir da coletividade. A coletividade traz inúmeros benefícios para todo o processo de construção e execução das políticas, assim como assegura o reconhecimento das decisões

¹⁶ Carta é encontrada online no site: <https://linktr.ee/euvotoemnegra>

como fruto do trabalho coletivo, não apenas da ideia iluminada da parlamentar.

9. Atuar a partir do princípio e da prática que considera a política como um bem público, e não privado ou individual. Cada parlamentar está na casa legislativa para servir ao povo, não para servir aos seus interesses pessoais ou de seu grupo mais próximo.

10. Atuar considerando a importância e praticando o cuidado consigo mesmas e com as outras pessoas com as quais atua cotidianamente. Isso deve ser parte sempre do nosso fazer política. Nossa atuação confronta várias violências, tensões e conflitos. Precisamos estabelecer estratégias individuais e coletivas para nosso autocuidado e o cuidado com todas, todos e todes.

11. Construir mecanismos de participação e transparência em seus mandatos ou mandatas, assegurando sua plena implementação, com o objetivo de zelar pelo bom uso dos recursos públicos e assegurar informação correta e de qualidade para toda a população.

12. Definir a constituição de suas equipes e a gestão de pessoas em seus mandatos e mandatas com rigor e profissionalismo, a partir do entendimento de que é necessário assegurar a competência técnica, sem nunca deixar de lado o cuidado com os limites de cada uma e cada um, a atenção à saúde física e mental de todas e todos.

13. Comprometer-se em estabelecer estratégias e ações concretas que favoreçam a entrada de outras e outros militantes nesses espaços. Não se fechar em seu próprio mandato ou em seu próprio grupo. Promover espaços de troca e aproximação com diferentes sujeitos, sujeitas e identidades, garantindo que seus mandatos sejam espaços acolhedores e agregadores, onde se favoreça o aprendizado e a construção coletiva da transformação que queremos ser e fazer no mundo.

(Carta Compromisso, 12 de agosto de 2022)

Por fim, Rosa fala que ainda no ano de 2023, por volta de outubro ou novembro iria-se começar a apresentar os critérios e prazos para que as mulheres se inscrevam para participar da campanha das eleições de 2024 e adianta que o número de participantes seria menor desta vez “a gente vai reduzir o quantitativo de mulheres pelo recurso e também por algumas avaliações que nós fizemos. Porque nos demais anos, acho que a gente trabalhou em torno de 70 mulheres. Um pouco mais. A gente quer reduzir.” E assim aconteceu, no mês de novembro foi lançado o edital para as pré-candidatas. Foram disponibilizadas 30 vagas para mulheres da região nordeste que se encaixassem nos seguintes critérios: Ser mulher negra cis ou trans; ser filiada a um partido de esquerda; Ser Pré-Candidata na Região Nordeste. Foi pedido ainda que enviassem uma Carta de intenção apresentando a trajetória política, uma foto e um currículo. Já no fim de dezembro de 2023 foram divulgados os resultados das candidaturas acolhidas na campanha: 27 mulheres que atuam em diferentes estados, sendo oito de Pernambuco, duas da Paraíba, duas

do Ceará, quatro do Maranhão, duas do Rio Grande do Norte, uma do Piauí, três da Bahia, duas de Sergipe e duas de Alagoas.

Para finalizar a parte dedicada para o Eu Voto em Negra, destaco a provocação levantada pela campanha em suas redes sociais no início de março, mês em que se comemora o dia da mulher. Trazendo as palavras da mulher com quem início meu escrito, Sojourner Truth, a campanha trata da importância de pensar políticas públicas que atendam a diversidade das mulheres e diz que “Ao pensar sobre as lutas, debates e homenagens que atravessam o mês de março, frisamos sempre a importância do olhar interseccional para os nossos corpos. O gênero, a raça e a classe são fatores que designam a nossa existência no mundo. Não há como dissociar tais fatores e as nossas demandas precisam ser atendidas respeitando nossas peculiaridades.”



Aqui, além de citar Truth, fala-se especificamente de interseccionalidade e de sua importância prática para a vida das diferentes mulheres, incluindo as mulheres negras, neste contexto ao pensar políticas públicas. A interseccionalidade será tratada de forma profunda também em um outro projeto desenvolvido pela RMNPE, chamado **Jornadas Negras de Formação Política**, que irei tratar de forma pormenorizada. É necessário, no primeiro momento, entender qual o objetivo da criação de uma formação política e o que se pretende com tal atividade. Essa foi a pergunta que fiz para Rosa:

Desde a marcha que a gente entendeu que a formação política é fundamental para a gente entender sobre o racismo, sobre as estruturas, sobre as desigualdades. Não se faz movimento sem conhecimento, gente. As pessoas acham que fazer movimento às vezes é só o WhatsApp. Não é estar em atos. Fazer movimento precisa de você se fundamentar. E as Jornadas Negras de

Formação Política é criada justamente para isso. Estávamos, como chama?! em diferentes níveis de conhecimento. E o que é que a gente pensou? Vamos, nós mesmas, que já somos mais velhas, e convidar outras companheiras negras que não são da Rede, mas que são acadêmicas, por exemplo, ou que são de outros movimentos de mulheres, que passou pelo movimento negro unificado, por exemplo, para somar com a gente e a gente fazer uma formação política com oito módulos de um dia inteiro porque também não dá pra você tratar de certos temas em tempo curto. Então, a gente pensou em oito grandes temas durante o dia inteiro, a cada 15 dias, para também não cansar as mulheres e essa formação é especificamente para as mulheres negras da Rede. Mas o que a gente pensou também? Ora, vamos abrir por que a gente sabe que nem todas - as mulheres da RMNPE - vão participar. A gente abriu 30 vagas para nós, internas, e a gente pensou 'vamos abrir 10 vagas ou 20 para o externo'. Por que? São mulheres que não têm acesso e como eu disse, a Rede tem esse compromisso com as outras mulheres independentes delas serem organizadas ou não. E aí como eu disse a sede da gente não cabia. A FASE Pernambuco¹⁷ cedeu o espaço. Foi muito, muito parceira nessa situação. Nós já tínhamos recursos, porque a gente do nosso projeto já tinha planejado as Jornadas com o orçamento com passagem, com lanche, com almoço, já estava tudo orçado. E a gente fez um grande... a comissão era mais a coordenação, que a gente não tinha as comissões como tem hoje. Então eu, Mônica (Oliveira), Pia (Piedade Marques), Liliana (Brros) também, a gente era a comissão preparadora, a gente trabalhou para *dedel*, porque a gente não esperava que a gente ia receber tantas inscrições externas [risos] A gente passou semanas, olha para cá, olha para lá, tira essa, essa vem, liga... Eu e Liliana, a gente tinha essa função, eu já estava contratada... então eu e Liliana que tínhamos esse papel de ligar para as pessoas, e ver e blá blá blá. **(Rosa)**

O único ano em que as Jornadas não aconteceram foi em 2020, devido a pandemia de COVID-19, mas ainda assim aconteceu um outro projeto de formação:

Então, 2020 foi a pandemia, a gente não fez as Jornadas, mas a gente estava com um projeto com o Fundo Baobá que era formação política para mulheres de bairros, aí a gente fez isso tudo online. O mesmo modelinho da formação das Jornadas. A gente não queria perder aquele ano e foi fantástico. Foi incrível porque de 30 mulheres que a gente começou, terminou 28, numa pandemia. A gente ficou assim... 'Porra!' [risos] Eu não sei como... Ó, foi cansativo, mas assim, a gente segurou [...] E a gente descobriu que era o celular, né? Cada uma com o seu celular nas suas casinhas, né? Aí a gente tinha uma que estava escrita e tinham outras que não estavam escritas, mas elas estavam lá ouvindo então indiretamente a gente atingiu muito mais mulheres. A gente dizia, 'abre a câmera pra a gente ver' porque às vezes elas ficavam com vergonha, mas aí vinha 'Olha, tá fulana, fulana e não sei quem aqui' Era muito legal, então assim, foi um projeto que a gente fez em parceria. A gente escolheu esse projeto com o Fundo Baobá, pra fortalecer a Cidadania

¹⁷ FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Feminina e o Espaço Mulher. E aí era eu, Liliana e Cleia¹⁸ que coordenava esse projeto e foi um aprendizado maravilhoso coordenar um projeto online em pandemia e todas receberam o material no último módulo. Eu achei um motorista que era parceiro nosso e foi fazer entrega em todos os bairros, as camisas, as bolsas, o caderno, pra que elas no dia tivessem, pra gente dar uma foto. O financiador ficou extremamente satisfeito, porque eles não imaginavam que a gente ia conseguir segurar 28 mulheres durante esses 8 meses, porque a gente fazia uma vez no mês. **(Rosa)**

As edições de 2021 e 2022 das Jornadas Negras ocorreram normalmente, de forma presencial e com vagas para integrantes da RMNPE e para mulheres de fora do coletivo. Rosa lembra que no ano de 2022 houveram poucas mulheres nas Jornadas, tendo terminado aquela edição com menos de 20 mulheres, ela compreende, no entanto, que depois da pandemia tem sido mais difícil articular as mulheres. No ano de 2023, no entanto, o número cresceu e poucas eram as mulheres que fazem parte do coletivo e, dessa forma, relembra a importância da presença das mulheres da RMNPE em espaços formativos, como as Jornadas, as ações do Julho das Pretas ou qualquer outro espaço formativo que trate de temas importantes para as mulheres negras.

Foi em maio de 2023 que se iniciaram as inscrições para as Jornadas Negras daquele ano, sendo o foco desta ação a formação e articulação de mulheres negras que se interessam pela atuação política e/ou que tenham interesse em conhecer e se integrar a RMNPE. Os critérios para participação foram: (1) Ser mulher negra ativista ou que deseje participar da formação para qualificar sua atuação nos espaços; e (2) Ter disponibilidade e compromisso de participação de TODAS as atividades presenciais ao longo das Jornadas Negras.

¹⁸ Liliana e Clea fazem parte da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e coordenam, respectivamente, o Grupo de Mulheres Cidadania Feminina e o Grupo Espaço Mulher.



Participei da formação política da RMNPE no ano de 2023 e pude entender a importância deste projeto para a vida das mulheres que dele participam, tanto aquelas que fazem parte da RMNPE e estiveram nas Jornadas enquanto equipe organizadora, como facilitadoras ou ainda enquanto cursistas. Além, claro, das mulheres que não integram o coletivo. Essa participação foi de grande importância tanto numa esfera pessoal quanto para a construção desta pesquisa, permitindo que conhecesse mulheres da RMNPE e também aquelas que se interessaram pela formação e, portanto, eram diretamente impactadas por ações do coletivo. A formação ocorreu ao longo do segundo semestre do ano, sempre no espaço da Faculdade ESUDA, que disponibilizou sua estrutura para os seis encontros do curso de formação. A instituição está localizada no bairro de Santo Amaro, em Recife. Durante os meses de formação pude estar presente em ações do coletivo que estudo, conhecer as sujeitas que ali estavam, manter anotações sobre o ocorrido e, sobretudo, perceber o caráter interseccional e educador da RMNPE.

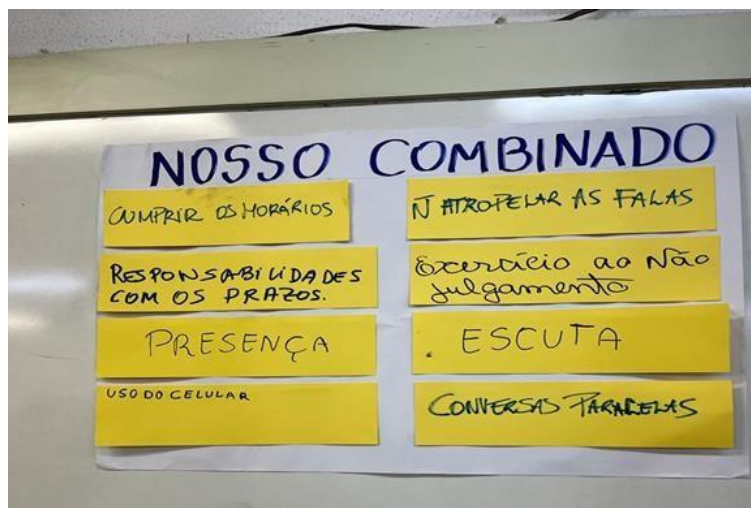
Ocorreram um total de seis encontros onde foram debatidos diversos temas relacionados à vida das mulheres negras. O primeiro aconteceu no dia 17 de junho de 2023 onde foi apresentado o coletivo RMNPE, o que são as Jornadas Negras, seus objetivos e como funcionaria a formação. O dia começou com o café da manhã e em seguida fomos para a sala onde aconteceriam a formação em si, chamadas de oficinas. Lá, todas as mulheres se apresentaram e relataram o que esperavam daquela formação política e logo notei algumas coisas interessantes como o fato de uma das presentes ser uma menina de 12 anos que estava acompanhando a mãe e assim descobri que existem meninas negras que desde cedo participam de atividades da RMNPE pois suas mães compõem o coletivo, encontrei ainda pessoas

conhecidas que eu não sabia que estariam lá e pude perceber que muitas das participantes participam de coletivos em seus territórios de residência. O mais interessante, no entanto, foi o quão rápido algumas mulheres perceberam aquele como um espaço seguro para demonstrar fragilidades e falar de temas sensíveis cujo quais, obviamente, não entrarei em detalhes aqui. Já durante as primeiras atividades (ministradas por Rosa, uma de nossas interlocutoras) onde tratou-se da importância das mulheres negras se perceberem, se valorizarem e cuidarem de si algumas mulheres se emocionaram e falaram sobre a importância de um local como aquele, não só de conhecimento, mas de acolhimento entre mulheres negras.

Também neste dia foi acordada a rotina que se repetiria em todos os encontros: antes de começar as oficinas era servido o café da manhã, em seguida tinha-se início as atividades da oficina que iam até aproximadamente às 12 ou 13 horas, dependendo das atividades realizadas durante aquela manhã, então acontecia o almoço que também era fornecido gratuitamente pelo coletivo e então retornava-se para as atividades da tarde, finalizando por volta das 17 horas, quando eram distribuídos lanches. Havia ainda uma ajuda de custo para as passagens de ônibus para aquelas que precisassem. Recebemos também um kit com uma pasta, uma apostila com os textos utilizados na formação, um caderno e uma caneta. Foi disponibilizado ainda a ementa do curso com os temas que seriam abordados, os conceitos trabalhados quais as facilitadoras seriam responsáveis por cada oficina.



Foram organizadas também os combinados a serem seguidos por todas durante a formação como cumprir horários, ter cuidado com o uso do celular, respeitar a fala de todas, buscar não faltar a nenhum encontro etc. Foram as próprias cursistas que determinaram quais regras buscaremos seguir:



Nesta mesma data aconteceu a oficina número 1, intitulada ‘Raça e Relações Raciais no Brasil (conceitos e histórico)’ com a facilitação onde trabalhou -se temas como o conceito de do termo raça, as noções de preconceito, discriminação, etnia, mito da democracia racial, miscigenação e mestiçagem, ideologia de branquitude, colorismo. Bem como a construção histórica das relações raciais e do racismo no Brasil.

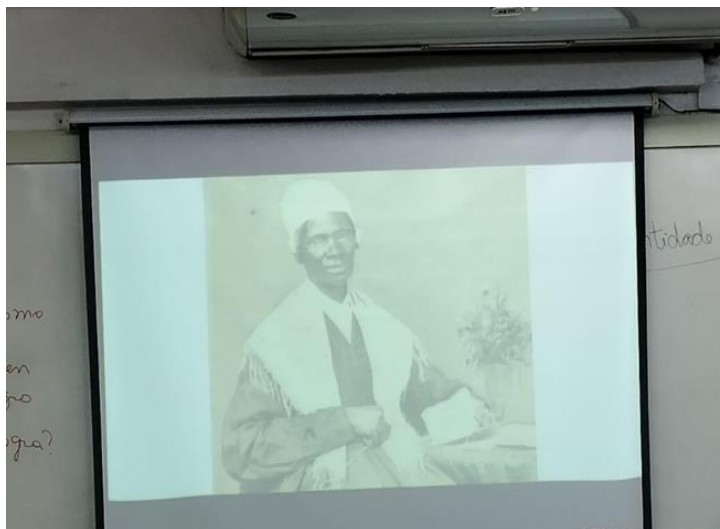
O segundo encontro aconteceu no dia 19 de agosto e a oficina 2 teve como tema a **‘História do Movimento Negro no Brasil: o impacto da atuação das mulheres negras’** com duas das locutoras desta pesquisa como facilitadoras: Rosa Marques e Piedade Marques. O objetivo desta oficina foi resgatar a trajetória histórica do Movimento Negro no Brasil, lembrando os Quilombos, as Revoltas, Revoluções e organizações como a Frente Negra Brasileira; Imprensa Negra; Teatro Experimental do Negro (TEN); Blocos Afros, Afoxés, Maracatus e outros grupos culturais que foram e são importantes para o fortalecimento da identidade negra e como resistência ao sistema racista. Tratou-se também do papel das religiões de matriz africana na resistência negra no Brasil, as mobilizações da juventude negra periférica e, sobretudo, o importante papel das mulheres negras na história das resistências anticoloniais.

Relembrar a importância das mulheres negras para os movimentos de resistência do país é tema bastante presente na RMNPE. Pode-se perceber isto na prática de, em todos os encontros, estarem dispostas fotos de mulheres negras acima da bandeira do coletivo. Estas são

mulheres que fazem parte do coletivo ou são inspirações para o mesmo, como a escritora Inaldete Pinheiro, a artista e ex-Deputada Estadual Erica Malunguinho.



A terceira oficina ocorreu no dia 26 de agosto sobre ‘**Gênero e Feminismo Negro**’ onde tratou-se dos temas de gênero, racismo machismo, misoginia e os diferentes feminismos com foco no feminismo negro e numa percepção interseccional dos temas tratados. Os textos presentes na apostila referente a esta oficina eram das autoras Patricia Hill Collins, bell Hooks e Lélia Gonzalez, todas importantes bases teóricas desta pesquisa. Com Collins foram abordadas a autodefinição como importante ferramenta para mulheres negras bem como a cultura de solidariedade entre essas mulheres além da percepção de que o feminismo não é uma postura individual, mas sim coletiva. Outra mulher citada neste dia foi Sojourner Truth e seu importante discurso, já trazido anteriormente.



Uma das raras fotos que existem de Sojourner Truth conhecida por seu discurso “E eu não sou uma mulher?” apresentada na terceira oficina das Jornadas Negras.

Nos encontramos novamente no dia 30 de setembro para a quarta oficina intitulada **“Racismo Institucional e como ele se manifesta nas Políticas Públicas”**. Nesta data tratou-se do conceito de Racismo Institucional e de como o mesmo se manifesta nos diversos campos como acesso à educação; saúde; mercado de trabalho; segurança pública; acesso a crédito; política habitacional; judiciário; espaços de poder e decisão e outros. No mês seguinte, em 28 de outubro, ocorreu a oficina número 5 sobre **“Enfrentamento ao Racismo Religioso”** onde foram apresentadas as histórias das religiões de matriz africana e suas formas de resistências, o racismo étnico-religioso e suas manifestações além do combate a essas formas de opressão pelos movimentos sociais e também no âmbito jurídico. Foi lembrado ainda do papel central da cidade de Recife para o fortalecimento e disseminação do racismo científico através da Faculdade de Direito de Recife.

No mês de novembro ocorreram os dois últimos encontros. No dia 18 de novembro o tema da oficina 6 foi **“Os impactos do Racismo na saúde mental”** onde vimos o conceito de Saúde Mental a partir da perspectiva antimanicomial e como o aspecto racial impacta no processo de adoecimento mental da população negra brasileira. Foram trabalhadas ainda práticas de autocuidado para preservação da saúde mental e a necessidade da construção de uma política pública de saúde mental antirracista. Neste encontro as mulheres trouxeram diversos temas que impactam em seu bem estar e saúde mental, ou seja, que geram adoecimento, como as dificuldades do desemprego ou com doenças (físicas ou psicológicas) e a dificuldade em acessar direitos básicos. No dia 25 do mesmo mês, por fim, ocorreu o último

encontro. Nessa data as mulheres foram convidadas a expressar, da maneira que desejassem, sua experiência na formação. Houve ainda uma roda de conversa com duas participantes e fundadoras da RMNPE, Mônica Oliveira realizou uma análise de conjuntura do movimento de mulheres negras no cenário da cidade de Recife, do estado de Pernambuco e no plano nacional. E Rosa Marques tratou dos desafios a serem enfrentados pelas mulheres negras organizadas.

Uma questão de meu interesse foi compreender qual as especificidades da RMNPE, ou seja, aquilo que a diferencia de outros coletivos. Quando perguntada sobre isto, Emanuele chamou atenção, no primeiro momento para o que chama de uma ‘liga’ entre as participantes, o que significa não só uma proximidade entre as mulheres em uma relação pessoal de companheirismo, mas também a preocupação de que todas estejam cientes dos objetivos e escolhas feitas pelo coletivo em suas ações e posicionamentos:

Eu acho que, inclusive, se tem uma fala bem comum, pessoas que não fazem parte da Rede geralmente comentam que a Rede é muito fechada, que a Rede é uma sociedade secreta [risos], enfim, mas nem é isso. Não é nada disso. Eu acho que o que diferencia a gente é exatamente a gente prezar muito pelas integrantes que estão ali, sabe? Hoje a gente está situada na região metropolitana, na Zona da Mata, o sertão a gente está bem fragilizado e o agreste também, no sentido de organização mesmo. A gente está situada principalmente na RMR [Região Metropolitana do Recife], Zona da Mata, com Vitória [de Santo Antônio], e a gente tem integrantes do Agreste. Mas eu acho que o propósito da Rede... a gente tem, claro, o objetivo de interiorizar, de fortalecer nas regiões do interior do estado, isso é fato, é uma necessidade, mas o objetivo da Rede de fato é ter essa...como eu posso dizer? Essa liga, mesmo, entre essas integrantes, sabe? É fazer com que todas as integrantes que estão ali tenham muito, muito negritado a missão da Rede, ter muito negritado o modo de agir da Rede, as nossas escolhas do porquê a gente está em um espaço e não está em outro, sabe? Então, para a gente carregar o nome da Rede em si, acho que representa isso de carregar também essa responsabilidade de trazer quais são essas demandas, essas especificidades das mulheres negras que estão situadas no país, em Pernambuco. **(Emanuele)**

Ao continuar, Emanuele passa a falar sobre a diversidade das mulheres de compõem a RMNPE, incluindo a presença de mulheres com grande diferença de idade e de contribuições para o coletivo, mas que, ainda sim, constroem uma relação de irmandade:

Então, acho que é isso, acho que o diferencial é que a gente tem, de fato, uma organização que pensa nessa diversidade de mulheres negras, tanto é que a gente tem mulheres de 18 a 70 e poucos anos e que tenta ao máximo, nas suas práticas, olhar para essas integrantes, sabe? Para além de fazer atividades para fora, que a gente faz bastante, mas sempre olhar para essas integrantes e tentar garantir a permanência mesmo delas, e a atuação. Então, quando tu pergunta, por exemplo, ‘Como é que tu participas da Rede?’ Eu participo dessa forma, mas já vai ter gente que vai dizer, ‘eu participo de outra forma, porque é o meu modo que eu posso contribuir.’ Então eu acho que a Rede, ela é diversa,

ela é plural, ela é diferente, mas ela tem muito forte isso da perspectiva de irmandade. Dentro de tudo isso, todo esse caminho que eu falei, eu colocaria isso, acho que é trabalhar a perspectiva da irmandade, isso é muito forte pra a gente. É... Essa tentativa ao máximo, nas nossas ações seguir aquilo que, por exemplo, a gente colocou na carta da Marcha das Mulheres Negras, acho que os nossos princípios estão muito bem delimitados ali naquela carta, sabe? Essa busca pelo bem viver e que isso termina se transparecendo nas nossas atuações, sabe? Isso vai ficar muito explícito nas nossas atuações, nas nossas intervenções, nas nossas representações. Acho que é isso, acho que a gente termina carregando muito forte essa perspectiva da irmandade e eu acho que seria, de fato, uma marca principal da Rede. **(Emanuele)**

Quem traz uma visão parecida é Rosa, que também fala sobre irmandade. Para ela, a noção de irmandade anda em conjunto com transparência, o que possibilita que conflitos ocorram entre as mulheres do coletivo, mas que as relações pessoais não sejam abaladas.

São algumas coisas que eu percebo que diferenciam. Primeiro é a irmandade, segundo é a transparência. Quando falo em transparência e irmandade, tem a ver que... Se a gente briga, a gente briga e a gente chora junto, a gente ri junto. Então, a gente é como se fosse uma família e família, você vai ter que ir para o enfrentamento, você vai ter que chorar, você vai ter que rir, mas tudo isso com respeito. O diferencial para mim é o respeito nessa irmandade, né? Porque a gente tem como princípio a nossa ancestralidade, a gente tem como princípio a nossa identidade e a gente tem como princípio a nossa resistência então, a gente diz assim: aqui não é um clube de bolinha, aqui não é um clube de mulheres negras, aqui é uma irmandade. E a irmandade, ela vai ter que entender que é tudo isso... Eu não estou falando de você, estou falando de nós, para que você nunca leve as coisas para o lado pessoal. Quando eu estou falando mais alto, quando eu estou brava, eu estou brava pela a tua ação que perpassou todo um coletivo e que não foi legal, então segura a tua onda... vai ter que melhorar, vai ter que se desculpar, chora junto. A gente aqui teve uma briga com a juventude que foi assim, bem geracional no encontro estadual. Todo mundo lembra disso. Chorava... Eu lembro que Géo foi a que mais chorou ‘Como é que pode a juventude dizer que não tá tendo voz?’ Briga, brigou, brigou! Era choro e vela. Mas aí a gente discutiu isso na tora, dizendo assim: ‘Sim, juventude, você está dizendo que a gente não dá direito a voz e fala, você não faz o que? Então construa um plano de trabalho porque tudo aqui é um plano de trabalho pra fazer’ Oxe elas fizeram, trabalharam temas com a juventude, com adolescentes..., mas assim, foi pro enfrentamento, foi doloroso, não vou dizer que foi fácil não, viu? Choramos mesmo, porque a gente queria dar na cara da outra, de raiva [risos] porque é isso, né? Agora, ninguém ficou dizendo ‘é pessoal’. É político! Tudo o que a gente está discutindo é político. Então, se reorganizou, depois se abraçaram, depois riram, terminou a atividade, foi comer e todo mundo foi ser feliz. Pra mim isso é o diferencial. Pra mim é você... É eu não concordar contigo, a gente discordar, a gente ir pro enfrentamento e depois a gente sair sorrindo e abraçando pra dizer ‘o que a gente tava fazendo era política, não era pessoal’. Então pra mim, isso é um grande diferencial dentro da Rede. Por isso que as meninas...você vê a forma como elas falam da Rede, porque a gente é isso, né? A gente tem essa transparência no agir, tem a transparência no falar, tem a transparência em tudo que a gente faz. No final do ano a gente presta conta de tudo que a gente fez e leva a porrada, porque tem gente que não entendeu que o dinheiro que a gente está usando, é público e a gente precisa ter muito

cuidado. Não pode a gente fazer uma atividade, você faltar e não dizer porque faltou, não avisar com antecedência porque é gasto. Então assim, a gente tem muito respeito com recurso alheio. Então isso também é um aprendizado para muitas que ainda não entenderam, né? Então é isso. Para mim é diferencial. Eu acho que é a transparência e o conflito, e resolver de forma política e não com julgamentos que levam para o pessoal. Então, para mim, isso é diferencial da Rede. **(Rosa)**

Por sua vez, Piedade não só reforça alguns pontos já trazidos como apresenta outros, como a importância das mulheres que constroem a RMNPE e a grande responsabilidade requerida para aquelas que compõem o coletivo:

Eu tá lá, Rosa tá lá... [risos] É sério! É, ó, eu tenho aprendido o seguinte, que as coisas...os espaços são por causa das pessoas que estão lá, né? Eu posso fazer mestrado na Rural, o mesmo que tu faz, mas quando eu chegar lá vai ser diferente. Eu acho que como a gente conseguiu basicamente o grupo que sustenta a Rede é um grupo que vem dessa coisa da construção da marcha que foi uma experiência muito boa para todo mundo, continua sendo referência. E isso tem a ver com a forma mesmo da gente se relacionar, da gente se escutar, da gente decidir, da gente fazer. Eu acho que tem essa coisa de quem tá, desenha, sabe? Cria sinergia. Quando vou para as acolhidas, eu sempre digo para todo mundo, ‘ó, a gente criou a acolhida para vocês sentirem. Não é só a gente pra saber se quer você’, porque as pessoas precisam saber com quem vai estar lidando e se vai se permitir a enfrentar as coisas que não são fáceis. Não porque é um grupo de mulheres, né? Porque o machismo gosta de dizer que é mais fácil trabalhar com homem, que mulher briga muito, que mulher não sei o quê. Eu sempre digo que a gente não é fácil, a gente não é flor que se cheire e a gente se cheira o tempo inteiro, a gente chora, a gente briga, a gente... e briga muito mesmo, mas acho que o grande grau de respeito que a gente tem pelas pessoas, mesmo quando às vezes nem as pessoas conseguem perceber, seja porque entra na defensiva e faz com que comece a querer taxar as outras. Eu particularmente sempre digo o seguinte: eu sou do grupo que prefiro tá entre o choro e o riso. Tem gente que é mais pesado e eu fico feliz porque tem certas coisas que eu acho que precisam ser ditas, mas se depender de mim...eu tenho que estar no energia muito, muito, muito, que é uma das coisas que, ultimamente, evito, sabe? E que tem gente que não precisa ter saco pra muita coisa. Com muito pouco vai dizendo, né? Tem outras que vai esperando que as pessoas se toquem, se não se tocar, é problema dela.[risos] Então eu acho que a Rede também tem de tudo, como diz a história, daquelas coisas das famílias, tem a bêbada, tem a que gasta, a que compra, a que esculhamba...[...] Tem aquela que as pessoas ficam assim ‘ohhh podia ser menos direta, ou podia ser menos grossa, ou...’ Vai depender de como as pessoas leem cada coisa. Ou ‘eu vou para a fulana porque é mais calma’ [...] Então, eu sempre digo no período de acolhida que ‘vá olhando se é isso mesmo que vocês querem’, porque do lado de cá a gente sabe quem quer: todo mundo é bem-vindo. Desde que respeite, desde que compreenda, desde que se permita...não é só uma responsabilidade da Rede, é também da outra pessoa dizer ‘poxa, eu não tô preparada, né?’ Porque se o que fizer for algo, por exemplo, que a gente considera muito grave, não vai ser só uma, não vai ser só a brava, vai ser a calma, vai ser a que é da *greia*, todo mundo vai pra cima, né? Então, eu acho que esse é um pouco do que a Rede tem, né? E, assim, às vezes isso é fácil, às vezes não é. Mas uma das coisas que a gente aprendeu: tudo é administrável, inclusive a saída das pessoas, o tempo que as pessoas

precisam para não estar, e a gente vai tentando só dizer às pessoas, não precisa ser expulsa, você tem a possibilidade de dizer: ‘ó eu não estou conseguindo, o meu diazepam tá acabando e eu não tô conseguindo chegar.’ **(Piedade)**

Quando perguntadas sobre o que diferencia a RMNPE de outros coletivos, as respostas dadas abordaram pontos em comum, ainda que de forma diferente. Três pontos notados nas três falas foram: a relação entre as mulheres do grupo, o constante processo formativo e a constante chamada para a agência das mulheres desde o processo de entrada e, por fim, a diversidade das participantes. Para descrever a relação entre as mulheres do coletivo foram usadas palavras como ‘sinergia’, ‘liga’, ‘irmandade’, ‘família’ e ‘transparência’. É interessante notar que as descrições não buscam demonstrar um ambiente sempre harmonioso, pelo contrário, há uma normatização do conflito no interior do coletivo, no entanto, ressalta-se que os conflitos não se dão no nível pessoal, mas sim no debate de estratégias políticas.

Foi possível notar isso na prática, sobretudo durante o encontro estadual onde depois de discussões alongadas entre pessoas ou grupos com opiniões diferentes estas mesmas mulheres, ao fim do debate, sentaram-se juntas para conversar, comer e sorrir juntas. Essas relações transpassam o momento de reunião do coletivo, é comum que muitas das mulheres saibam detalhes da vida pessoas umas das outras, conheçam membros de suas famílias, saibam em que área profissional atuam e não raramente se encontram para momentos de lazer. Há ainda uma atenção para aquelas mulheres que possuem particularidades como restrição alimentar ou dificuldades de locomoção, para tal, há a atenção com o local de escolha dos encontros, com as cadeiras para que atendam às variadas necessidades e com a alimentação daquelas que possuem restrições. Um acontecimento que marcou profundamente as mulheres da RMNPE foi a perda de uma de suas participantes no ano passado, devido a problemas de saúde. Desde então se intensificaram as conversas sobre autocuidado e cuidado umas com as outras, além da criação de uma nova comissão no coletivo, voltada para a saúde mental.

Falou-se também sobre a responsabilidade das participantes do coletivo. Desde o momento de acolhida o processo formativo é incentivado, tanto através da participação nas Jornadas Negras quanto em outros espaços e atividades fomentadas pelo coletivo. A busca por contato com conhecimentos variados (e não só acadêmico) é constantemente trazido à tona e possibilitado pela RMNPE, buscando que o processo de troca aconteça de forma horizontal e participativa, como pode-se constatar a partir da preparação para a Marcha no ano de 2015 e o próprio processo de criação da RMNPE. Há o constante empenho para que todas as participantes compreendam os processos de decisões do grupo para que, caso seja necessário

representar o coletivo em algum espaço, o dito esteja de consonância com os acordos da coletividade.

Outro ponto levantado foi a diversidade de mulheres que constroem o grupo, com multiplicidade de temperamento, profissão, estudo e idade. As relações entre mulheres de diferentes gerações é comumente mencionada por este ser, como dito anteriormente, um coletivo que se iniciou com maioria de mulheres ‘mais velhas’ mas com a vontade e necessidade de atrair as ‘mais jovens’. Não raramente se escuta relatos das mais novas de como elas aprendem com as mais velhas e vice-versa, comum também são os embates entendidos como ‘conflitos geracionais.’ Compreendida como importante é a decisão de mulheres que compõem o coletivo de trazerem suas filhas desde novas para as atividades do grupo. Sobre isso conversei com Verônica Ferreira, que faz parte da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco desde o início e que costumava levar sua filha para os encontros da RMNPE desde a infância. Verônica conta que quando saí do movimento negro misto e passa a se aproximar do movimento de mulheres negras ela já era mãe e logo entende ser importante inserir sua filha por entender aquele como um local de fortalecimento e acolhimento:

Eu já entendia que eu tinha um grande desafio na minha frente que era criar crianças negras em uma escola que não pauta a humanidade negra e uma sociedade que nega e que inviabiliza crianças negras e que maltrata e que agride crianças negras. E aí Luena começa a fazer parte desse meu cotidiano de militância, ela está em todas as coisas em que a Rede promove, nos encontros, como também as mães que têm crianças negras estão levando hoje em dia [...] e aí Luena enquanto mulher, eu também pensava que era um lugar que a protegia e a protegia em todos os níveis, do afeto dessas mulheres pretas que estão aí, eu também acreditava que ela ia reconstruir esse lugar dessa ancestralidade, de ver o mais velho e a mais velha como aquelas pessoas que são a biblioteca orgânica, viva, que nos traz conhecimento, que nos traz o afeto da escuta, de uma escuta que muitas vezes a gente não tem dentro de casa, então, em levo Luena para a Rede numa perspectiva de fortalecimento da vida de Luena. **(Verônica)**

Em outro momento, Verônica fala da importância da RMNPE ao descobrir que sua filha faz parte da comunidade LGBT. Verônica conta que tinha medo da violência que a filha poderia enfrentar e conta que, a princípio, não queria acreditar pois tinha medo de ‘mais uma interseccionalidade’ que iria atravessar a vivência de sua filha:

‘[...] eu sabia que seria mais uma batalha, mais uma luta sobre a humanidade da minha filha, então assim, ter luena nesse lugar, porque Luena é cria da Rede, então, Luena ser cria da Rede fez com que ela despertasse esse lado artístico que ela tem, mas um lado artístico combativo, por que a poesia de Luena é uma poesia combativa.

Portanto, além de contar sobre sua decisão de levar a filha para as ações da RMNPE, Verônica aponta a importância do coletivo tanto para si no processo de se inserir no movimento de mulheres negras quanto para a filha que cresceu convivendo com o coletivo. Luena atualmente é uma jovem adulta e continua a fazer parte da RMNPE.

Por fim, questionei as entrevistadas sobre os principais desafios enfrentados pelo coletivo. Emanuele apontou a dificuldade de algumas mulheres em estarem presentes no coletivo devido à própria dinâmica de vida e a necessidade de garantir sua própria sobrevivência, assim, Emanuele conclui que as principais dificuldades do coletivo são externas e, não por acaso, é aquilo o que a RMNPE busca combater: Os diversos sistemas de opressão que atingem as mulheres em nosso país.

[...] As principais dificuldades da Rede se dão principalmente por fatores externos, sabe? Acho que as maiores dificuldades da Rede são causadas por aquilo que a gente tenta enfrentar todo dia, é meio que redundante. A gente tem dificuldade porque a gente vive num contexto de pobreza, de miséria, num contexto em que a gente, infelizmente, não tem acesso à saúde mental e que no fim das contas tudo isso a gente consegue atribuir ao racismo em si. As maiores dificuldades enfrentadas hoje são resultado de contexto, a gente vai ter momentos do ano que a maior dificuldade da gente é lidar, por exemplo, com as tragédias ambientais por causa da chuva, e isso é reflexo do racismo ambiental. As dificuldades internas são dificuldades de organizações. Mais operacionais. Nada que eu destacaria... as dificuldades que a gente enfrenta vem muito mais das militantes terem que conviver com um sistema que é racista, um sistema que mata. **(Emanuele)**

Rosa também apontou o tempo e a disponibilidade das mulheres como o principal desafio enfrentado pelo coletivo, maior até que a falta de recurso financeiro, o que dificulta em um de seus principais objetivos: espalhar as ações da RMNPE para o interior do estado. A limitação de recurso financeiro segue, sem dúvida, sendo motivo de dificuldades para a implementação das ações do coletivo:

O principal desafio é o tempo. O tempo é o nosso é o pior desafio. Gritante. Nem o financeiro é tão quanto tempo, que é a disponibilidade das mulheres. [...] E esse tempo também diz muito para a nossa disponibilidade de ir para o estado. A gente precisa de mais gente que vá para o estado, mas a maioria está trabalhando e algumas que não trabalham, por exemplo, não têm as condições ainda de compreensão da mobilização, da articulação política naquele território. Então fica essa coisa do tempo ‘barra’ disponibilidade. O recurso vai ser sempre, claro, um problema de qualquer movimento porque a gente queria fazer mais, mas o recurso ainda é limitado. A gente queria ter milhões, mas a gente só tem ‘mils’. Porque milhões faz com que você crie ações contínuas e com uma temporalidade, com condições de contratar outras garotas, por exemplo, para fazer algumas coisas. Pesquisa seria até uma delas. E o desafio é que termina correspondendo com a descontinuidade das pessoas,

né? O descompromisso de algumas mulheres, eu acho que é outro desafio. Porque fazer movimento... é preciso muito amor e preciso muita garra, sabe? Não é só desejo. Desejo não move montanhas. Ele pode até desejar, mas ele não move. Eu não acredito que mova. Levante não sua mãozinha e empurre a montanha, pra ver se ela anda?! **(Rosa)**

Por sua vez, Piedade levanta alguns pontos já notados nas outras falas, como o tempo que essas mulheres dispõem ao coletivo em detrimento às suas necessidades de subsistência, além dos desafios enfrentados pela falta de financiamento e que, portanto, não permite que se tenham mulheres dedicadas exclusivamente às atividades do grupo. Por outro lado, Piedade relembra de desafios da RMNPE que estão sendo superados como é o caso de maior participação da juventude e o coletivo dispôr de uma sede que fica no centro da cidade de Recife.

Eu acho que tem desafios, são muitos, muitos mesmo... Tem algumas que são mais simples de resolver, outros mais difíceis, mas vamos lá... Eu acho que de um lado, por exemplo, nós temos uma certa facilidade de conseguir recursos para as ações. Desde que a gente existiu, que a gente se constituiu nós temos conseguido garantir financiamento para ações, só que as pessoas precisam pagar água, luz, telefone e a Rede é movimento, é aquilo da militância, é de grátis e isso é um negócio que é um desafio terrível: você não ter pessoa liberadas para o grupo... O que é legal de um lado, a Rede ser uma organização de não sei quantas pessoas, por outro lado é difícil você garantir a participação efetiva dessas pessoas, inclusive presencialmente, porque as pessoas têm as suas demandas e às vezes não é fácil, seja pela distância, seja por descompromisso, seja... São várias questões... hoje eu fico olhando... A coordenação, ela mudou, né? A gente tinha uma coordenação que durou praticamente de 2016 até agora, né? [...] Às vezes, olhando a coordenação, a dificuldade das coisas acontecerem. Por exemplo... Quando a gente começou e fez uma definição: Todo segundo sábado é reunião da Rede. A gente conseguia, porque era um momento presencial e tal. Hoje, às vezes eu não sei se isso é um grande desafio ou é a grande necessidade de se pensar sobre, por exemplo: qual é a grande perspectiva das reuniões? É juntar as pessoas ou é definir? Porque tem hora fica muito dentro dessas duas perspectivas. ‘Ah, tem que juntar as pessoas’. Ou, ‘eu prefiro que decida então, virtualmente isso é melhor’. Então assim, são das coisas desafios. Nós hoje temos uma sala que é maior. O espaço é bom, é central. E isso eu acho que é uma das grandes vantagens. quase nenhuma organização consegue ter espaço que a gente tem hoje em Recife, mas tem sido usado com outras ações que não necessariamente são diretas da rede, porque as pessoas também não circulam. Acho que alguns desafios a gente conseguiu avançar como, por exemplo, a participação da juventude, nós hoje temos um grupo de pessoas jovens que estão...mas de desafio, desafio, eu colocaria essa coisa ali de como a gente consegue garantir que as pessoas estejam ? e tem muito haver mesmo com essa participação em movimento, de ONG, de pessoas que financiam, no máximo quando tem mais dinheiro que contrata. E pronto, terminou o dinheiro, acabou contrato, as pessoas ficam ali, com o minguado, mas acho que isso é desafio. Eu acho que as outras coisas que aparecem como desafio, a gente vai também desafiando. A representação, virou, mexeu, sempre dá um problema, alguém foi pega num lugar que não devia tá, diz que é, mas não

aparece... sempre volta, né? E isso pelo menos é... É legal que a gente tem esse papo, dessa possibilidade de nada. Tem muito por ele, né? Pra decidir as coisas, pra enquadrar as pessoas e tudo mais. **(Piedade)**

Destaquei o trecho acima para que possamos tratar a questão da representação na RMNPE. Piedade aponta a representação como um problema recorrente no coletivo - ‘virou, mexeu, sempre dá um problema.’ - Quando há a possibilidade de uma das mulheres participar em alguma atividade ou que a RMNPE seja convidada a participar de algum evento, o procedimento padrão é que a participação seja informada com antecedência para que haja conhecimento do coletivo e, portanto, as mulheres do grupo estejam de acordo com a participação da RMNPE naquela atividade, espaço ou que apoie determinada agenda. É neste sentido que Piedade aponta que, por vezes, há problemas que envolvem representações públicas que não foram previamente informadas à coordenação.

Por último, para tratar do tema dos desafios, podemos perceber que, mais uma vez, pontos em comum foram trazidos pelas interlocutoras. Os temas que mais aparecem são o tempo de disponibilidade das mulheres e a questão financeira. Como já explicado, o grupo trabalha a partir do apoio financeiro de editais e com parceria de outras organizações locais, nacionais e até internacionais. No entanto, além dos limites e dificuldades relacionados à realização dos projetos e ações do coletivo, a questão financeira se estende para a impossibilidade de haver mais mulheres dedicadas prioritariamente a RMNPE, tendo em vista que atualmente a única pessoa que possui vínculo empregatício ao coletivo é Rosa. A questão financeira se liga diretamente à problemática do tempo, pois as mulheres que compõem o coletivo tem suas vivências atravessadas por diversas questões como trabalhos precarizados, cuidados com crianças, pais e outros integrantes da família ou ainda por viverem em áreas periféricas e terem de enfrentar as dificuldades próprias destas localidades, como violência, falta de acesso a direitos básicos e a maior fragilidade aos problemas ambientais urbanos - Que Emanuele bem aponta como Racismo Ambiental. Sem dúvida, esta realidade em muito impacta no tempo livre que estas mulheres possuem para se organizar politicamente.

É nesse sentido que entende-se que muitos dos problemas apontados como centrais da RMNPE são causados pelas dificuldades enfrentadas pelas sujeitas que compõem o coletivo e que são, também, os problemas que a organização busca combater, afinal, são as imbricações de diferentes sistemas de opressões que atinge profundamente a vida destas mulheres como aponta Emanuele, - “Acho que as maiores dificuldades da Rede são causadas por aquilo que a gente tenta enfrentar todo dia.” - Tendo em vista que a questão financeira sempre será um desafio para o

coletivo, tanto para a continuidade de suas ações quanto para o próprio funcionamento da organização e, conseqüentemente, a produção de conhecimento que a mesma gera e dissemina, como nos disse Rosa - “Porque milhões faz com que você crie ações contínuas e com uma temporalidade, com condições de contratar outras garotas, por exemplo, para fazer algumas coisas. Pesquisa seria até uma delas”. Uma certeza que se tem, no entanto, é que a RMNPE seguirá enfrentando seus desafios e, com certeza vencerá alguns, como foi o processo de adquirir a sede ou aproximar a juventude do coletivo. Como nos falou Piedade: As outras coisas que aparecem como desafio, a gente vai também desafiando.

4. Quarto Capítulo: Movimento Interseccional Educador: Rompendo a barreira entre teoria e prática.

Em *Pedagogias em Movimento - o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?* (2003) Arroyo aponta que foram diversos os escritos, sobretudo após as décadas de 1970 e 1980, que se dedicaram a tratar da influência dos movimentos sociais na educação. A Partir de um processo de maior democratização da educação formal, sujeitos antes excluídos passam a frequentar ou desejar frequentar ambientes de educação formal, assim aumentam os tensionamentos entre demanda popular e o projeto de educação vigente, na medida em que educação deixa de ser um privilégio e se torna um direito (que deveria ser) ofertado a todos.

Arroyo nos diz que ocorrem dois processos naturais: (1) os sujeitos que adentram esse sistema de educação formal passam a modificá-lo de forma natural, questionando um sistema que historicamente é exclusivo e excludente; (2) sujeitos que não adentraram tal espaço mas desejam fazê-lo, passam a exigir acesso à educação. Tanto a demanda popular por acesso à educação quanto os questionamentos para mudança de seu modelo possuem grande impacto dos debates realizados em movimentos sociais:

Todo processo educativo, formal ou informal tanto pode ignorar como incorporar as formas concretas de socialização, de aprendizado, de formação a que estão submetidos os educandos. Ignorar essa realidade e fechar-nos em “nossas” questões, curriculares e didáticas, terminará por isolar os processos didáticos escolares dos determinantes processos socializadores em que os setores populares se reproduzem desde a infância. (Arroyo, 2003, pág. 33)

É de extrema importância pensarmos quais repercussões práticas de uma educação que não incorpora a realidade social dos sujeitos. Neste sentido, bell Hooks, na introdução de *Ensinando a transgredir* (2017) nos fala sobre sua experiência no ambiente escolar. Vivendo em uma sociedade racialmente segregada Hooks, enquanto criança, via a escola como um

ambiente estimulante. A escola, nos diz a autora, possuía uma caráter político, onde educar crianças negras se demonstrava um ato de resistência, e neste processo de educação as professoras buscavam conhecer seus estudantes - “Elas conheciam nossos pais, nossa condição econômica, sabiam a que igreja íamos, como era nossa casa e como nossa família nos tratava” (pág. 11) - e conhecendo seus estudantes buscavam transformação, tanto na vida individual daquelas crianças, tanto em um ideal de mudança coletiva, afinal “Para os negros, o lecionar - o educar - era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta antirracista” (pág.10) - Aqui compreendemos que o ‘sucesso’ do individuo não é singular, mas coletivo pois diz respeito, inclusive, a uma busca por justiça social.

No entanto, esse cenário mudou para bell Hooks com o processo de integração racial. No momento em que ela deixa de frequentar uma escola exclusivamente negra e passa a frequentar o que a autora chama de ‘uma escola de brancos’, o ambiente escolar passou a ser transmissora de informação e não mais tinha relação com o seu modo de viver:

Quando entramos em escolas brancas, racistas e dessegregadas, deixamos para trás um mundo onde os professores acreditavam que precisavam de um compromisso político para educar corretamente crianças negras. De repente, passamos a ter aula com professores brancos cujas lições reforçavam os estereótipos racistas. Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola. [...] A escola ainda era um ambiente político, pois éramos obrigados a enfrentar a todo momento os pressupostos racistas dos brancos, de que éramos geneticamente inferiores, menos capacitados que os colegas, até incapazes de aprender. Apesar disso, essa política já não era contra-hegemônica. O tempo todo, estávamos somente respondendo e reagindo aos brancos. (Hooks, pág. 12)

Não objetivando discutir os benefícios ou malefícios do fim das leis de segregação racial nos Estados Unidos, buscamos aqui pensar como, em um sistema que reproduz desigualdades como verdades absolutas, individuos tem sua formação afetada de maneira negativa. Por exemplo, um ambiente escolar voltado para a realidade vivida pela população negra, mesmo que fosse uma realidade de racismo abertamente institucionalizado pelo Estado, era mais benéfica do que uma realidade ‘inclusiva’ onde o conteúdo, os métodos e os indivíduos - sejam professores, gestores ou colegas - eram racistas. Para além de pensarmos medidas de inclusão de populações subalternizadas em ambientes hegemônicos é necessário, sobretudo, pensar no ambiente em si. Até onde esse ambiente é libertador e não violento?

Quem em muito contribuiu para a discussão de uma educação que dialogue com os diversos sujeitos foi Paulo Freire, nome mais importante da educação brasileira e referenciado

por diversos outros teóricos, incluindo os aqui citados Arroyo e Hooks. Ao tratar da educação daqueles que chama de oprimidos, Freire (2005) traz especial atenção para um olhar atento aos conhecimentos desses sujeitos, conhecimentos que não necessariamente vieram de instituições de educação formal, mas de ambientes educativos informais bem como aqueles adquiridos no cotidiano, através da realidade do sujeito. É na concepção de que os indivíduos não são tábuas rasas e que, para além disso, o conhecimento deve ser dialógico, em um processo mútuo entre educador do educando, que Freire em muito contribui para uma educação transformadora.

É possível perceber, tanto através de nossa base teórica quanto a partir da prática observada na Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, um caráter educador de espaços que não se caracterizam enquanto instituições de educação formal. Sobre o tema nos diz Gohn (2011):

A educação não formal poderá ocorrer tanto em espaços urbanos como rurais; tanto em espaços institucionalizados (no interior de um conselho gestor, por exemplo), como no interior de um movimento social, entre aqueles que lá estão participando e reivindicando, e vão aprender algo sobre um dado tema – quem são os opositores, os encaminhamentos necessários; como poderá ocorrer ainda em outros espaços sociopolíticos, como nas ONGs, nos museus, etc. Ou seja, a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via o diálogo tematizado. Na gestão de uma política social, em um espaço público, ao trabalhar com democracia deliberativa compartilhada, em que se juntam representantes do poder público com representantes da sociedade civil organizada, o exercício da educação não formal é uma possibilidade real. (pág. 44)

Para exemplificar, Gohn nos fala sobre o movimento de mulheres pois, como resultado de sua atuação, houveram criações e aprovações de leis e políticas públicas, além de mudanças culturais. Essas foram mudanças substanciais na sociedade que ocorreram em grande medida através de uma educação não formal, pois se deram a partir de construções e ações de coletividades que construíram saberes e agiram com objetivos específicos. Podemos perceber ações semelhantes realizadas pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres negras.

Uma obra indispensável para pensarmos os conhecimentos gestados no interior dos movimentos sociais é o já citado *O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017) de Nilma Lino Gomes. No início da obra a autora questiona o que a pedagogia, as Ciências Sociais o campo das humanidades e - podemos generalizar - a educação formal, teriam de aprender com o movimento negro?

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses

movimentos, que indagam o campo científico, fazem emergir novas temáticas e questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. (GOMES, 2017, pág. 17)

Gomes (2017) nos lembra que muitas das atuais preocupações teóricas e mudanças de antigas certezas, como as teorias racistas e deterministas do século XIX e XX (que já tratamos no primeiro capítulo) são resultados da atuação do movimento negro, pois, muitos do conhecimentos produzidos sobre as relações raciais no Brasil não ocorreriam e tão pouco tomariam espaço na produção de conhecimento formal se não fosse o movimento negro e os intelectuais negros engajados.

Sabendo que nem o movimento negro ou mesmo o movimento de mulheres negras, irão se apresentar sempre como atores que atuam com base em uma teoria interseccional - mesmo porque, como vimos anteriormente, ambos os movimentos atuam séculos antes do conceito de interseccionalidade ter sido criado - fazemos aqui essa aproximação tendo em vista que é próprio de ambos se tratar diversas questões como educação, trabalho, encarceramento, estética, questões geracionais, sexualidade, religiões, violência entre outros. Apontamos principalmente uma indissociabilidade entre o movimento de mulheres negras e um pensamento interseccional.

O foco de nosso estudo, a RMNPE, possui um caráter explicitamente interseccional, como foi demonstrado no capítulo anterior, o coletivo é também uma importante ferramenta de difusão de conhecimento para a sociedade civil, sobretudo para as mulheres negras do estado. Pode-se perceber tais características a partir dos três grandes projetos do coletivo: as Jornadas Negras de Formação Política, um projeto de formação para mulheres negras da Rede e de fora dela, o Julho das Pretas, onde, através de atividades como oficinas de preparo de alimentos, são introduzidos temas próprios do feminismo negro. E o projeto Eu Voto em Negra que busca promover diálogos e palestras que apresentam o sistema político formal vinculando as necessidades da população negra e de mulheres negras através de atividades que acontecem via internet bem como em ações nos diversos territórios. O Eu voto em Negra engloba ainda um processo de formação das mulheres candidatas que são abraçadas pelo projeto. Assim, destaco aqui a importante reverberação deste projeto que tem como foco o fortalecimento de mulheres negras com pautas antiracistas e feministas na política formal, tendo em vista o cenário desafiador da política do estado de pernambuco, que passa por um fortalecimento do conservadorismo na política através da eleição de parlamentares ligados a direita e ao fundamentalismo religioso.

Ao tratarmos da política formal/ institucional podemos perceber que, ao longo dos últimos anos, se tornou muito comum ouvirmos falar das chamadas *políticas identitárias* de forma negativa, como se fossem menos importantes ou até descartáveis em detrimento a outros temas, como a economia, por exemplo. Bilge e Collins (2021) nos falaram, no entanto, que muitas vezes são os grupos ligados às chamadas políticas identitárias que vem combatendo avanço de políticas neoliberais e excludentes no globo, enquanto, a própria direita conservadora usa a noção de identidade para a defesa de seus interesses econômicos. A extrema direita populista, nos dizem as autoras, trabalha com narrativas voltadas ao tema da identidade, porém com caráter excludente ao passo em que possuem uma posição hostil à diversos grupos étnico-raciais não brancos, à imigrantes, à população LGBTQ+ e à mulheres, tomando como identidade universal a masculina, branca, heterossexual, cisgênera e cristã.

É, portanto, a partir do que Gomes fala sobre *um movimento negro educador*, que pensaremos aqui em *um movimento interseccional educador*. Em meio a ambientes educacionais excludentes pensamos na importância de um conhecimento gerado no interior de movimentos sociais, que possui como base, como nos diz Collins (2022b), atenção especial às identidades dos indivíduos e suas especificidades, seus contextos sociais em sua complexidade e visa, por fim, a mitigação das desigualdades. A fim de tratar o tema iremos nos debruçar sobre as experiências trazidas por Emanuele, Rosa e Piedade durante as entrevistas, primeiro através de perguntas que focalizam a as vivências individuais e subjetivas destas mulheres e, em seguida, através de questões que abarcam temas mais amplos, voltadas às ações da RMNPE e a vivência cotidiana de mulheres negras.

- **‘A Rede é um palco de experiência para a minha mudança’**

Aqui, a fim de perceber as experiências das interlocutoras desta pesquisa em espaços de militância e a influência da participação no coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco enquanto ferramenta de formação política e educativa destaco aqui, dentre as perguntas do feitas ao longo das entrevista semi-estruturadas, três delas: **(1) Por que resolveu se organizar em coletivos/movimentos sociais?; (2) Como era sua vida antes de se organizar em espaços de militância? e (3) Considera que teve aprendizagens por participar da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco?**

Emanuele conta que sua procura por movimentos sociais inicialmente foi impulsionado pela busca de pares, algo que ela sentia falta no ambiente universitário. Foi na busca por uma

rede de apoio, que não encontrou no ambiente de estudo, que Emanuele chegou aos coletivos e, eventualmente, estes espaços se transformaram em espaços de atuação política:

“Acho que na universidade foi quando eu comecei a fazer leitura sobre a temática racial, a me atentar para algumas coisas que eu vivia a vida toda, enfim, para ter um olhar melhor, inclusive, para o que eu vivia dentro da própria universidade, pensando na prática do racismo. Mas eu acho que o que me impulsiona é essa **busca por pares que eu não encontrava na Universidade**, eu não tinha essa rede de apoio na Universidade.” (Emanuele)

Emanuele relembra que antes de se organizar nessas coletividades ela não tinha tanta compreensão dos processos que vivenciava, incluindo experiências de racismo. Desde então, desenvolveu o que chama de ‘um olhar mais apurado’ para o que acontece à sua volta e compreende que o que se iniciou como um ‘anseio individual’ logo se tornou um projeto coletivo:

[...] Antes de entrar em movimento social eu não conseguia olhar para os fatos, para as coisas que aconteciam de forma...nem organizada, nem entender o que acontecia. Não tinha de fato uma explicação para mim, não fazia sentido e também essa ausência mesmo de agência mesmo, de agir de forma coletiva. A grande diferença é essa. (Emanuele)

Eventualmente, Emanuele passou a entregar a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, onde atualmente é uma das coordenadoras, como já tratamos no capítulo anterior. Quando perguntei se ela identifica que adquiriu novos aprendizados por participar da RMNPE ela rapidamente faz menção ao costume do coletivo de promover atividades de formação, tanto para suas integrantes quanto para a sociedade civil, além de descrever a relação de troca e de aprendizado entre as mulheres de diferentes idades apontando o coletivo como um espaço de acolhimento e troca:

Eu acho que, como um dos objetivos da gente é de fato promover essa formação política e tal. Então, necessariamente a gente acaba sempre aprendendo algo, sabe? A gente tem na Rede militantes bem antigas, militantes que carregam uma bagagem mesmo, sabe? Não só teórica, mas política sobre vários temas, de temas mais gerais a questões específicas, questões sobre políticas, tem integrantes que estiveram na formulação de políticas e tal, então eu acho que a gente estar na Rede é também esse espaço que troca, sabe? E... que é uma coisa também que a gente compartilha muito. [...] **eu acho que é uma regra da gente, para mim importante, que é essa coisa do compartilhamento, sabe?** Então a gente tem uma fala, inclusive: Nesse espaço que a gente vai, a gente sempre preza por ter **uma mais velha e uma mais nova**. A mais velha, por que ela acaba trazendo essa bagagem que ela já tem e a gente não pode ignorar isso, a gente não pode ignorar que essa mulher que veio antes de mim, que ainda continua na luta, ela tem uma

bagagem, né? Ela tem algo para me ensinar. Mas é mais nova, primeiro para aprender, ter essa troca e também para oxigenar mesmo, sabe? Acho que **a gente tem muito esse princípio de troca, de passagem de conhecimento** das mais velhas para as mais novas e ao contrário também. **(Rosa)**

A fala de Emanuele nos remete ao que nos diz Gohn (2014) referente aos processos de aprendizagens que ocorrem de forma coletiva e fora das estruturas formais de ensino, muitas vezes chamada de educação não formal. A autora conceitua a educação formal como “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (pág. 40). A autora, ao apontar os movimentos sociais como pioneiros no processo de educação não formal, indica como, na contemporaneidade, os saberes coletivos tem se voltado para a busca por um novo modelo civilizatório que tenha como base em valores éticos e humanitários, em detrimento ao sistema capitalista que se aprofunda. É possível notar na prática da RMNPE o que Gohn nos fala em seu texto, é perceptível não só o caráter educador do movimento de mulheres negras, mas também a crescente discussão acerca de outros meios de viver, a exemplo das ideias de bem-viver.

Rosa, por sua vez, ao refletir sobre os processos de racismo e sexismo em sua vida nos diz que, em sua visão, não há como combater estes sistemas de opressão sem duas coisas: estudo e coletividade.

A gente nasce negra, só que a gente ainda não tem essa identidade compreendida no nosso juízo, né? E aí quando você vai tomando essa consciência, vai havendo uma transformação. [...] O racismo faz isso, ele apaga a nossa identidade e a gente sabe que ela existe, mas a gente não a reconhece, a gente não bota ela pra fora. E aí quando a gente tem essa tomada de consciência, tem essa alegria, mas também tem muitas dores, porque você vai começar a observar as coisas que você experienciou na sua infância, na sua adolescência e na sua juventude, que está acontecendo para mim naquele momento, e atrelado a uma violência de gênero, de racismo, porque aí você não está nos espaços onde você deveria estar pela sua competência, isso é no mercado de trabalho, nas relações afetivas e sexuais. Você vai ficando para trás diante de outras pessoas brancas. **Então, a tomada de decisão é crucial pra gente virar a chave e dizer ‘não, agora eu vou para o enfrentamento’. E também não há enfrentamento sem estudo, sem leitura, sem coletivo. Não há. (Rosa)**

Nesse sentido, Rosa faz uma diferenciação de sua vida antes e depois dos 17 anos e percebe que seu comportamento e percepção de mundo foi modificada. Um momento em que Rosa destaca em sua trajetória foi a mudança de seu cabelo, quando parou de usar produtos químicos para alisá-los ou, em suas palavras, ‘massagear’.

Eu digo que até os 17 anos eu era uma pessoa e depois disso eu virei outra. Eu sou a diferente dentro da minha família, né? Sou eu que sou a pessoa que fala, sou a brigona, sou eu a pessoa que vai para o enfrentamento. Tudo que a gente não aprendeu lá para trás, para trás dos meus 17 anos. Então, quando eu fiz 17 anos e meio, que eu tinha o cabelo massageado, que eu saí de casa, eu nem lembro se eu tinha dinheiro, não sei quem contou meu cabelo... só sei quando eu voltei para casa eu não tinha mais cabelo [risos] Porque eu queria me livrar daquele sofrimento que foi toda a minha vida em um salão de beleza, queimando meu couro cabeludo e um cabelo que eu não desejava. Então, eu acho que antes de entrar no movimento, de fato, essa foi a minha primeira libertação, começou pelo cabelo. **(Rosa)**

O cabelo é um importante traço na construção identitária de pessoas negras sendo comumente motivo de sofrimento e tensões em espaços como a escola, espaços religiosos ou mesmo no interior da convivência familiar. Os cabelos cacheados e crespos são ‘contidos’ desde a infância, com meninos tendo seus cabelos raspados e as meninas tendo que mantê-los sempre bem presos ou ainda alisá-los com produtos químicos desde a pouca idade. De forma similar a Rosa, desde a infância tive produtos químicos em meu cabelo, primeiro, aqueles que prometiam diminuir o volume e ‘controlar os cachos’ até eventualmente alisá-los por completo. Foi também aos 17 anos que passei pela chamada *transição capilar* e voltei a usar meu cabelo em sua textura natural, momento que sempre considere um marco na redescoberta de minha negritude. A importante papel do cabelo na identidade negra tem sido pauta de diversos escritos ao longo dos anos, entre eles cito aqui o livro *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra* de Nilma Lino Gomes onde a autora nos diz que:

O cabelo crespo, objeto de constante insatisfação, principalmente das mulheres, é também visto, nos espaços onde foi realizada a pesquisa, no sentido de uma revalorização, o que não deixa de apresentar contradições e tensões próprias do processo identitário. Essa revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que se pertence. Ao atingi-lo, acaba remetendo, às vezes de forma consciente e outras não, a uma ancestralidade africana recriada no Brasil. (Gomes, 2008, p. 22).

Nesse sentido, Rosa diz que “sempre andava de olhos para baixo, eu nunca fui para o enfrentamento” o que impactava em sua vivência em espaços como a escola. Foi a partir da mudança de seu cabelo, que descreve como primeiro momento de liberdade, somada a sua entrada no Movimento de Jovens do Meio Popular que Rosa passa a ter outra percepção de si e do mundo. Em suas palavras:

E eu sempre andava de olhos para baixo, eu nunca fui para o enfrentamento... Eu achava que não, mas depois fazendo terapia, eu descobri algumas coisas que eu fiz na infância e que a minha terapeuta disse, ‘você não era tapada não, viu?’ Mas no contexto mais político, evidentemente não, isso é muito no contexto pessoal. Mas então, para trás, **eu sempre era aquela menina que**

me escondia na escola porque eu sabia que se eu... eu me lembro que eu fazia a quarta série e já tinha os meninos maiores, então na quarta série eu terminava a aula e saía correndo para minha casa. No fundo, no fundo eu sabia porque eu não queria ir andando, porque eu sabia que não queria ser chamada de macaca, de *venta* de porrete, **eu não queria essas categorizações que nos deixam inferiorizadas a partir do nosso fenótipo**. Então eu era muito calada, eu era muito quieta. Um colega que já partiu, ele me encontrou, eu nem lembrava dele e ele disse, *‘menina, tu era muito chata. não falavam com ninguém, tu tirava melhores notas, tu só queria ser sabichona’* eu tirava melhores notas porque eu estudava agora eu não falava com ninguém, com vergonha, eu era muito tímida então o que me fez mudar foi quando eu, aos 17 anos, eu entro pra igreja, eu vou participar de um grupo de jovens lá, quando primeira semana já me botam pra coordenar uma paróquia, eu nem sabia nem o que era coordenar. Era na época de Dom Helder, na perspectiva da teologia da libertação. Então era o **aprender fazendo** e isso era fantástico. Tudo que sei hoje, pra falar a verdade, de metodologia, de planejamento, eu devo à Pastoral de Jovens do Meio Popular. Na época que o resto do Brasil chamava pastoral, aqui em Recife a gente chamava Movimento, porque a gente tinha uma pegada de Movimento. **(Rosa)**

É importante destacarmos aqui o que Rosa nos traz como importantes aprendizados que teve ao participar do Movimento de Jovens do Meio Popular, como as metodologias de planejamento coletivo e a expertise de realizar leitura de conjuntura, conhecimentos que anos depois percebeu que são usadas nas universidades, ou seja, conhecimentos que lhe foram apresentados no ensino superior, enquanto estudava para se tornar socióloga, Rosa já havia conhecido por participar de um movimento social que tinha como foco jovens periféricos, o que demonstra como movimentos sociais ‘atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais’, nas palavras de Gomes (2017), como já trouxemos anteriormente neste capítulo.

Por outro lado, Rosa aponta que naquele tempo não haviam discussões aprofundadas no Movimento de Jovens do Meio Popular de temas que, com o tempo passaram a se tornar mais presentes e a interessá-la:

[...] Mas nesse movimento a gente não falava de racismo, a gente não falava de homofobia.. não existia antes (a conversa) como existe hoje. A gente sabia que tinha amigos que eram gays, mas a gente não falava sobre isso. Tinha amigas que eram lésbicas, mas a gente não falava. Então, não era assunto para o movimento. O assunto principal nosso era você é um jovem meio popular [...] Então, esse movimento tinha como premissa a gente se reconhecer enquanto jovem do meio popular. Isso significava o que? A gente não precisava roubar para ter camisa *SeaWay*. A gente não precisava ter as melhores roupas, as melhores comidas. A gente precisava ter o nosso direito de exercer a nossa juventude de forma tranquila, e dizendo, ‘a minha condição social é essa então eu vou ser feliz com ela’. E aí a gente discutia sobre sexualidade, política, a gente sempre trabalhava nessa perspectiva do ‘ver, julgar e agir’, isso é análise de conjuntura, isso é análise de contexto, que as Ciências Sociais, aponta lá na frente, que eu nem imaginava ser um dia uma socióloga, mas isso eu aprendi lá atrás... ver, analisar, o porquê daquilo...O julgar, não julgar no sentido pejorativo, mas julgar é analisar por que isso

acontece pra cá, pra lá, pra lá, e agir pra ver mudanças. Então, eu passei mais de 12 anos nesse movimento. Depois eu fui da Coordenação Regional. Aí quando eu chego na Coordenação Regional eu já tô conhecendo o movimento negro em Pernambuco, através dos afoxés, através dos maracatus. As vezes as pessoas acham que o movimento negro você só encontra através de uma organização, na cultura você também encontra essa percepção e esse fortalecimento. Então foi aí que eu comecei. **(Rosa)**

Foi assim, a partir de grupos culturais, que Rosa se aproxima do movimento negro. Ela nos conta que eram pessoas que as coletividades eram formadas por pessoas que queriam entender o racismo e para tal costumavam se encontrar na casa de algum participante ou ainda nas calçadas do que na época era o cinema Veneza, na Rua do Hospício, na cidade de Recife, uma vez por semana e estudavam textos que consideravam importantes. Rosa lembra ainda que “A gente escrevia no papel, a gente não tinha telefone, mas a gente sabia tudo que a gente planejou e o que, daqui a oito dias, quando a gente se encontrasse a gente ia fazer.” Foi ao contar sobre sua trajetória de chegada ao movimento negro que Rosa chega à conclusão de que:

Antes dos 17, eu era uma ausência de mim mesma. Eu existia, mas eu era ausente de mim mesma, da minha identidade, da pessoa que eu estava me constituindo no mundo. E isso é muito ruim. Não só eu, como toda a minha família também. E aí eu compreendo que a persistência da minha mãe, que eu estivesse dentro dos salões massageando o cabelo era pelo não sofrimento, porque o meu cabelo, na família, era o cabelo mais crespo entre minhas irmãs, ele era o que tinha uma característica mais negróide. O cabelo, o nariz e a boca. **(Rosa)**

Assim, Rosa fala sobre sua experiência nos diferentes movimentos: Primeiro em um movimento de caráter religioso e periférico, depois no movimento negro misto e, enfim, no movimento de mulheres negras. Ela nos fala sobre a peculiaridade de estar em um coletivo formado apenas por mulheres negras e aponta o que já vimos nas teorias apresentadas nos capítulos anteriores: especificidades que unem as mulheres negras, mesmo que sejam diferentes entre si:

[...] eu já participei de movimentos mistos. O primeiro movimento que foi o Movimento de Jovens no Meio Popular, aos meus 17 anos, sempre foi misto - homens e mulheres, brancos e negros, todos, claro, de comunidade, mas era diversa. A Articulação de Negros e Negras de Pernambuco, por exemplo, era um movimento misto, era uma articulação de homens e mulheres negras. Mas estar num movimento de mulheres negras dá um outro tom. Porque quando a gente também se constituiu como grupo... A outra sabe do que eu estou falando, porque ela também tem o mesmo gênero, pode não ter a mesma orientação (sexual), mas eu também posso compreender ela dentro da identidade do gênero dela e da condição dela enquanto pessoa nesse mundo, uma pessoa negra nesse mundo. Então, eu acredito que estar em coletivo é uma das melhores coisas. E estar num coletivo só de mulheres negras é melhor ainda. **(Rosa)**

Por fim, Rosa aponta os aprendizados que adquiriu por participar da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e diz que percebeu mudanças não só em si, mas nas outras integrantes do coletivo:

Eu também me tornei uma outra pessoa, porque eu acho que é a primeira vez, tirando o grupo de mulheres lá de Camaragibe, que eu estive numa coordenação de um movimento e você vai aprendendo muitas coisas, a experiência do coletivo, quando esse coletivo vai se ampliando você vai aprendendo algumas coisas. Eu acho que eu era muito mais intolerante do que eu sou hoje. Isso eu devo à reflexão de algumas mudanças minhas...O meu caminho que eu estou fazendo hoje de autoconhecimento tem tudo a ver com o que a Rede me apresentou. Então, para mim, **a Rede é um palco de experiência para a minha mudança.** Hoje eu estou me enveredando para o autoconhecimento, olhando para nós. **Foi a Rede que me despertou, porque eu sempre olhei para fora, mas quando você está junto, só nós mulheres negras, você vai despertando outras coisas que você não percebia em você mesma, né? da sua capacidade de mudança, da sua transformação.** Quem chegou aqui na Rede em 2016 não é mais a mesma pessoa, todo mundo mudou de alguma forma. Algumas ficaram mais seguras, outras ficaram mais falantes, outras ficaram mais introspectivas, outras estão observando mais. Eu vejo isso em cada uma porque eu conheço elas há mais tempo, desde o início... Então eu consigo visualizar tanto mudança minha como mudança da delas também, sabe? **(Rosa)**

Por sua vez, **Piedade** fala que não percebe momentos de sua vida onde não estivesse em coletividade, sobretudo devido a sua realidade de pessoa periférica. Ela compreende que a realidade da periferia sustenta a coletividade enquanto uma forma de existir:

Eu acho que pra quem é mesmo de periferia, eu vejo como basicamente a única alternativa. Porque esse sonho idealizado pelos nossos pais de: O esforço de galgar a partir da educação e isso só resolve...a vida vai ensinando que isso também não vai muito. A minha trajetória foi muito de coletivo, de organização, como diz a história, desde que eu me entendo de gente eu estou vinculada a algum grupo. Eu acho que, por exemplo, a coisa da adolescência, da [necessidade por] aceitação e tal, eu consegui passar muito longe disso exatamente porque eu tinha a pastoral. Era a catequese e depois a pastoral, que era um grupo em que todo mundo meio que está dentro, né? E isso, de alguma forma, a coisa de fazer o trabalho voluntário, comunitário, de construir aquela capela, de ajudar, fazer um mutirão para fazer a casa que caiu, que foi com a cheia... Então, isso não é só incidência, mas é uma forma de se encarar como se viver naquele lugar de forma a existir. **Então, é o próprio território, a dinâmica de estar... faz com que você vá estando de forma coletiva. O que eu sou hoje é muito disso. Eu sempre estava meio que arrudiada. Não ter esse arrudeio de gente é algo que parece que falta sempre.**

Piedade segue falando sobre a importância da vivência coletiva para sua percepção racial, possibilitando que entendesse que violências que sofreu ao longo de sua vida eram, na realidade, racismo. Quando perguntei se considera que teve aprendizagens por participar, especificamente, da RMNPE Piedade responde da seguinte maneira:

Muitas! Muitas! Ave Maria! [...] Mas eu acho que, das aprendizagens mesmo, é quando as pessoas se permitem a construir a Rede, porque também tem gente que parece que só quer a referência, né? E isso é sempre uma coisa de tensão, por exemplo, quando as pessoas não conseguem perceber que elas podem definir coisas para elas em relação a Rede e isso é um processo de aprendizagem.[...] acho que a coisa da convivência e do cuidado com a outra são algumas das preocupações que a gente vai aprendendo. E a ideia do autocuidado. Na marcha a gente trouxe como tema, além das violências e do racismo, era a história do bem viver, mesmo que a gente não tenha ainda tão elaborado, né? é aquela ideia que a gente vai sempre correndo, porque a gente acredita na possibilidade de que todo mundo precisa viver com plenitude e isso passa pelo cuidado individual e coletivo, e mesmo que não seja no campo da academia, que bom que várias de nós passamos ou até vivemos dentro da academia, mas não é o grande objetivo, né? A gente quer que esse espaço sirva para que, independente da idade, do território, a gente se encontre dentro desse universo, né? A Rede é esse grande lugar, essa grande mãe, esse grande espaço, esse grande momento da vida de todo mundo que mesmo que não seja até a morte nos separe, mas que seja até quando isso seja possível.

É possível perceber os diferentes caminhos que levaram estas mulheres a se organizar em coletividades e, eventualmente, a fazer parte da RMNPE. Emanuele fala que sua busca inicial foi impulsionada pela necessidade de encontrar pares, algo que ela sentia falta no ambiente universitário e reconhece que não compreendia completamente os processos que vivenciava, incluindo experiências de racismo, mas desde então desenvolveu o que chama de "um olhar mais apurado" para o que acontece ao seu redor e percebe que seu "anseio individual" rapidamente se transformou em um projeto coletivo, afirma ainda que aprende muito a partir das formações realizadas pelo coletivo, o que demonstra o caráter educativo do movimento. Ponto também trazido por Rosa que reitera que 'não há enfrentamento sem estudo, sem leitura, sem coletivo', e narra como mudou a partir dos seus 17 anos, quando passou a fazer parte do Movimento Jovens do Meio Popular, compreendendo como as metodologias aprendidas no grupo a modificou. Outro ponto destacado por Rosa é a importância de grupos culturais, como os afoxés e maracatus, para a construção de uma consciência racial. Na fala de Piedade chama-se atenção para a importância que ela traz à coletividade, sobretudo para as populações subalternizadas.

Ficou negritado na fala de todas as mulheres a importância da coletividade enquanto importante meio para sua sobrevivência e aprendizado. Sobre isto, Collins (2022a) nos fala sobre o que conceitua como *comunidade* e sua importância para a ação política coletiva. Collins nos diz que a comunidade pode ser imaginada de diversas maneiras devido ao vasto uso do termo tanto em ambientes acadêmicos quanto no cotidiano. Dessa forma, comunidade pode significar um agrupamento geográfico como um bairro ou coletividades que possuem um *ethos*

cultural compartilhado, seja étnico-racial ou religioso, por exemplo. Indispensável para uma comunidade é o compartilhamento de significados e valores, ou seja, comunidades possuem elementos emocionais vinculados a si, dessa forma ‘as pessoas rotineiramente sentem a necessidade de celebrar, proteger, defender e replicar suas próprias comunidades’ (pág. 25).

É partindo da noção de comunidade que Collins nos diz que os sujeitos e sujeitas pensam e fazem política, pois, é no interior das diversas comunidades que as experiências individuais e coletivas se realizam, a partir das relações de poder que se cruzam (de forma interseccional) e, por consequência, é a partir desta realidade que as pessoas passam a contestar opressões hierárquicas. Nas palavras da autora: ‘a comunidade constitui uma construção política central porque serve de modelo para o comportamento político’ (pág. 26). A autora chama a atenção para um importante apontamento ao dizer que grupos de sujeitas/os oprimidas/os tendem a fornecer um maior espaço para a individualidade dentro dos limites de suas comunidades, sejam étnicas, raciais, religiosas, de gênero, sexualidade classe etc. do que é possível ser percebido na sociedade em geral. Enfim, Collins diz que as comunidades representam a importância da ação política coletiva em detrimento da valorização dos direitos individuais em uma lógica de cidadania individualista:

As democracias liberais apontam para os direitos de cidadania individual como o alicerce da política democrática, apresentando promessas de liberdade pessoal para aqueles que abandonam as restrições de várias coletividades. No entanto, a desigualdade social não significa apenas que os indivíduos de grupos oprimidos não podem exercer esses direitos, mas que é improvável que ganhem esses direitos sem uma ação coletiva sustentada. Nesse sentido, as comunidades constituem um necessário, embora, difamado alicerce da política. (Collins, 2010 APUD Collins, 2022a, pág. 24-25)

Traçamos um diálogo do que Collins (2022a) nos fala sobre comunidade e o que Gohn (2014) escreve sobre ‘*sentido educativo da participação*’ ao tratar da democracia participativa. Tendo como base o livro *Participação e Teoria Democrática* de Pateman (1992) Gohn disserta sobre a noção de que ‘a participação gera atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões’ (pág.36), neste pensamento, entende-se que é participando que os indivíduos se tornam mais capacitados a participar, lógica similar do que ocorre nos movimentos sociais como Rosa apresenta ao falar do ‘aprender fazendo’. A democracia participativa, no entanto, possui seus limites, como bem apresenta Gohn:

A democracia participativa é um modelo de democracia que incorpora e defende a participação da sociedade civil no interior dos Estados democráticos, que busca restabelecer o vínculo entre democracia e cidadania ativa. Certamente que estas premissas têm um caráter teórico; elas poderão

não se realizar ou se alterar na prática caso haja a presença de processos de controle, manipulação e regulação da participação fundados em interesses de grupos, interesses particulares, formas clientelistas etc. Ou seja, o modelo participativo não é uma ‘receita’ que se aplica e gera dados resultados previsíveis. É um processo complexo, que precisa ser construído a partir de dadas intencionalidades e condicionalidades, de dadas premissas que coloquem os interesses públicos, dos cidadãos, e as carências efetivas existentes, como prioridades absolutas. (Pág. 37, 2014)

Collins (2022a) dá um passo adiante e, compreendendo que no contexto de uma democracia liberal onde as desigualdades sociais e econômicas seguem a ser aprofundadas, direitos básicos não chegam a todos os indivíduos e grupos subalternizados como comunidades periféricas, migrantes, pessoas não-brancas, grupos religiosos não hegemônicos (fora da lógica judaico-cristã) não apenas não são atendidas pelo Estado como muitas vezes são oprimidos pelo mesmo. É dessa forma que, com as barreiras da democracia participativa e da política formal as comunidades - no sentido em que nos trás Collins - ou ainda, os movimentos sociais se configuram enquanto este espaço de participação, aprendizagem e também de relações de poder, onde ações de resistência e ações políticas coletivas são idealizadas e colocadas em prática, algumas delas reverberando na política formal e em suas instituições, a exemplo do projeto Eu Voto em Negra da RMNPE ou da chegada a cargos públicos de mulheres que compõem o coletivo em espaços de grande importância para o aprofundamento da democracia, a exemplo de Liliana Barros e outras mulheres acolhidas pelo projeto Eu Voto em Negra.

- **‘O grande leque de possibilidades de atuação da Rede é proporcional à grande necessidade de atuação das mulheres negras em Pernambuco’**

Nesta última sessão da pesquisa trago falas de Rosa, Emanuele e Piedade onde tratam do impacto social da RMNPE, tendo em vista o objetivo desta pesquisa em traçar paralelo entre a teoria interseccional e uma práxis de justiça social. A primeira questão destacada aqui, que buscou traçar proximidades entre a realidade cotidiana das mulheres e os temas tratados do coletivo foi **‘As discussões, temas e atividades desenvolvidas na RMNPE dialogam de alguma maneira com seu dia a dia? Se sim, como?’**

Por ser um grupo que formado apenas por mulheres negras e que tem como foco de suas ações sujeitas do mesmo grupo social, ou seja, por serem mulheres negras idealizando e organizando atividades e discussões para outras mulheres negras, as temáticas que perpassam a vida das mulheres que compõem o grupo se tornam as pautas dos grandes projetos desenvolvidos pela coletividade, como fala Emanuele:

Quando a gente planeja as atividades, a gente vai pensando... **Porque como nosso público principal, porque quem a gente trabalha são outras**

mulheres negras, então não tem como as temáticas que a gente vai trabalhar para outras mulheres negras não atravessar a vida da gente, né? Então acaba aqui o que a gente discute, o que a gente trabalha, o que a gente atua dentro da Rede, sempre vai ter relação com a vida de algumas pessoas, seja um pouco mais, seja um pouco menos. Vai depender, porque como eu te disse, a gente é muito diversa, então tem mulheres que vivem em condições de... Enfim, com rendas mais baixas, em bairros mais periféricos, enquanto tem mulheres em postos um pouco melhores, de fato a gente é bem diversa, mas os temas acabam sim, batendo nas nossas vidas, porque não tem como distanciar. **Eu acho que a nossa atuação, que é uma atuação pedagógica, enfim, ela é uma atuação que a gente sempre vai pensar como isso tem impactado a nossa vida. Fazer essa relação da nossa experiência, da nossa vida, com o tema que a gente está se trazendo. (Emanuele)**

Pontos similares são trazidos por Rosa ao responder a mesma pergunta:

É o racismo de cada dia, é o sexismo de cada dia, as violações aos direitos humanos de cada dia. **A Rede ela dialoga porque é a nossa vida que está, os nossos corpos que estão sendo violados 24 horas.** Então, todos os temas que a Rede trabalha fomos nós que definimos. Então, se definimos é porque ela faz parte da nossa experiência cotidiana, então não tem como desassociar temas, ações do nosso cotidiano, sabe? Não tem como. **(Rosa)**

É importante negritar o que Emanuele nos diz sobre as pautas do coletivo partirem diretamente de vivências das mulheres - “Porque como nosso público principal, porque quem a gente trabalha são outras mulheres negras, então não tem como as temáticas que a gente vai trabalhar para outras mulheres negras não atravessar a vida da gente, né?” - converge com o que nos fala Rosa - “é a nossa vida que está, os nossos corpos, que está sendo violado 24 horas”. Aqui, além da percepção de que a RMNPE possui uma ação pedagógica em suas práticas, em similaridade com o que nos falam autoras como Gohn (2014), Gomes (2019), Collins e Bilge (2021) e Collins (2022a, 2022b), aponta-se o diferencial de uma construção e divulgação de conhecimento realizada pelas próprias sujeitas atingidas subjetivamente pelas questões tratadas, sendo ao mesmo tempo agentes e público de suas demandas e ações.

Em seguida, temos as respostas dadas a pergunta **“Para você, qual é a importância do coletivo RMNPE e de suas atividades para a sociedade?”** a fim de perceber quais são as contribuições que o coletivo traz para a sociedade, na visão das mulheres entrevistadas. Emanuele ressalta a importância de um espaço de coletividade para a cobrança que pautas que dizem respeito às mulheres negras, relembrando a capacidade a reestruturação do coletivo durante o momento da pandemia de COVID-19 onde a formação política deixou de ser

prioridade, dando espaço a busca por garantir comida para a população em insegurança alimentar, dando suporte, nas palavras dela ‘onde o Estado simplesmente não chegava’:

Eu acho que hoje eu vejo muita importância da Rede para pensar a incidência política. Acho que a gente tem... **Hoje em Pernambuco, eu acho que a gente é uma das principais organizações que pautam política pública, por exemplo, sabe? Então acho que a importância da Rede para mim é ter esse espaço, sabe, que é um espaço coletivo, de cobrança, de luta, de pautar mesmo questões que são vivenciadas pela população negra de forma geral, mas especialmente por mulheres negras.** Então, só tomando como exemplo, a gente saiu recentemente de uma pandemia e a Rede ensinou pra mim, assim... que é isso, **a gente estava num momento onde o Estado simplesmente não chegava, lembrando que a gente passou a pandemia em um dos piores governos que a gente já teve.** E aí a Rede, por exemplo, precisou se reorganizar. Nossas atividades externas são todas, na maior, voltada para a perspectiva da formação política. **E aí a gente precisou se reorganizar porque as pessoas naquele momento não estavam precisando de formação, elas estavam precisando de comida.** E aí era o mais urgente, na verdade, era a comida. E aí a gente se reorganiza e traz essa perspectiva, por exemplo, das campanhas de solidariedade. [...] Então acho que a importância da Rede é isso, é ter essa organização de referência. Acho que hoje a Rede é sim uma organização de referência pra pautar o enfrentamento ao racismo, o enfrentamento ao machismo, o enfrentamento a diversas discriminações que as mulheres negras acabam vivenciando, sabe? **(Emanuele)**

De forma similar, Rosa destaca a incidência da RMNPE e aponta como o coletivo, mesmo tendo poucos anos desde sua criação, é reconhecido por diversos outros grupos e instituições. Rosa reconhece também a importância das parcerias desenvolvidas com organizações mistas, formadas por homens e mulheres brancas, estratégia que corresponde com o que Patricia Hill Collins nos fala ao tratar da noção de solidariedade flexível (2022a) e relacionalidade (2022b):

A Rede de Mulheres negras de Pernambuco, isso eu digo com muito afinco, é o único movimento negro nesta cidade que faz incidência e que tem proposições. A gente vai fazer 7 anos, mas desde que a gente começou nós somos referência pra outros coletivos. Pra mim, isso é o diferencial da nossa ação: Outros coletivos nos reconhecem, nós somos reconhecidas nacionalmente em menos de sete anos, então, isso diz muito sobre o que a gente faz nessa cidade enquanto incidência. A gente não trabalha sozinha e não trabalha só com pessoas negras, a gente trabalha com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, por exemplo, onde tem em sua maioria mulheres brancas. A gente trabalha com a FASE, uma organização mista. **A gente trabalha com pessoas que desejam e pretendem exercer o seu antirracismo. Esse é um diferencial, que constitui uma ação que dá visibilidade para fora.**

Piedade também aponta a relevância da RMNPE, apontando a incidência do coletivo e dos importantes espaços em que o mesmo ocupa, reforçando ainda a qualidade das contribuições do coletivo, rememorando também o impacto na vida das mulheres que participam da RMNPE e/ou são atingidas por suas ações, contribuindo com sua autonomia, organização e mobilização:

Eu acho que o grande leque de possibilidades de atuação da Rede é proporcional à grande necessidade de atuação das mulheres negras em Pernambuco. Nós, enquanto Rede, pelo tempo que a gente tem, que é muito pequeno quando você pensa da perspectiva organizacional, o que a gente conseguiu... espaços que a gente hoje consegue adentrar, ser referência no estado, conseguir estar em determinados espaços para fazer a discussão, eu acho que é, para mim, o grande ganho da sociedade ele vai nos dois sentidos, né? Ou seja, hoje a gente consegue ser referência de movimento, de movimento negro, de movimento mulheres. Nós conseguimos garantir para dentro e para fora a mobilização de pessoas que debatem diversos temas, **a gente consegue fazer com que mulheres que durante a sua trajetória, não tinham a coisa da fala e que, com o passar, às pessoas consigam estar em espaços fazendo fala pública, mesmo que não seja um palco com mil pessoas, mas um auditório, uma reunião, conduzir coisas, ter autonomia.** Eu acho que uma das questões que a gente coloca como importante é essa coisa da autonomia, essa coisa da possibilidade da fala pública, essa coisa de poder mobilizar, organizar. Então a gente tem tudo. A gente vai e se organiza para estar em todos os espaços. Se pensou, a gente vai tentando negociar quem pode ir, às vezes isso, inclusive, é muito difícil, porque praticamente ninguém é liberada [de atividades do trabalho]. E aí tem esse outro desafio que é, mesmo a gente sendo muito boas no que somos, no que fazemos, a gente também tem um limite que se chama tempo, condições objetivas de estar em determinado espaço, mas acho que **a qualidade da intervenção, quando a gente está, ela de fato é considerada, sabe? Como de qualidade. Nós vamos para o debate, nós vamos para a construção. Todo espaço que a gente vai é sempre no sentido de garantir uma qualidade de intervenção. Então, a gente consegue mobilizar recursos, a gente consegue mobilizar pessoas, a gente consegue estar nos espaços e sermos convidadas pela necessidade de estar naquele espaço. Isso eu acho que é uma das grandes referências.** E até isso, quando a gente estava lá atrás, a gente dizia, o que é que a gente quer ser? Quer ser referência. E estamos hoje há [quase] dez anos tendo referência. Isso é muito gratificante. (Piedade)

É pensando no trazido nos últimos dois capítulos sobre a RMNPE, sua incidência política - especialmente em momentos como a pandemia de COVID-19 e em anos eleitorais - nos seus projetos centrais, seu foco em propor atividades de formação para a sociedade civil, sua parceria com diferentes instituições e no evidente impacto da organização na vida das mulheres que a constroem que se torna possível apontar similaridades com o que vimos nas teorias a cerca do caráter pedagógico dos movimentos sociais, do feminismo negro e do

pensamento interseccional. Assim, é possível afirmar que há confluências entre as teorias trazidas ao longo desta pesquisa e as ações da RMNPE.

O que proponho aqui é percebermos o caráter educador de um movimento social que tem o pensamento interseccional enquanto central em sua ação, afinal, como nos diz Collins (2022a) o feminismo negro desenvolve um conhecimento de oposição às hergemonias vigentes e, dessa forma, as mulheres negras passam a implementar nas diversas esferas de seu cotidiano, sejam no interior de suas famílias, nos locais de trabalho e participação cívica de maneira geral, os conhecimentos adquiridos nos espaços de coletividade de mulheres negras. A autora fala ainda que o feminismo negro:

Também moldou como as líderes feministas negras, intelectuais e/ou ativistas entendiam o poder e a política. Isso é importante porque as mulheres negras trazem um sentido distinto da política tanto para a interseccionalidade quanto, potencialmente, para a democracia participativa, demonstrando uma sensibilidade que reflete como aqueles na base da hierarquia social concretizam o poder analítico anterior. (pág 28)

É necessário lembrar dos diversos escritos ¹⁹ que vêm sendo produzidos sobre a relevância da teoria interseccional para a educação formal, destacando sua atenção à construção identitária dos estudantes a partir de seus contextos sociais, sua contribuição para inclusão e acolhimento de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas LGBTQs, pessoas com deficiência, etc. A interseccionalidade destaca ainda questões como intolerância e racismo religioso, reproduções das relações desiguais de gênero, desigualdades econômicas e outras estruturas de poder que são reproduzidas no ambiente escolar e contribui na busca por soluções à estas problemáticas, podendo ser instrumentalizada para a promoção de ambientes escolares mais inclusivos e igualitários.

No entanto, o interesse aqui é foi o caráter educacional desta teoria para fora do ambiente escolar, aquele transmitido a partir dos movimentos sociais, dessa forma, se destaca o conhecimento produzido por mulheres negras, que devido a sua posição social possuem uma lente interseccional das relações de poder relacionada ao racismo, sexismo, capitalismo, etc. e contribuiu para a construção de relações democráticas através de coalizões baseadas em solidariedade e na busca por justiça social (2022a). Assim, apresentamos a noção de um movimento interseccional educador, sendo aquele que, por ter a experiência social como base

¹⁹ Como exemplo trago uma interessante publicação intitulada **Educação e interseccionalidades**. organização: Ligia Ziggotti de Oliveira, Josafá Moreira da Cunha, Rafael dos Santos Kirchhoff. – 1ª. ed. - Curitiba : Ed. NEAB UFPR, 2018.

para a teorização social e compromisso com a justiça social, representa uma ruptura entre a barreira entre teoria e prática.

5. Considerações Finais: Mulheres negras e a construção de outros mundos possíveis

Para buscar responder a pergunta norteadora ‘Como, a partir das experiências de mulheres negras que compõem a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, pode-se compreender a relevância da teoria interseccional para a promoção da justiça social neste coletivo?’ Esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos. Aqui irei lembrá-los rapidamente, a fim de destacar quais teorias e elementos dão sustentação a esta pesquisa, compreendendo que os assuntos e reflexões trazidos não se esgotam aqui, sendo necessário o aprofundamento em outras pesquisas.

No primeiro capítulo, abordo as importantes contribuições das mulheres negras e seu pensamento crítico ao longo da história, com foco no contexto brasileiro marcado pela construção de conhecimento permeado por ideias racistas e sexistas, que fortalecem as estruturas que sustentam a continuidade das desigualdades sociais no país. Em contraposição a essas ideologias colonizadoras, emergem as vozes de importantes pensadoras negras, como Lélia Gonzalez (1984,1988) e Suely Carneiro (2003, 2011, 2019), que, por meio da análise da vivência das mulheres negras, se tornam importantes intérpretes da realidade nacional. São as construções teóricas e políticas dessas mulheres e de seus movimentos sociais que promovem uma visão crítica, resultante de sua localização específica na sociedade, como evidenciam autoras como Nilma Lino Gomes (2027) e bell Hooks (2014, 2017).

É compreendendo que as ações dessas mulheres estão vinculadas ao feminismo negro possuem uma característica interseccional, busquei analisar essa teoria, que, segundo Collins (2021; 2022a; 2022b), tem o movimento de mulheres não-brancas como principal fonte de sua formação e fortalecimento. Partindo de uma visão que reconhece a não hierarquia de opressões (Lorde, 2018) e que, ao compreender as complexas relações de poder, aborda aspectos como contexto social, construção identitária, desigualdade social e justiça social (Collins, 2022b), é possível compreender o aspecto teórico de um dos objetivos desta pesquisa: **Compreender a teoria interseccional em sua potencialidade de promoção de justiça social.** O foco, no

entanto, foi perceber se esta noção teórica pode ser notada na prática da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, o que foi tratado no capítulo três e quatro.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar os diferentes componentes que formam esta pesquisa. Começando pela pesquisadora e o porquê de meu interesse pelo tema, compreendendo que qualquer pesquisa é perpassada pelas subjetividades de quem a constrói. Trato também dos aspectos metodológicos desta pesquisa, que tem um caráter qualitativo (Minayo, 2021) e que a partir da vivência nas atividades da RMNPE e da análise das narrativas das sujeitas que compõem o grupo, foi possível construir uma descrição do coletivo. É a partir das memórias dessas mulheres (Abrahão, 2003; Menezes, 2005) que tem suas experiências atravessadas por diferentes sistemas de opressão (Kilomba, 2021; Collins, 2022b) que apresento a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

Neste capítulo apresento ainda as interlocutoras da pesquisa, sendo elas Emanuele Nascimento, Rosa Marques e Piedade Marques com quem realizei entrevistas semi-estruturadas e também Veronica Ferreira e Liliana Barros com quem tive conversas sobre pontos específicos sobre a experiência de ambas na RMNPE. Apresento ainda como se deu minha vivência no coletivo, que passei a frequentar em maio do ano de 2023. Foram estes dois pontos - tanto a vivência nas atividades do coletivo quanto os diálogos com as mulheres - que permitiram responder os outros dois objetivos desta pesquisa: **Investigar a atuação do coletivo Rede de Mulheres Negras de Pernambuco em sua ação interseccional e Identificar, a partir de entrevistas semiestruturadas, as intersecções das esferas de gênero, raça, sexualidade, classe, geração e outros marcadores sociais na narrativa de mulheres negras em sua diversidade.**

Já no terceiro capítulo me debruço brevemente sobre o histórico do movimento de mulheres negras no Brasil, especialmente no Nordeste, até, por fim, focar na Rede de Mulheres negras de Pernambuco, tratando de sua história e de sua organização, passando por pontos como os pilares do coletivo e seus diversos projetos e meio de atuação na sociedade. Foi possível facilmente notar uma característica interseccional no grupo, às vezes o termo interseccionalidade é usado outras vezes não, mas sempre se pauta a importância de uma visão voltada para a realidade das mulheres negras levando em consideração questões como, - além de gênero, raça - classe, sexualidade, localidade, idade e etc. Os ensinamentos do movimento feminista negro é constantemente pautado pelas mulheres do coletivo bem são trazidos escritos de teóricas negras.

Duas palavras que considero essenciais para descrever a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco são "incidência" e "formação". A incidência da RMNPE se manifesta principalmente em seu impacto na vida das mulheres negras da cidade, na sua capacidade de se organizar e estabelecer parcerias com diversas outras instituições, incluindo aquelas que são construídas por homens e pessoas não negras. Demonstrando o que Collins define como a estratégia de "solidariedade flexível" (2022a), e a característica de relacionalidade (2022b) do pensamento interseccional. Essa incidência também se reflete no cenário da política formal, especialmente por meio do projeto "Eu Voto em Negra", que busca fortalecer as candidaturas de mulheres negras feministas e antirracistas.

O outro ponto importante é o caráter central da formação para o coletivo. Originado como resultado do processo de formação para a Marcha das Mulheres Negras de 2015, essa é uma característica que continua presente no grupo, um exemplo disso são as Jornadas Negras de Formação Política, que representam uma das principais iniciativas do coletivo. No entanto, a preocupação com a formação não se resumem às Jornadas, pois todas as ações do coletivo têm um caráter pedagógico, impactando desde as mulheres mais velhas até as crianças que participam das atividades ao lado de suas mães.

Por fim, no quarto capítulo, o foco é pensar, sobretudo, no impacto da RMNPE em seu campo de atuação, com o objetivo principal de compreender a importância da teoria interseccional e sua ação pedagógica. Destaco, então, o que considero uma contribuição importante da teoria interseccional para a pesquisa acadêmica e a produção de conhecimento: a capacidade de superar a lacuna entre teoria e prática, sendo o compromisso com a justiça social a pedra de toque para a superação desta antiga barreira. Nesse sentido, a RMNPE se mostra como um exemplo concreto disso, incorporando os ensinamentos de autoras negras que fundamentam suas ações e traduzindo-os em intervenções políticas que buscam combater as desigualdades sociais que impactam profundamente na experiência social de mulheres negras.

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, ao surgir a partir das questões locais e das experiências das mulheres negras do estado, constrói uma atuação política e pedagógica que confronta as narrativas hegemônicas que perpetuam e aprofundam sistemas de opressões estruturais. Assim, podemos estabelecer uma conexão direta com as teorias apresentadas como base teórica desta pesquisa e a prática percebida na atuação da RMNPE.

Dessa forma, reiteramos aqui a pergunta apresentada por Grada Kilomba (2021) e mencionada na introdução desta pesquisa: "Quem pode falar? O que acontece quando falamos?"

E sobre o que podemos falar?" Nesse sentido, enfatizamos a importância da voz e da ação das mulheres negras, que em detrimento à séculos de tentativas de silenciá-las, constroem conhecimentos a partir de um olhar situado a partir da experiência de sujeitas atravessadas por uma série de marcadores que as colocam em uma situação desfavorável no interior de determinada sociedade o que lhes permitem uma análise complexa dos acontecimentos sociais. Assim, aponto o feminismo negro e seu caráter interseccional como uma ferramenta crucial para aprofundar a capacidade crítica do campo de estudo das teorias sociais, contribuído com a construção de conhecimento, com a capacidade de análise do mundo social bem como das metodologias de pesquisas acadêmicas.

É percebendo a interseccionalidade como uma teoria social crítica, como nos fala Collins (2022b) e que, portanto, se caracteriza como um modo de pensar que tem em seu cerne a busca por justiça social e, conseqüentemente, de transformação da realidade atual, que esta pesquisa busca demonstrar, assim como convida outras pesquisadoras e pesquisadores a se debruçar sobre o singular potencial analítico, intelectual, político e transformador das coletividades de mulheres negras e suas contribuições para a construção de novos mundos possíveis.

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, Maria Helena M. B. **Memória, Narrativas e pesquisa autobiográfica**. História da Educação, ASPHE. UFPel, Pelotas, n. 14. p. 79-95, set. 2003.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2021.

ARROYO, M. G. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BREWER, Rose M. *The Radical Black Feminism Project: Rearticulating a Critical Sociology in Black Feminist Sociology: Perspective and Praxis*. Routledge; 1st edition, 2021

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins** - Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. in **Escritos de uma vida** / Sueli Carneiro; Prefácio Conceição Evaristo, Apresentação Djamila Ribeiro. -- São Paulo: Pólen Livros, 2019

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** — São Paulo : Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito)

CESE, SOS Corpo. Mulheres Negras e Populares do Nordeste: experiências que se entrelaçam. Recife, 2018.

COLLINS. Patricia Hill. A Diferença que o Poder Faz: Interseccionalidade e Democracia Participativa. Tradução de Elisa Nascimento e Carina Souza. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022a

COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica**. Boitempo Editorial; 1ª edição (4 abril, 2022).

COLLINS, Patricia Hill; Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," **University of Chicago Legal Forum**: Article 8, 1989.

COSTA, S. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalização no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, p. 143-158, 2001.

FARMER, Ashley D. **Remaking Black Power: How Black Women Transformed an Era**. University of North Carolina Press, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, M. da G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação** - IIª Série, Número 1, 2014. p 35-50.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.16 n. 47, maio-ago. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Editora da UFMG, 2008.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro** (Rio de Janeiro), nº. 92/93 (jan./jun.): 69–82, 1988.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2017

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e o feminismo**. 1ª edição 1981. Tradução Livre para a plataforma Gueto. 2014

LIMA, N. T., HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M.C., SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 23-40.

MENEZES, M. A. (2005) História oral: uma metodologia para o estudo da memória. **Vivência** (Natal), Natal – RN, n.28, p. 23-36, 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2021

MOREIRA, Núbia R. Mulheres Negras em Marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, out./dez, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Não existe Hierarquia de Opressão in. **Textos escolhidos**. Revisado e editado por coletivo Heretika. Agosto de 2018.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEQUENO, Anita. Entre O Mito e a Memória: Atravessamentos Históricos, Políticos e Teóricos Entre Gilberto Freyre e Lélia Gonzalez. **Temáticas**, Campinas, 30, (59): 57-91, fev./jun. 2022

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Biblioteca Pedagógica dirigida por Fernando de Azevedo).

SANTOS, Steffane Pereira. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, e24506. ISSN: 2525-8036. 2020

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Lilian Conceição. Os protagonismos de mulheres negras em suas organizações no nordeste brasileiro. **Devolver La Palavra: Religiones, cosmovisiones y teologías afrolatinoamericanas y caribeñas: reflexiones contemporáneas**. Congreso Lationoamericano de religiones y teologías afrolatinoamericanas y caribeñas (2019 jun. 11- 12-13: costa rica) / compilado por Mario Méndez - Heredia, Costa Rica : Escuela Ecuénica de Ciencias de la Religión. Universidad Nacional, p. 44 - 68, 2021.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2010.

Anexo 1 - Roteiro das entrevistas semiestruturadas

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Nome:

Cor:

() preta

() parda

Idade:

Local de Moradia (bairro e cidade):

Como considera o bairro onde mora: () De periferia () De classe média () Rico

Orientação Sexual:

Religião:

Escolaridade:

() Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)

() Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)

() Ensino Médio (antigo 2º grau)

() Ensino Superior (Graduação)

() Pós- Graduação

() especialização

() mestrado

() doutorado

() Não estudou

Profissão:

Você desenvolve alguma atividade remunerada? () Sim. () Não.

Qual o vínculo? () Estágio. () Emprego fixo. () Emprego autônomo.

Qual a renda mensal de sua família?

() Até 02 salários mínimos. () de 02 até 04 salários mínimos. () Superior a 05 salários mínimos.

- Você é casada/ possui companheiro/a?
- Tem filhos? Se sim, quantos?
- Há quanto tempo compõe a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco:
- Faz ou já fez parte de outros coletivos/ movimentos sociais:
- Você identifica processos de racismo e sexismo em sua trajetória de vida?
- Por que resolveu se organizar em coletivos/movimentos sociais?
- Como era sua vida antes de se organizar em espaços de militância?

Experiência na Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

1. Como conheceu a RMNPE e porque decidiu fazer parte do coletivo?

2. Quais são as atividades que você desempenha no coletivo RMNPE?
 3. As discussões, temas e atividades desenvolvidas na RMNPE dialogam de alguma maneira com seu dia a dia? Se sim, como?
 4. Em sua opinião, qual a especificidade da RMNPE e sua atuação (O que a diferencia de outros coletivos)?
 5. Considera que teve aprendizagens por participar da RMNPE?
 6. Para você, qual é a importância do coletivo RMNPE e de suas atividades para a sociedade?
- 8 - Tem alguma coisa que você queira acrescentar sobre o que conversamos?

Sobre a RMNPE

9. Como e com qual objetivo a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco surgiu?
10. Pode nos falar sobre os pilares da rede: Identidade, ancestralidade e resistência.
11. Há uma base teórica para a ação da RMNPE? Caso haja, qual a relação entre a teoria e a prática da RMNPE?
12. Quais as estratégias de sustentabilidade da RMNPE?
13. Quais são e como acontecem as ações da Rede?
14. O que motivou a RMNPE a criar um projeto de formação política (O jornadas Negras), o que se pretende com esta atividade?
15. Qual a motivação para a criação do projeto ‘Vote em Negra’ e quais resultados são esperados?
16. Qual o processo de entrada para uma mulher que queira entrar na RMNPE e por que ocorre desta maneira?
17. Quais os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelo coletivo?
18. Tem alguma coisa que você queira acrescentar sobre o que conversamos?